



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ARTHUR MUNIZ FERNANDES

**DO BURACO À SUPERFÍCIE: POR UMA GRANDE POLÍTICA DO DEVIR NO
MUNDO**

**JOÃO PESSOA
2021**

ARTHUR MUNIZ FERNANDES

**DO BURACO À SUPERFÍCIE: POR UMA GRANDE POLÍTICA DO DE VIR NO
MUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais.

Área de concentração: Política
Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

**JOÃO PESSOA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363d Fernandes, Arthur Muniz.

Do buraco à superfície [manuscrito] : por uma grande política do devir no mundo / Arthur Muniz Fernandes. - 2021.
157 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Grande política. 2. Devir. 3. Relações Internacionais. 4. Potência. I. Título

21. ed. CDD 327

ARTHUR MUNIZ FERNANDES

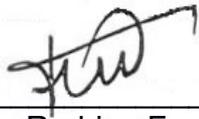
DO BURACO À SUPERFÍCIE: POR UMA GRANDE POLÍTICA DO DE VIR NO
MUNDO

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais.

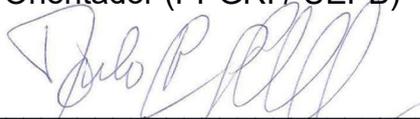
Área de concentração: Política
Internacional.

Aprovada em: 11/01/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Orientador (PPGRI / UEPB)



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann
Membro Interno (PPGRI / UEPB)



Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro
Membro Externo (DRI / UFS)

Dedico a cartografia dessas linhas a todos que velam pela alegria do mundo.

AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que – diretamente ou indiretamente – contribuíram para a feitura deste trabalho.

À toda a riqueza que o Programa de Relações Internacionais da UEPB me proporcionou.

À minha família que sempre me incentivou, em especial, a minha esposa Rafaela e o nosso tesouro, Alecrim.

Aos amigos que nunca se furtaram em me apoiar, entre esses, os que tive a felicidade de encontrar no PPGR/UEPB e no PUA/UEPB, em especial a Paulo.

Ao meu Orientador, o Prof. Dr. Fábio Nobre com sua atenção e participação inestimáveis.

Aos avaliadores deste trabalho, por terem contribuindo no seu aperfeiçoamento.

RESUMO

À luz da filosofia política do devir, reproduzimos uma pequena política. Deixamos atravessar circuitos que despotencializam os corpos, e assim, se erguem por todos os lugares - desde a minha pele até as relações internacionais - uma estrutura em movimento de despotencialização. Vislumbramos um Sistema Internacional de Impotência. Contudo, em sentido contrário, todo mainstream das Relações Internacionais enxerga potência nesses centros de ressonância da impotência sistêmica. É preciso inverter a imagem. Faz-se necessário construir uma percepção das relações internacionais capaz de se abrir para uma real potencialização da vida, para uma Grande Política. Este trabalho, pois, se dedica a pensar algumas bases teóricas para uma produção desta Grande Política nos corpos e no mundo. Para tanto, erguemos pesquisa teórica na busca de entender como foi possível se construir toda uma estrutura de despotencialização dos corpos, e assim, uma máquina internacional a rebaixar a vida. Já que, ao compreender os dispositivos em curso, possibilitamos pensar maneiras de realizar curtos-circuitos e abrir territórios para uma outra política interessante as forças ativas, balizada no devir, em uma verdadeira potencialização dos corpos, e na promoção de campos de composição intensiva. Por uma Grande Política do devir no mundo. Ir do buraco à superfície.

Palavras-Chave: Grande Política. Devir. Relações Internacionais. Potência.

RESUMEN

A la luz de la filosofía política del devenir, reproducimos una pequeña política. Dejamos pasar los circuitos que despotencian los cuerpos y, así, se elevan por todas partes, desde mi piel hasta las relaciones internacionales, una estructura móvil de despotencialización. Visualizamos un sistema internacional de impotencia. Sin embargo, en la dirección opuesta, toda la corriente principal de Relaciones Internacionales ve poder en estos centros de resonancia de la impotencia sistémica. Es necesario invertir la imagen. Es necesario construir una percepción de las relaciones internacionales capaz de abrirse a un potencialización real de la vida, para una Gran Política. Este trabajo, por tanto, está dedicado a reflexionar sobre algunas bases teóricas para la producción de esta Gran Política en los organismos y en el mundo. Para ello, realizamos una investigación teórica en la búsqueda de entender cómo era posible construir toda una estructura de despotencialización de los cuerpos, y así, una máquina internacional para degradar la vida. Ya que, al comprender los dispositivos en marcha, hacemos posible pensar en formas de hacer cortocircuitos y territorios abiertos para otra política interesante, fuerzas activas, basadas en devenir, en una potenciación real de los cuerpos, y en la promoción de campos de composición intensiva. Por una Gran Política de devinir en el mundo. Ve del agujero a la superficie.

Palabras Claves: Gran Política. Devinir. Relaciones Internacionales. Potencia.

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1	O BURACO	19
1.1	A invenção do ideal, da falta no desejo e a emergência do Estado	24
1.2	As Máquinas Sociais de conjuração dos Estados e o seu papel na produção da subjetividade capitalística	33
1.3	Ressentimento e o Estado em Nós	47
1.4	Potentia versus Potestas	56
2	O MURO	63
2.1	Máquina de Representação e Projeção	66
2.2	Os Circuitos dos Afetos	76
3	O TETO	83
3.1	O Fantasma no Teto	85
3.2	A Formação de Centros de Poder	93
3.3	O Sistema Internacional de Impotência	99
4	A SUPERFÍCIE	105
4.1	Onde Nada Falta ao Desejo	109
4.2	A Grande Política	114
4.3	Curtos-circuitos e a Abertura para a Superfície	120
4.3.1	<i>Superfície da Pele</i>	122
4.3.2	<i>Superfície na Estrutura Burocrática</i>	127
4.4	O Rizoma	132
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	147

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Habitamos *buracos* e podemos reconquistar a *superfície*. *Muros e tetos* barram tal retomada. Através de tal alegoria esta obra buscará lançar elementos teóricos para uma leitura deleuziana da formação do poder, da potência, dos centros de decisão e da própria política no mundo. É possível fomentar uma Grande Política no planeta baseada no devir, e para isto este trabalho tentará em algum nível servir.

Antes de empreender tal jornada precisamos esclarecer alguns pontos acerca do veículo na qual ela ocorrerá: a linguagem adotada. Para desenvolver essa dissertação foi preciso fugir um tanto da maneira ortodoxa de escrita acadêmica. Ela se mostrou incapaz de alcançar lugares que pretendíamos tocar. Então outras ferramentas de linguagem vieram auxiliar esta obra a se expressar. A primeira dela já expomos acima: a alegoria, onde se embute conceitos e ideias em imagens. Com este recurso uma explicação complexa pode ser demonstrada em uma única imagem, facilitando a comunicação e fixação do tema aludido.

De modo que esta dissertação usará alegorias sempre que entender necessário transmitir um conceito-imagem para o leitor. Tais alegorias sempre trarão a linguagem para a topografia. Pois, esta obra é antes de tudo um mapa, um diagrama. Cartografaremos com ideias. Descreveremos uma teoria através de paisagens abstratas. Afinal, já afirmava Deleuze e Guattari (2011b), “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (p. 19).

Ao enunciar ou se afirma ou se nega algo. A expressão da linguagem em si falseia a realidade (MOSÉ, 2018). Já que a realidade é plural enquanto que o enunciado é dual (algo é ou algo não é). Um pensamento que tente escapar desse falseamento da realidade, desse reducionismo dado pela natureza da enunciação, exige um certo tipo de esforço, um certo tipo de estética da escrita.

Se o raciocínio se desenvolve em linhas, então que se desenhe inúmeras linhas em vez de se prender a uma única, que simplificaria e limitaria a compreensão. Assim, esta dissertação algumas vezes tratará do seu tema a partir de diferentes construções que devem ser sobrepostas pelo seu leitor. Elas não tratam de coisas diferentes, são apenas linhas de raciocínio que precisaram de um

novo começo lógico que não exatamente o fim da última, mas que abordam a mesma temática das linhas anteriores, ressaltando detalhes que não couberam nas demais. Além disso, o fato do leitor construir a sobreposição das linhas de raciocínio, abre para ele a própria possibilidade de criar junto com os autores, pois estar-se-á tratando de ideias em movimento e não de leis imóveis, mas algo vivo. O fato é que as ideias estão em movimento, constatando assim que os enunciados, as ideias, os pensamentos não substituem a realidade, por isso que esses precisam se mover para acompanhar o mais próximo possível o real que tentam refletir de modo criativo, e esse movimento se faz na possibilidade do leitor sobrepor as linhas de raciocínio aqui expostas, e na própria natureza aberta de um pensamento que não se manifesta em uma única e reduzida linha de pensamento estático.

Outras ferramentas linguísticas que utilizaremos em alguns momentos para auxiliar na comunicação das ideias desta obra serão os artefatos oriundos da estética linguística da escola fenomenológica, principalmente quando tratemos dos afetos e de aspectos micropolíticos ou microfísicos da teoria. Trabalhar tais nuances exigiu que utilizássemos a comunicação fenomenológica. A primeira ferramenta adotada dessa escola é a *evocação*:

construção de uma voz do texto, como em um diálogo, que torna a própria escrita viva, vocacionada por uma existência que anima o texto de tal maneira que o leitor se sente em diálogo ao realizar a leitura. Trata-se de uma escrita reflexiva, pensante, que ressoa no leitor pela força sensível e pela plausibilidade (JÚNIOR, 2016, p. 144).

Tal ferramenta estará presente mais explicitamente em apresentações argumentativas por via de uma sequência de perguntas, que destacarei em *itálico* para que o leitor perceba se tratar de uma figura estética de expressão linguística, de uma evocação com o objetivo de trazê-lo a um exato ponto lógico almejado. Tal sequência de perguntas assumirão sempre uma estilística na direção de uma

maiêutica socrática¹. De modo que essas questões em itálico não serão necessariamente objeto direto da pesquisa, mas uma construção de escrita reflexiva que almejará dialogar com o leitor. Por vezes conciliando esta estilística enquanto ferramenta *provocativa*,

o método provocativo é aquele que coloca em xeque as compreensões do leitor, fazendo-o refletir e duvidar de suas próprias compreensões, cria possibilidades de uma epifania, que de repente explode durante a leitura (VAN MANEN, 2014 apud JÚNIOR, op. cit. p. 144).

Outra ferramenta retirada da fenomenologia é a *vocação*. Que ficará evidente nesta obra sempre que o leitor observar uma passagem para a primeira pessoa do singular. Neste momento o discurso passará a vocalizar uma compreensão a partir de um compartilhamento de uma experiência imaginada, auxiliando em grande medida no entendimento dos temas relativos a processos afetivos que são cruciais na teoria defendida nesta dissertação. Ou seja, como serão relatados processos afetivos, e tais assumem uma ordem não mensurável, onde difere em tons, níveis e graus de pessoa para pessoa, seria errado generalizar, como também seria errado despersonalizar processos profundamente singulares, assim, usa-se uma modulação para a primeira pessoa do singular para descrever processos afetivos que só posso afirmar ocorrer em mim mesmo, mas que são entendidos como grávidos de uma ressonância na própria experiência de vida dos leitores. Assim, serão vocalizados sentidos a partir de possíveis ressonâncias no compartilhamento de processos afetivos entre mim e o leitor. A própria leitura se apresentaria como uma abertura de compartilhamento de sentidos, e assim, produção conjunta de sensações-ideias.

O desafio é o da sensação que se propaga, aquela que me invade, poder ser vocacionada como algo que reverbera, mais ainda. A razão ou este corpo não devem ser amortecedores de sensações, onde as ondas que ricocheteiam pelo mundo venham se acalmar. Este corpo, sensível e pulsante, deve ser ele próprio o eco e o que ressoa. Para isso é necessário

¹ “Maiêutica em grego significa a ciência do parto e consiste em um método que, por uma multiplicação de perguntas, o interlocutor é induzido a desenvolver a capacidade de expressar com independência sua própria visão de mundo [...]. No método socrático, o ponto de partida para aprender a pensar é a ironia – o questionamento do saber estabelecido, o abandono do senso comum, varrer do pensamento crenças, mitos, tabus. Não se trata de negar o saber, a possibilidade do conhecimento e, sim, de destruir a ilusão de que se sabe. A segunda fase do seu método baseia-se no pressuposto segundo o qual, quem sabe que não sabe vai à busca do saber. Com essa finalidade Sócrates habilmente propunha questões que levavam seus discípulos a elaborar um juízo próprio sobre as mesmas. A essência da maiêutica seria essa fase de partejamento das ideias – o filósofo, de forma semelhante ao trabalho de sua mãe, uma parteira, ajudava o discípulo a extrair de seu mundo interior a verdade nele imanente” (FONTES, 2012, p. 162).

assumir uma voz. Não uma voz atomizada. Uma voz que se deixa transpassar, com a ação de deixar-ser (JÚNIOR, op. cit. p. 141).

Exposto em linhas gerais como serão apresentados os argumentos dessa dissertação, passo a discorrer acerca do seu arcabouço acadêmico.

Delimitação do problema

A partir da Filosofia Política do Devir² esta dissertação irá construir uma percepção sui generis dentro do campo das Relações Internacionais (RI) de como se constitui o Sistema Internacional, assim, após debater os elementos, processos e máquinas sociais em curso que possibilitam tal Sistema, almejamos construir uma abordagem que possibilite pensar em ações potencializadores na política mundial, capazes de colocar em prática uma Grande Política do devir no mundo.

A filosofia política do devir se caracteriza por ser um campo do pensamento desenvolvido por autores que construíram reflexões acerca do ininterrupto vira-ser da realidade, de um real que assume como única constante o eterno mudar. Como o profeta Zaratustra de Nietzsche (2011), que via a si mesmo e o mundo por “sob o portal do instante (*Augenblick*), onde se cruzam os caminhos dos tempos” (MECA, 2013, p.189). A filosofia do devir é o pensamento que observa a realidade situado em *Augenblick*, no lugar onde tudo está constantemente vindo-a-ser. Nesse sentido, Soares (2013, p. 740) irá concluir que “tudo é devir. Não somos, não estamos no mundo, mas nos tornamos com o mundo”. No mesmo sentido Fuganti complementa afirmando que “o devir – eterno e necessário vir-a-ser, que torna a existência necessária e enquanto tal nos atravessa, constitui e sustenta toda a natureza” (2007, p. 67).

É a partir deste campo da filosofia política que este trabalho irá observar como se constituem as relações internacionais, que, a partir desta outra perspectiva, buscaremos ressignificar muitos dos pressupostos carregados até hoje pelo

² Este trabalho compreende como Filosofia Política do Devir uma linha de pensamento que vai desde o pré-socrático Heráclito (SANTOS, 1990), e os pós-socráticos Cínicos gregos, em especial Diógenes (BRANHAM *et. al.* 2000), passando por parte do pensamento estoico (MESQUITA, 2018) e do epicurismo (OLIVEIRA, 2010), mais à frente no tempo com a primazia do pensamento de Spinoza (SILVA, 2015), ganhando contornos caros a esta dissertação nos formulações de Nietzsche (BOAVENTURA, 2010), Deleuze e Guattari (2012c), Bergson (WORMS, 2004), e em parte, pelo que ficou conhecido como último Foucault (2010), como também todos pensadores utilizados neste trabalho que de certa forma beberam nessa criativa e potencializadora linha do pensamento político.

mainstream das RI, com o objetivo de afetar algumas conclusões que se chega acerca da política mundial, construindo outras possibilidades de manobra e de produção de política no mundo.

Ao observar as teorias do *mainstream* das Relações Internacionais através da filosofia política do devir, passou-se a perceber que havia uma inversão de toda a imagem, que o Estado não era o cume da evolução social humana, mas o seu contrário, a emergência da impotência das forças do homem, e que todos os sistemas de centralização de poder, que culminará no Sistema Internacional são sistemas de impotência. Se mostrando um erro de origem a ideia de “potência mundial” como habitualmente utilizada.

O que Mearsheimer (2001) chamou de *Great Power Politics* na verdade seria o que categorizaremos aqui como Pequena Política, de maneira que o que se estipulou como Grandes Potências serão apresentadas nesta obra como o seu contrário, Grandes Centros de Impotência. No mesmo sentido, quando se diferencia *High Politics* e *Low Politics*, onde a primeira seria referente as grandes questões de sobrevivência dos Estados, por isto teriam alta prioridade sobre as demais (KEOHANE; NYE JR, 1998), este trabalho entenderá essa categorização como uma expressão de uma Pequena Política, e tentaremos expor o porquê disto durante a produção da narrativa desta obra.

Para o âmbito da delimitação do tema, bastará entendermos que o que chamamos de uma Grande Política é o inverso do que o *mainstream* considera como “grande”, ou “alto” nas RI³. A Grande Política se apresenta como uma crítica radical desses pressupostos, ao ponto de invertê-los completamente, levando para baixo o que se convencionou no alto e erguendo as alturas o que sempre fora ignorado.

Tal conceito, como compreendido aqui, foi cunhado primeiramente por Nietzsche (CONILL-SANCHO, 2015) e por ele é caracterizado como uma política capaz de produzir uma mudança radical no homem, transfigurando-o com o objetivo de regenerar uma grande saúde na humanidade, perdida através da produção de uma política pequena que adoece e retira as forças dos homens. A Grande Política

³ Morgenthau (1965), Mearsheimer (2001), Aron (2002), Waltz (1979) e Wohlforth (1999), para ficar em alguns de tantos pensadores relevantes de RI, consideram que Grandes Potências são as nações que possuem largos recursos para impor seus interesses sobre os interesses das demais.

seria uma superação do niilismo reativo colocado para circular pela política convencional. Um esforço para reconquistar o sentido da Terra e a liberar o homem da escravidão dos mecanismos políticos a ele impostos (e por ele produzido), e fazer da política espaço para circulação de outros mecanismos capazes de potencializar o homem. A transmutação do Escravo em Senhor de Si, e em conseqüente, Senhor da Terra a por em prática uma outra política no mundo capaz de liberar as forças dos homens e promover a vida ao invés de uma política que separa o homem do que ele pode, pervertendo a vida para servir como função em um sistema de despotencialização generalizada.

O desenvolvimento histórico-político-cultural da humanidade se fez por um *esburacamento* do nosso desejo (FUGANTI, 2007), e nos parece ser imprescindível que cartografemos um caminho inverso, em busca de uma real potencialização das forças políticas no homem. Uma política mundial (do local ao internacional, desde a minha pele ao mundo) autêntica e criadora, capaz de abrir exponencialmente as possibilidades de ação, produtora de forças ativas na política e composição dessas forças internacionalmente. Ir do *buraco* para a *superfície* é sair dos circuitos da Pequena Política e colocar nossos desejos em função da produção de Máquinas de Guerra capazes de produzir curtos-circuitos na estrutura de captura, abrindo assim campos desterritorializados de uma política da potência, liberando o desejo da sua captura, linha política para a *superfície*.

Mas esse traçado precisa ser construído, produzido, é preciso que se ouse cartografar uma linha de fuga do *buraco* para a *superfície*, que nos atrevamos a colocar o *mainstream* das RI de ponta-cabeça. Reordenar a imagem da política mundial para produzir uma compreensão da impotência na qual o Sistema Internacional é fruto e perpetua. Pois quando levamos em conta o pensamento político da Filosofia do Devir salta o quanto as teorias convencionais das RI produzem uma imagem invertida, e nessa inversão, é natural que se ache grande o que é pequeno, potente o que é pura impotência. É neste sentido que a presente pesquisa se propõe a conceber uma resposta para a seguinte questão: *Quais são as bases teóricas para a produção de uma Grande Política do devir no mundo?*

Justificativa

O porquê da produção de tal estudo atende a três ordens concatenadas. Uma de natureza epistemológica, outra que visa uma práxis, e a derradeira de ordem singular do próprio autor, ou seja, o que justifica *para mim* empreender tal pesquisa.

Epistemologicamente este trabalho se justifica ao possibilitar uma outra maneira de pensar temas sensíveis a esta ciência. De modo que há uma ambição para que ocorra uma contribuição epistemológica, sobretudo na introdução de elementos como afeto e desejo para o debate acerca da Segurança e Cooperação Internacional.

Contudo este trabalho espera não se limitar a um alargamento do pensamento teórico das RI. Almeja-se que tal movimento não se caracterize como um fim em si, mas como meio para possibilitar ações no mundo (a partir de si e de cada local) capaz de atender a uma outra forma de se fazer política. De modo que é desejado que este trabalho possibilite a construção de bases teóricas aptos a alicerçar ações a serem postas em prática para potencializar os diferentes estratos políticos, tanto em seu sentido micro como em seu sentido macro, em diferentes escalas, tanto local como global.

No nível da singularidade que me atravessa, tal dissertação se justifica enquanto expressão espontânea do meu relacionamento com o campo das RI. Desde os primeiros contatos sempre houve um estranhamento não cognoscível, toda a teoria do *mainstream* fazia em algum nível sentido, mas sempre me pareceu que algo estava ausente da análise, as respostas críticas que tive contato a essas teorias dominantes tão pouco aplacavam tal estranhamento, respeitavam em demasia as fronteiras dadas para as RI, ou quando rompiam, não iam o suficiente distante para aplacar o meu desconforto inicial. Levei tempo para entender intelectualmente esta sensação física, este tempo foi necessário para a maturação desta ideia a qual desenvolvo pesquisa. Este trabalho é tal percepção intelectualizada. Além disso, é fruto da própria prática direta da teoria abordada nesta dissertação em mim mesmo. É uma experiência singular de produção de potência a partir da expressão de um pensamento crítico e criativo, que não almeja se opor e destruir o que está estabelecido, mas em criar algo ativamente, e se por

acaso, chegue a contribuir com a superação em algum nível das velhas ressonâncias produtoras de impotência, que seja por efeito colateral da própria potência de construir outras bases para pensar e fazer política em si e no mundo.

Objetivos

A presente dissertação tem como objetivo principal: *Desenvolver bases teóricas para a produção de uma Grande Política do devir no mundo.*

Será a soma dos seguintes objetivos secundários que nos possibilitará alcançar o nosso objetivo principal, são eles: (1) *Entender como se constitui uma política mundial balizada na impotência;* (2) *Debater as bases de uma política alicerçada na potência e no devir,* e por fim; (3) *Identificar campos de potencialização que possibilitem produzir aberturas para uma Grande Política no mundo.*

Metodologia

Com o intuito de alcançar os objetivos traçados, empreendeu-se o seguinte percurso metodológico: pesquisa exploratória, qualitativa, que utilizou abordagens indiretas para acessar a realidade, através de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa exploratória se caracteriza no aprofundamento de conceitos prévios acerca de determinado tema ou questão, não abordada, até então, de maneira satisfatória (GIL, 1999). Assim, a pesquisa exploratória assume as seguintes finalidades precípua:

Proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. À medida que o estudo integre alguma(s) dessas finalidades, estará caracterizada a pesquisa exploratória. (ANDRADE, 2002)

Este trabalho desenvolve tal pesquisa exploratória sobre uma base qualitativa, afinal, há um foco na interpretação; com ênfase na subjetividade; com flexibilidade no processo de condução da pesquisa; e preocupação com o contexto, características de qualquer pesquisa qualitativa, segundo Cassel e Symon (1994, p. 127-129).

Por se tratar de um estudo teórico, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, que, para Gil (1999), é a investigação científica que é desenvolvida a partir de materiais já elaborados. Tendo como maior vantagem o fato de permitir ao pesquisador o alcance de uma gama de experiências e pensamentos muito além do que aquela possibilitada pela pesquisa em campo.

Estrutura lógica da pesquisa

Exposto o arcabouço acadêmico, passamos então a descrever resumidamente a estrutura lógica desta pesquisa, ou seja, a síntese de seu encadeamento narrativo, que se dividiu em quatro capítulos principais, acrescidos por introdução e considerações finais. Os quatro principais capítulos desta pesquisa fazem alusão à alegoria base, são eles: *O Buraco*; *O Muro*; *O Teto* e *A Superfície*.

No Capítulo 1, referente ao *buraco* se empreendeu esforço para compreender como rebaixamos o nosso desejo e fazemos política a partir dessa condição, buscando compreender os caminhos que fazem este processo culminar na produção das instituições formais de poder. Como que através da fuga negativa para o ideal e da fabricação de uma falta no desejo se possibilitou erguer a figura do Estado. Ao analisar a produção do ressentimento e da fabricação da consciência, as bases para a própria construção do Estado em Nós. E por fim o capítulo se dedica a fazer uma diferenciação crucial para a produção da teoria nesta pesquisa, que é o antagonismo entre potência e poder. *Potentia versus Potestas*.

Mas o *buraco* não se apresenta isolado, ele vem concomitantemente com um *muro* e este será o nosso Capítulo 2. Nele se almejará um entendimento de como o investimento do desejo, e assim dos afetos, produzem uma Máquina de Representação e Projeção a capturá-los, manipulando e produzindo os corpos, fazendo circular certos circuitos que propagam a captura, ressoam funções na Máquina e engendram novos e constantes investimentos do desejo em sistemas de despotencialização dos corpos envolvidos, passando a discutir como se dão os Circuitos dos Afetos e como ele conecta os buracos por territórios estriados, como tais circuitos moldam os corpos e os comportamentos, produzindo as possibilidades

de política a ser posta em prática nos corpos e no mundo. Grande Circuito Afetivo do Medo/Esperança, base para a formação teórica *mainstream* das RI.

O Sistema Buraco-Muro, conectado por circuitos afetivos a alimentar uma Máquina Abstrata de Captura só é parte da explicação. Precisaremos considerar o terceiro item da estrutura de captura e despotencialização na qual em boa parte investimos nosso desejo e somos assim separados da produção dos campos de potencialização. Este terceiro item é o *teto* (Cap. 3). O teto nada mais é que a ideia de Nação, de Pátria-mãe, a construção abstrata de identidades por sobre a Terra que substituiriam o contato direto com ela, mas não só isso, serviriam de ligação para a própria produção de identidades. A *Neurose Nacional* é em si *O Fantasma no Teto*. A bandeira que reivindica territórios para construir seus simulacros já é em si o *teto*. E é a partir destes tetos que se consolidarão Centros de Poder enquanto núcleos de impotência a capturar os desejos projetados nos muros e pô-los em investimento do alargamento do Sistema Buraco-Muro-Teto que despotencializa a todos, inclusive os que manipulem tais centros. Exercer um poder por sobre os demais *buracos* já é em si um sintoma da impotência à qual estão sujeitos.

Por fim trataremos da imagem-conceito da *superfície* (Cap. 4), objetivo final deste trabalho. A *superfície* é a política a partir da composição com o devir, para tanto se iniciará discutindo neste capítulo o que vem a ser uma Grande Política, o que ensejará uma percepção do desejo não mais como falta, mas como transbordamento a compor com outros desejos interessantes e criadores de políticas de potência. Como produzir curtos nos circuitos de despotencialização do Sistema Buraco-Muro-Teto, desterritorializando espaços, os abrindo para a circulação de outros afetos interessantes a vida, possibilitando campos para o fazer político a partir não mais de um *buraco* projetando em muros e compondo com fantasmas em *tetos*, mas a partir de *superfícies*: no campo da Educação, do Poder, da Borda. Por derradeiro, como compor *rizomas* (DELEUZE; GUATTARI, 2011b) para além de si e do local, possibilitando outras relações internacionais não mais mediadas por estruturas arborescentes tendo como elo o *teto* dos Estados, ou pela projeção dos indivíduos, mas por velocidades de composição supranacionais que ensejem *territórios caosmopolíticos* (LIMA, 2016) comuns para a composição de políticas de

promoção da potência e da vida. Por uma política capaz de reconquistar a *superfície*.

Ao fim da explicação das três primeiras imagens-conceitos (*buraco*, *muro* e *teto*), espera-se ter alcançado um entendimento claro de como ocorre a captura que culmina, no fim, na emergência do Sistema Internacional de Impotência. Ao trabalhar cada uma dessas formas, deveremos compreender os mecanismos que permitem a obstrução da expressão intensiva da potência, onde começa, como se estrutura, como se põe enquanto máquina a agenciar e capturar. Pois, sem perceber o processo, a fuga se faz de modo bastante perigoso. Periga retornar capturado. Periga confundir fuga com captura, construindo um outro buraco. Periga ser extinto no processo.

Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 26).

Os mecanismos de impotência política mundial precisam ser detalhados, para se pensar outras formas de política mundial intensiva, ou ainda, mais do que pensar, habitar outros espaços, retomar a superfície, e assim, perceber que da mesma maneira que naturalmente, ao habitar o *buraco*, a necessidade de captura e agenciamento se faz presente, ao retornar à *superfície* os bloqueios da própria potência, ou seja, da capacidade de criar suas próprias condições de existência não mais se apresentarão, e da mesma maneira, com total naturalidade poderá emergir a Grande Política, que não precisará mais capturar e agenciar, rebaixar os outros corpos.

Mas não nos enganemos, escapar da gravidade do *buraco negro* não é tarefa fácil, as máquinas de captura não param, é preciso antes criar Máquinas de Guerra (DELEUZE; GUATTARI, 2012b) a desconstruir em diferentes campos tal maquinaria despontencializadora, que separa a vida do que ela pode, e assim resgatar a potência em um desejo sem falta, capacitando-o a compor politicamente não mais pela miséria afetiva do poder, mas pela dádiva e generosidade de um desejo que transborda pela potência.

Exposto o que será estudado, como, para quê e o porquê de escrever sobre tal problemática, é hora de iniciarmos nossa discussão, e começaremos exatamente pela primeira imagem-conceito. O *buraco*.

1. O BURACO

Havia um homem, com mesma inteligência que a nossa, centenas de anos antes da consolidação das primeiras instituições de poder (HARARI, 2015; MOSÉ, 2013). Então *o que foi necessário para que o poder se institucionalizasse em dado momento? De dada forma e não de outra? Por qual motivo não ocorreu assim que surgiram as primeiras comunidades humanas de nômades? Por qual motivo viria a ocorrer apenas bem depois? O que moveu esses homens a se organizarem em certo formato e não em outro? Culminando, no fim, no que passaremos a chamar a partir da modernidade de Estado, ou Estado-nação? Enfim, por que o Estado se desenvolve como forma hegemônica?* Essas não são questões a serem tratadas apenas pela Antropologia, Etnografia, Ciência Política, História ou Arqueologia. São quesitos cruciais para as RI. Pois serão as respostas a essas perguntas que possibilitarão enxergar as relações políticas mundiais de um jeito ou de outro, ajudarão a pensar alternativas para a ação no mundo, e, no mínimo, nos capacita a entender as relações internacionais em uma de suas pedras angulares, os Estados. Delegar respostas a essas perguntas a outras ciências, é uma acomodação das RI – ao nosso ver – injustificável.

Ao analisar quais foram as bases abstratas e as condições do desejo que tornou possível emergir a forma Estado-nação como configuração hegemônica na política do mundo, conjuntamente com as contradições⁴ que esse desenho institucional acarreta em nível global, poderemos encontrar indicações de como passamos a habitar *buracos* ao mesmo tempo que poderá nos fazer entender da necessidade da promoção de uma Grande Política, cerne deste trabalho.

Para as teorias *mainstream* das RI, os Estados – atores únicos ou não – são fatos dados (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013), quando na verdade, era nessa fase que poderíamos começar a compreender a origem das questões pertinentes da

⁴ Entendemos como contradições: O risco de guerras com potencial de destruição de toda a humanidade (BULL, 2002); O Dilema da Segurança, que torna o mundo cada vez mais inseguro ao se buscar segurança (HERZ, 1950); A incapacidade das nações de fazerem frente a destruição deliberada das condições ambientais para a própria sobrevivência da humanidade (JONAS, 2006). Essas contradições são assim vistas por irem de encontro direto com a própria lógica de sobrevivência das nações e da própria humanidade, e para nós, tais contradições não se explicam pela mera afirmação de uma condição de uma Anarquia Internacional (BULL, op. cit.), mas pelo fato dos tomadores de decisão nos estados se verem vinculados a uma lógica particular do desejo, fazendo correr determinados afetos que os impulsionam a esta condição e não a outras.

própria agenda das RI para essas escolas, como Segurança Internacional e Cooperação. Desatentos a origem, as possibilidades de sociedade que se tem, são em demasiado limitadas. É preciso retornar e pensar sobre a gênese do que viríamos a chamar de Estado para entendermos como se dão os Sistemas Internacionais⁵, na sua forma e qualidade. Tomar como um simples fato concreto que os Estados existem, sem se perguntar o que propiciou a emergência de tal configuração social, e resumir toda a problemática internacional ao fato de não haver um poder superior que organize os Estados-nações, imaginando que os tomadores de decisão agem como agem, criam guerras, e põem em risco a própria existência do planeta (visto o risco de uma Guerra Nuclear ou o próprio desequilíbrio ambiental) pela falta de um poder superior que limite as partes e as organize por um bem comum pelo império da sua vontade imposta (PECEQUILO, 2019), nos parece uma explicação bastante simplista do problema.

Acreditar que os Estados agem como agem por falta de um poder *pater* (na ausência de um “Pai Dominador”), que é o que se quer dizer com Anarquia Internacional (BULL, 2002), limita as RI a quase que completa incapacidade de manobra do pensamento. Aleija as RI ao ponto de quase não haver qualquer abertura para que se ouse pensar as relações internacionais, seria (para as correntes convencionais) tão somente uma ciência voltada para debater os cálculos que certo Estado deve ter feito ao agir assim e não de outro modo, e que cálculos tais Estados estão fazendo para agir no futuro próximo ou distante, *orquestrando isso e não aquilo para este ou aquele fim. Será que as Relações Internacionais se resumiriam a este papel? As Relações Internacionais seriam somente uma espécie de Corretora do Cenário Internacional?* Nós entendemos que, do mesmo jeito que a

⁵ Há um tópico específico para tratar do nosso entendimento acerca dos Sistemas Internacionais, mas adiantamos uma prévia compreensão preliminar do termo para que o leitor acompanhe o exato uso da expressão. Assim, Sistemas Internacionais é entendido aqui enquanto estrias territoriais que transcendem os domínios nacionais formalizados e ligam os centros de decisão do poder pelo mundo, construindo assim conexões entre as diferentes estruturas de poder (estatais ou não) por sobre o território do globo. De modo que há sempre uma consideração, um reconhecimento e um peso exercido nos Sistemas pelas unidades (nacionais ou supranacionais). Sistemas Internacionais são ao mesmo tempo produtos e meios de expressão das forças estruturantes, rompendo estrias, fortalecendo outras, traçando novas trincheiras por onde é permitido que determinados afetos circulem, reterritorializando tudo que encontrar desterritorializado pelo caminho, jogando para dentro de uma estria já existente ou – se necessário – cavando uma nova, enquanto que lança para margem tudo que não servir para alimentar a estrutura internacional estriada. Complexo sistema mutante de trincheiras que conecta as Máquinas Abstratas de Representação e Projeção a capturar os desejos e produzir os corpos. Vigorosos canais por onde circulam, antes de tudo, afetos a produzir subjetividades nos *buracos*.

ciência econômica não se resume – nem de longe – a especulação no capitalismo financeiro, as RI não deveriam se autolimitar apenas a essa função de “decifradora” ou ainda quiromântica do comportamento estatal no cenário internacional. Indo além, ao atribuir a si apenas tal função, as teorias *mainstream* das RI produzem uma visão de política mundial eivada de engodos que tentaremos, durante esta obra, explicitar e propor superações.

Entendemos que as Relações Internacionais podem e devem atuar para muito além dos objetivos práticos que as teorias *mainstream* tem delegado a esta ciência, e assim, este trabalho compreende ser necessário uma outra visão sobre várias questões clássicas das RI, entre elas: poder, potência, origem dos Estados, e a própria concepção de política internacional. Reconfigurar tais conceitos possibilita que possamos contribuir com forças do campo que trabalham para liberarem as RI da prisão da mera interpretação dos comportamentos estatais, indicando para uma reabertura da capacidade de pensar e produzir a política mundial. Com tal intento, este trabalho se esforçará por provocar uma outra percepção dos conceitos acima listados, de modo que nos propomos a demonstrar uma *imagem invertida* (DELEUZE, 2018). O que o *mainstream* das RI considera Grande, seria na verdade Pequeno, e o que ele considera potente, seria na verdade a mais profunda expressão da impotência. Para explicar isso, formulou-se conceitos-imagens que facilitassem o compartilhamento de tal percepção, sendo o primeiro, este: *O Buraco*.

Pois, a estrutura formal de poder em constante jogo no mundo, desde sempre, caracteriza-se (como defenderemos durante todo este documento) em maior destaque pela sua impotência. É o contrário do alardeado. As erroneamente chamadas, “grandes potências”, são tão somente destinatários de uma máquina de captura mundial, encadeamento de capturas, agenciamento do desejo gregário centrífugo, marcados pela impotência. Este trabalho se dedicará a constatar tal processo, e a partir de então, pensar formas verdadeiramente potencializadoras de produzir política, do local ao mundial.

Buscaremos argumentar aqui que o tecido do mundo é um tecido *esburacado*, estriado, onde uma máquina de captura e agenciamento acaba por produzir um duplo movimento ao girar, mais rápido ou mais lento, a depender da tensão dos espaços. Uma força centrífuga, a capturar a subjetividade e (sobre)codificar os

espaços, e uma força centrípeta, a empurrar para a margem, para o banimento ou extinção, tudo que não couber em direção as estrias que levam aos centros (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Quem captura, tem que ter sido capturado antes de tudo (FUGANTI, 2007). A necessidade de apropriação é em si uma deficiência de poder. Argumentaremos no transcorrer das discussões aqui dispostas que só se põe a capturar aquele que não é capaz de expressar sua potência (DELEUZE, 2017). E só se é incapaz de exercer sua potência naquele corpo capturado (FUGANTI, 2001). Assim, diferente do que o senso comum imagina, os centros de poder – que são em si centros de impotência – são os mais capturados de toda a máquina de agenciamento, e por isso mesmo precisam cooptar os demais corpos políticos, replicando as suas decadentes condições com o peso da estrutura que por ventura os atravessem. Pois quanto mais impotente se é, quanto mais raquítico de potência se é, quanto mais incapaz de criar as próprias condições de existência, maior a necessidade de compensação através de um controle extensivo por sobre o espaço estriado, assim, maior a necessidade de dominação, de poder extensivo, de hegemonia, de garantias de segurança. Como bem percebeu Zaratustra “Olhai como sobem trepando, esses ágeis macacos! Sobem trepando uns por cima dos outros e atirando-se mutuamente, assim no lodo e no abismo” (NIETZSCHE, p. 74, 2011). A luta política das erroneamente chamadas grandes potências, tratadas aqui como centros de impotência, é o esforço dos *ágeis macacos* de Zaratustra.

Tentar-se-á argumentar que os grandes centros de impotências são gigantescos buracos negros a exercer a sua gravidade estrutural. Tanto para atrair quanto para expulsar. Espaço sem luz, quanto mais se aproxima destes, menor o movimento, maior a estagnação, e assim, maior impotência. Esses corpos atraídos, ao se aproximarem desses *buracos negros* – perdendo cada vez mais potência – tem, portanto, a necessidade de também capturar para compensar a crescente ausência de mecanismos que permitam expressar sua própria potência, alargando o *buraco* como um todo (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Aprofundar-se na *depressão* geomorfológica do desejo é em si o processo de bloqueio da expressão da sua própria potência (SPINOZA, 2016; NEGRI, 1993; DELEUZE, 2018). É o abandono da *superfície*.

Não há como ser diferente para o habitante do *buraco*. Sua incapacidade de gerar potência por si, sua condição de total capturado, lhe impõe uma percepção de mundo que exige tais sentidos. Talvez por isso as teorias realistas (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013) exprimem uma desconfiança do outro, uma política que usa o afeto do medo (ou do seu irmão, tão negativo quanto, a esperança, para não deixar os impotentes idealistas de fora) como base do desejo. São teorias forjadas do *buraco* para um mundo *esburacado*. Uma incapacidade de compor com e no tempo, uma tentativa eternamente inalcançável de controlar as condições, os resultados, alijados de se abrir para os próprios afetos ativos.

São bem conhecidas as máximas Realistas (PECEQUILO, 2019), que se nutrem da imaginação de falarem do mundo como ele é, e não como gostariam que fosse. Mas esse “é” que eles percebem não passa de uma visão estreita a partir do ser do *buraco*, do ser que escava *buracos*, que alarga estrias no espaço, que ressoa e conecta-os, e por não mais encontrarem rotas para a *superfície* passam a tratar do *buraco* como realidade última, deixando escapar toda uma geomorfologia de estruturas afetivas e sociais nos quais estamos todos inseridos, e que correm como rios subterrâneos vigorosos a moldar a forma concreta da política aparente.

O que chamam de poder e/ou potência mundial (enganoso sinônimo, como tentaremos demonstrar no ponto 1.3 deste capítulo) é tão somente o efeito de uma maneira impotente de gerir o desejo, desembocando na necessidade de captura do outro, de rebaixar o outro e ocupar um espaço mais central no *buraco*, esse, marcado pelo agravamento da impotência sistêmica. No fim, trata-se de sentidos válidos apenas para uma pequena política, eivada de passividade, ressentimento e impotência.

O homem abandona a *superfície* do acontecimento e *esburaca* o espaço liso, formando estrias territoriais e se entrincheirando nelas, sistematicamente, constrói uma máquina social que ganhará várias denominações e configurações na geografia e na história, e a atualmente hegemônica quase que totalmente na forma do Estado-nação, e assim, em cada uma dessas formas o homem se submete a elas (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). A migração da *superfície* para a vida em *buracos*. Os Estados e os Sistemas Internacionais, não passam – como começaremos a tentar demonstrar – de *buracos* em ressonância. “Atraídos por um buraco negro, e

todos os buracos negros ressoando em conjunto” (DELEUZE; GUATTARI, 2011c, p. 76).

Por hora, vamos nos ater a perceber como construímos e entramos primeiramente nestes *buracos*, para então buscar uma elaboração teórica de qual é o papel do poder extensivo e assim, da construção de centros de poder nesses espaços *esburacados*. Neste capítulo, a partir de agora se dedicará a entender como que tiramos os nossos desejos da *superfície* e cavamos tais *buracos*, passando a habitá-los, desejando e fazendo política a partir desta condição. É preciso, pois, compreender os mecanismos em curso que reproduzem este processo ininterruptamente.

1.1. A invenção do ideal, da falta no desejo e a emergência do Estado

Para que seja possível *esburacar* o espaço, sair da *superfície* e habitar uma dessas depressões, foi preciso que o mundo fosse cindido em, pelo menos, dois. A cisão do mundo é, em si, a história do pensamento, é a incursão que introjetará a falta no desejo, e assim, *esburacará* a superfície.

Criar a fábula de um mundo "diverso" desse não tem sentido algum se pressupusermos que um instinto de calúnia, de amesquinhamento, de suspeição da vida não exercer poder sobre nós. Neste último caso, nos vingamos da vida com a fantasmagoria de uma "outra" vida, de uma vida "melhor" (NIETZSCHE, 2000, p. 11).

E como cindimos a vida em duas? Pela força da consciência, e para que isso pudesse ocorrer fora preciso que de algum modo vislumbrássemos a morte. Essa teve que ser percebida, para, só então, se ter consciência da vida, e ao perceber vida e morte, se refletiu. Foi preciso que se vislumbrasse a mortalidade para que nascesse o pensamento. Afinal,

Se tudo nasce e morre, a vida é um intervalo entre uma coisa e outra. A incorporação deste primeiro contorno foi, possivelmente, o limite capaz de fazer nascer o pensamento. Pensar é um gesto que acontece no vazio cavado pela incorporação da morte (MOSE, 2013, p. 14).

Para o pensamento enxergar a vida e a morte é preciso que ele realize uma dobra. O pensamento é em si uma dobra (MIOTTO, 2016). Uma sobreposição de perspectiva sobre si mesmo. Uma percepção de si de fora. O corpo ao se dobrar em

pensamento e se perceber percebendo produz pela primeira vez um espaço subjetivo, e assim nasce a consciência (FOUCAULT, 2010).

Mas por que a necessidade de se cultuar os mortos? A resposta a tal questão é imprescindível para entendermos como nasce as primeiras formatações do que culminou hoje na figura do Estado Moderno. Encontraremos nos cemitérios as primeiras formas de limitação da vida nômade. Esses, quando vão morrer, apenas se descarrilhavam do grupo, ficando para trás. Mas com o surgimento de um local onde se dar ao fim, se faz como o primeiro ponto subjetivo do espaço, até então liso⁶. É a primeira estria. A necessidade de gerar um ritual para tal momento e inscrever um espaço sagrado onde celebrar os antepassados, é o início da cisão do mundo em dois. Um espaço que não é só para morrer, mas que ligaria o mundo concreto a um outro mundo. Invenção do espaço sagrado. Dobra do pensamento, estria do espaço. Foi o início de uma cisão que seria aprofundada cada vez mais. O culto aos mortos foi a fagulha de algo que se expandiria e se tornaria o paradigma de todo o processo hegemônico da civilização.

“É preciso que complexos orgânicos criem descontinuidades no fluxo contínuo dos acontecimentos para que eles possam perceber objetos, substâncias, relações causais” (MATTIOLI, 2013, p. 345). E assim nasce o pensamento como separado da vida, a dobra da existência, e a cisão do mundo, o surgimento da consciência. Pois quando se pensa em algo após a morte, não se cria um outro mundo, mas se divide a realidade em duas. Em outras palavras, ao criar outros mundos, não se multiplica este, pelo contrário, divide-o. O pensamento do que habita o outro lado após a morte é uma criação que se refletirá nas formas de se viver. É nesse sentido, que ao imaginar um outro mundo, se está moldando a forma de se viver neste, é o nascimento da moral (NIETZSCHE, 2019).

É o início da escavação dos *buracos*. Porque é na criação de outros mundos que se irá inserir o ideal no seio do desejo. O desejo não como força, mas como falta (DELEUZE, 1996). E essa ideia vai ganhar potencializações durante a história. Como bem perguntou Nietzsche (2019), *quanto custou nesse mundo a construção*

⁶ “A necrópole de ontem é o núcleo seminal da cidade dos vivos de hoje. É para a necrópole que nossos antepassados, via de regra ainda nômades, iam regularmente para reverenciar os mortos [...]. O cemitério é o pretexto de encontros e reencontros, o lugar da religião dos mortos, o embrião da cultura, o *locus* da convivalidade e da criação cultural. A cidade é a ruptura do nomadismo e o início da vida sedentária, o início de qualquer civilização” (FREITAG, 2006, p. 110-111).

de cada ideal? Os gregos pré-socráticos eram muito mais vinculados ao devir, a vida em movimento, ao acontecimento, e não ao ideal (MOSÉ, 2018).

A questão da filosofia grega pré-socrática partia da arte como mediação para se relacionar com o mundo, e a vida era encarada como algo muito maior que a capacidade de conhecimento do homem, então recorriam aos mitos para ter algum entendimento do mundo, mas sem a pretensão de exaurir o mundo pelo conhecimento. O interesse dos pré-socráticos residia no devir, um vir a ser constante, a vida em acontecimento sem começo e sem fim, em permanente ocorrência, e não em verdades, consciência e ideais (MOSÉ, 2018). Como bem nos mostrou o último Foucault (2010), a questão da filosofia primeira nas cidades gregas não era em nada o conhecer, mas sim o criar, o sentir, o cuidar. Todo o problema da história do pensamento e da filosofia se daria na mudança desses verbos ativos para o verbo analítico do conhecer. Antes era o “cuida de si mesmo”, mas em certo ponto isso muda para o “conhece a si mesmo”, e esse movimento concretiza a expurgação da corporeidade e uma superavaliação do pensamento, é a fuga do devir para a consciência (GRABOIS, 2011).

Tal movimento é tão significativo na visão de Foucault (2006) que ele irá datar o início da modernidade neste momento, um absurdo para os manuais clássicos de filosofia e história datar a modernidade no meio da antiguidade, mas a modernidade se caracterizará pelo esforço de controlar a vida, a realidade, o corpo e as intempéries. Movimento só possível a partir de uma fuga do devir em busca de um refúgio seguro na imaginação reativa da consciência (NIETZSCHE, 2019).

A consciência sempre remexerá matéria morta. Esta, entra em contato com os rastros da vida, após ter passado e já não se encontrar mais ali. A intenção de interpretar a realidade, julgar a vida, o que chamamos de “tomar consciência” se caracteriza como um momento retardatário a experiência da realidade. Quem interpreta, julga, avalia, não experiencia (NIETZSCHE, 2017). É preciso por em uma cadeira a vida para que a consciência a avalie, mas ela nunca é posta na cadeira efetivamente, senão um pedaço imaginário dela que a consciência imagina ter capturado (NIETZSCHE, 2011).

E aqui nasce a grande mentira da consciência, o grande salto da *superfície* para o *buraco*. Enquanto que Heráclito (SANTOS, 1990) via na mudança a beleza do

mundo. No devir o maior sentido da vida, Parmênides olhará para o devir e pensará ressentidamente, para ele a vida só poderia ser um castigo de um Deus terrível. Nascer sem sentido algum, viver e morrer sem nenhum propósito. Nada permanece, tudo em transformação, sem extensão ou constância alguma. O devir para Parmênides era algo negativo. A saída para este “problema” desenhará o rumo que tomou a nossa civilização (MOSÉ, 2018).

Para Parmênides, tudo muda, não teria, pois, sentido a vida, e seria algo perverso por ser impermanente, na matéria, mas seguindo a via do pensamento, no plano da ideia, se alcançaria a eternidade. Existiria algo que não mudaria junto ao devir, pois tudo que muda não é, mas o ser ao pensar e dizer, é. Essa será a base para a construção de Platão, que desenvolverá largamente a conclusão de Parmênides (MOSÉ, op. cit.). Será a transferência da vida, levada ao sumo pelo corpo, no devir, para a vida mediada pelo pensamento, na consciência. E é nesse processo que o desejo perde sua via de expressão direta, e não encontrará mais um corpo para exercer sua vontade de potência (NIETZSCHE, 2011), estará barrado em um pensamento que inoculará nele uma falta ao almejar o ideal.

Todas as percepções sensíveis, julga Parmênides, fornecem apenas ilusões; e sua ilusão principal é justamente que elas nos fazem crer que também o não Ser é, que também o devir tem um ser. Toda aquela pluralidade e aquele colorido do mundo conhecido pela experiência, a mudança de suas qualidades, a ordem em sua ascensão e declínio é impiedosamente descartada (NIETZSCHE, 1999 apud MATTIOLI, 2013. p. 336).

A exterioridade e o mundo real em devir, ou seja, a *superfície*, foi rechaçada para longe. O corpo só atrapalharia o acesso ao conhecimento, que habitaria o espírito. O sentido da vida seria agora metafísico, fora do mundo, longe do devir. É a clara concepção do ressentido, impotente demais para afirmar a vida em acontecimento, se refugia no pensamento, onde pode fantasiar idealismos enquanto que, nesse processo, vai-se escapando da superfície da vida.

É neste ponto que se alarga a perda de ligação com o acontecimento, com a linha de afirmação do desejo em criar as próprias condições da existência, a potência de criar, e se torna refém de uma referência extrínseca ao próprio corpo (DELEUZE, 2018). Ficando refém de um ideal que lhe rouba a capacidade de acontecer, e assim, o desejo é separado do que ele pode. É o triunfo da impotência. A vitória dos escravos.

A força do senhor advém da sua interpretação e produção a partir de si, imediata e afirmativa, enquanto o escravo não interpreta nesse sentido, sua força é pura reação e negação de um outro que lhe é exterior. O tipo nobre, como força ativa, quer expandir sua potência e assimila a resistência como acréscimo de potência, voltando-se para o exterior. A operação do escravo - ou força dominada e reativa - é distinta. Por ter impedido a expansão volta-se sobre si. “A Interpretação do escravo repousa, assim, na repressão e na interiorização das pulsões que bloqueadas, voltam-se sobre si” (Kossovith, 2004, p. 58). Nasce daí a interpretação vil e a vingança dos escravos: o ressentimento. (TÓTORA, 2008, p. 137)

Nietzsche (MOSÉ, 2018) irá concluir que o pensamento de Parmênides será escavado pelo modelo Platônico. É o nascimento do “ser”, da concepção de que possuímos uma essência imutável, imune as impermanências da vida. E que o mundo, o corpo e a matéria eram imperfeitos, só a ideia alcançaria a perfeição, o ideal platônico, e que a luta se daria em transformar a realidade imperfeita o mais próximo da ideia perfeita. É o segundo grande passo para a escavação *do buraco negro*. Tal modo de perceber o mundo será alargado desde essa época e seguindo até a contemporaneidade, muito em conta pelo cristianismo que perpetuará a lógica platônica-socrática de forma simplificada. “O ideal, que enganou os tipos elevados da antiguidade e os fez atravessar a ponte que conduz à cruz” (NIETZSCHE, 2010, p. 97).

De onde surgiu a necessidade de modelos para o homem? Se eles não existem por si, precisaram ser inventados. O que impulsionou o homem a criar ideais? Modelos e ideais surgem de uma viscosidade do desejo, de um adensamento, de uma diminuição de velocidade, de uma estagnação, enfim, de um estado do desejo em nós. Da confusão entre o acontecido em mim com o acontecimento, o devir (DELEUZE, 2018). E tal estagnação é um pântano, onde se afunda e gera uma falsa noção de profundidade. “Verdadeiro terreno pantanoso, cresce toda erva ruim, toda planta venenosa, e tudo tão pequeno, tão escondido, tão insincero, tão adocicado. Aqui pululam os vermes” (NIETZSCHE, 2019, p. 51).

Mais do que isso, o ideal é o produto da invenção da consciência. A consciência é um estado atrasado de percepção da vida. Primeiro algo acontece, só depois que se gera consciência sobre. A consciência é a maneira retardada de uma relação com o devir. Ela se relaciona com o que já não existe mais, com a matéria morta, e ao se distanciar do acontecimento em efetuação, ela se separa da capacidade de expressão do desejo criador de intensidade e de potência. O desejo

vai ser separado da vida e dos meios de se efetuar (DELEUZE, 2018). Bloqueado, e separado do fluxo, rapidamente a consciência se arvorará a confundir o acontecido em mim, comigo mesmo. Se confunde o devir com o estado de ser. E se pode finalmente ser afirmado: “eu sou” (MOSÉ, 2018).

O absoluto da consciência é o absoluto da impotência, e a intensidade da paixão, o calor do vazio, nessa redundância de ressonância. Pois a subjetivação constitui essencialmente processos lineares finitos, de forma que um termina antes que o outro comece (DELEUZE; GUATTARI. 2011c, p. 75-76).

Então, ao estar separado do acontecimento, e confundido com o estado de ser em mim, trocando a realidade pela consciência de realidade, cambiando o acontecimento pelo acontecido em mim, a minha conduta, ou melhor, a conduta oriunda da consciência só poderá desaguar em um duplo *ideal-ressentimento*.

Se é dominado pelo ressentimento pelo fato de se estar separado da potência de acontecer (NIETZSCHE, 2011). E se está separado de experimentar o acontecimento pelo fato de se ter relacionado com ele através da consciência, que só consegue lidar com algo que já passou, ou seja, que já aconteceu, com um estado de ser, com uma afecção retardatária do real em mim. E só se investe na consciência como modo de vida pela incapacidade de afirmar o acontecimento, a diferença, a multiplicidade, a impermanência, o devir (DELEUZE, 2018). O desejo passa a investir no que lhe separa do que ele pode, é o ciclo vicioso da impotência como meio de conservação da vida, feita fraca. “Já se sabe quem carrega na consciência a invenção da ‘má consciência’ - o homem do ressentimento!” (NIETZSCHE, 2019, p. 29).

Algo acontece, quando não consigo lidar com um fato, então resta-me fugir para a consciência, crio ideais e ressentimentos, me confundo com esse estado de ser em mim incapaz de afirmar o que me aconteceu, e desqualifico o acontecimento. Me torno o acontecido em mim e me separo do fluxo de realidade em devir (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Meu desejo, por sua vez, perde a capacidade de criar valor por si mesmo, e agora vai ser utilizado na tentativa vã de compensação, devido minha incapacidade de afirmar a vida, inundo-me de ressentimento, e irei buscar um ideal, um objetivo que me resgate do pântano em que atolei, a busca pelo ideal, a vida através de um desejo intencional em vez de intensivo. A crença de que algo falta ao meu desejo, desejar pela metade, de onde faltaria uma outra metade

que o completaria. É aí que se joga o desejo no pântano, e é nesse plano viscoso que se cava o *buraco* que passarei a habitar e interpretar tanto a vida, quanto o mundo e inevitavelmente, deste ponto afetivo que farei política.

Essa maneira de registrar, usar a memória, usar a linguagem, erguer nossas culturas, fazer política, organizar as instituições sociais, pensar as relações internacionais, serão permeados por memórias de marca e criação de decalques (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Afastado da potência de criar as próprias condições de existir, começamos a buscar compensações agenciando nossos desejos ao poder, ao prazer, à dominação, tudo que possa apaziguar nossa impotência. Já que me encontro separado do devir, e me relaciono com a vida a partir da consciência, que só lida com objeto pútrido da memória interpretada, acabo por introduzir no desejo uma falta, ele deixa de ser uma força para se transformar em um meio a um fim inalcançável. Vira um meio querer, onde lhe faltaria o que lhe completasse, o ideal. Vida feita pobre, tornada fraca e habitada pela impotência. Abandono da *superfície* e escavação do *buraco*.

Ao se investir na busca de ideais se acopla o desejo a circuitos fantasmáticos⁷. E esse ideal, mesmo que inalcançável, será um ponto de ancoragem do sujeito. Quanto mais elevado, mais *esburaca*. Mais o afasta da superfície do devir, e quanto mais afastado do acontecimento, mais ressentido, e assim, mais se investirá no ideal. Este é o ciclo vicioso que *esburaca* o espaço da vida.

Quando perco o compasso do acontecimento, me atraso, retardo minha composição e não sei como retomar, recompor com a vida em curso, alheio a esse processo afetivo, caio necessariamente na consciência que essa não-composição gerou em mim, me alimento dos afetos passivos e reativos que brotam, e incapaz de expressar a vida através de mim, encerrarei por julgá-la. A minha consciência se agarrará a um ideal estático imaginado, comparará com a vida fluida e não restará senão bÍlis por não composição. Apontar de dedo rancoroso. Irei então passar a investir na vida concreta a partir desse ponto descompassado, a partir de minha consciência e da moral reativa que ela gerou. Farei, então, política não compondo com a vida, com a minha potência e a partir de um plano de consistência e

⁷ Por fantasmático entende-se a qualidade holográfica de algo. A característica imaginária que faz alusão a ideia de um fantasma, ficção projetada e fixada que apresenta uma existência imaginada, criada, algo não-existente que se comporta como existente. Por sua vez, o circuito fantasmático faz referência ao encadeamento de tais ficções.

multiplicidade que promova a vida em sua exuberância, fluxo e diferenciação, mas farei política baseado em julgamentos morais que tomarão como referência um sistema de valores que se traduzem em linguagem a minha despotencialização, os meus afetos reativos, o meu descompasso, o meu medo diante dos tempos e velocidades que não consigo mais acompanhar, irei me agarrar a uma ideia como um naufrago que caiu do barco em uma tempestade e encontra afloramentos de corais, por mais que machuquem, se segurará cada vez mais forte neles. A queda da *superfície* para o *buraco*, e como o processo foi rápido demais, não o entendi, e assim, alheio ao ocorrido, não percebo que caí, e ao invés de me dedicar a retornar para a *superfície*, irei investir no alargamento do *buraco*, na criação de outros, nas estrias que os ligam, nas capturas que possam arrancar do sistema de *buracos* alguma hiponutrição para o meu corpo que já não consegue mais se alimentar da dinâmica da vida. Investirei no poder como compensação.

Assim, não é obra do acaso o surgimento das formas de poder que culminarão na hegemonia do Estado Moderno. Tampouco é por uma evolução civilizacional progressiva, como pensou Kant (2020), que culminará inevitavelmente numa Paz Perpétua cedo ou tarde. As formas burocráticas de poder institucionalizadas na história e na geografia da Terra são frutos de processos de gerência do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Desejo em composição com o devir, ao que nada falta, pelo contrário, excede, dadivoso, potente, ou o desejo baseado na falta, no ideal, portanto, despotencializado, carente, medroso, sempre ameaçado por todos os lados.

O Estado não se explica por um desenvolvimento das forças produtivas, nem por uma diferenciação das forças políticas. É ele, ao contrário, que torna possível o empreendimento das grandes obras, a constituição dos excedentes e a organização das funções públicas correspondentes. É ele que torna possível a distinção entre governantes e governados. Não há como explicar o Estado por aquilo que o supõe (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 16).

Etienne De La Boétie já desconfiara deste processo no início da Idade Moderna. Ele dizia em seu Discurso da Servidão Voluntária (1986, p. 21): “Temos, antes, de procurar saber como esse desejo teimoso de servir se foi enraizando a ponto de o amor à liberdade parecer coisa pouco natural”. Ora, a origem do próprio conceito de Leviatã (HOBBS, 2019) trata justamente da troca de liberdade por segurança. Etienne ficou admirado como o povo podia preferir não sei que

segurança a uma vida livre. Vislumbrou o processo que descrevemos aqui, não o compreendendo em sua amplitude, mas já fizera muito, entendera que algo se passava de estranho, algo não confessado. Antes de se arvorar em discutir as formas dos sistemas estatais, enquanto poder localizado ou dentro de um sistema político global, parou e refletiu acerca do que gerara essa necessidade de uma gigantesca massa se permitir a ser servil a uma família ou a um tirano. Alcançou o entendimento indireto de se tratar de uma questão de desejo, disse: “Estranhamente, a natureza se recusa a dar aos homens um desejo forte” (op. cit., p. 12). Em Deleuze e Guattari (2011a) a questão do desejo ganharia sua compreensão mais refinada, mas La Boétie já entendera se tratar de um desejo enfraquecido, mesmo que não compreendesse os dispositivos como expostos por Deleuze e Guattari, ele desconfiara do motivo, citando um acontecimento digno dos estudos em Relações Internacionais. O caso da invasão territorial da Lídia, por Ciro II, Imperador Persa.

Ciro, depois de se ter apoderado de Sardes, capital da Lídia, quando aprisionou o riquíssimo rei Crespo e o levou cativo. Trouxeram-lhe a notícia de que os de Sardes se tinham revoltado. Ter-lhe-ia sido fácil dominá-los.

Não desejando saquear uma tão bela cidade nem querendo destacar para lá um exército que a vigiasse, recorreu a um outro expediente. Fundou nela bordéis, tabernas e jogos públicos e publicou um decreto que obrigava os habitantes a frequentá-los.

Tão bons resultados teve esta guarnição que foi desnecessário daí em diante levantar a espada contra os lídios. Os desgraçados divertiam-se a inventar toda a casta de jogos, de tal forma que a palavra latina usada para significar “passatempos” é a palavra “ludi”, que vem de “Lydu”, lídios. (LA BOÉTIE, 1986, p. 35)

Por trás da servidão voluntária habita uma política do desejo. Ou seja, as formas de dominação burocráticas, que culminou nos Estado e no Sistema Internacional, só são capazes de se erguerem como estruturas política, em um espaço onde o desejo perdeu a capacidade de expressão enquanto força intensa, e assim, é colocado em seu lugar o desejo extensivo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Afinal, o acontecimento não permite a ausência de efetuação, sempre algo terá que se efetuar, é a essência do devir. Se não se segue junto ao acontecimento permitindo o brotamento do desejo intenso, ou seja, quando há o bloqueio da potência, naturalmente, uma espécie de simulacro do desejo se efetua, nascido da desconfiança do acontecimento e da própria capacidade do desejo de se efetuar enquanto intensidade, tal simulacro excreta através da consciência a bÍlis do duplo

ideal-ressentimento. E o acontecimento permanece se concretizando, mas agora na produção constante do *buraco*. A partir de então irá se acreditar nos objetos extensivos elegidos pela consciência que cria o ser separado do devir.

Tal ser concebido pelo duplo ideal-ressentimento anestesiará as forças criadoras e lisas ancoradas no devir e ofertará uma compensação empobrecida baseada no duplo medo-esperança. Lá Boétie lamentará: “Espantoso como eles [os lídios] se deixaram levar por cócegas” (1986, p. 36). O desejo afastado do que pode, ou seja, impotente, terá que investir no poder como compensação da sua fraqueza. Tão só por isso somos *levados por cócegas*, e assim, não nos resta nada além do precipício do duplo medo-esperança. O Leviatã nasce do medo da morte violenta, dirá Hobbes (2019) corretamente. Mas a questão reside no processo que germinou esse medo, afinal, ele não é irrecusável, como esse autor imaginou, antes é construído através da política do desejo colocada em curso, e assim, como veremos agora, da constituição das geomorfologias abstratas dos espaços sociais.

1.2. As Máquinas Sociais de conjuração dos Estados e o seu papel na produção da subjetividade capitalística

Segundo Deleuze e Guattari (2011a; 2012b) há três grandes máquinas sociais: (1) *Máquina Territorial de Codificação*, (2) *Máquina Despótica de Sobrecodificação* e (3) *Máquina Capitalista de Descodificação*. Veremos como o desejo é recalcado através dessas três máquinas.

“Quando se fala em máquina não é uma metáfora, já que apresenta um motor imóvel e executa diversos tipos de cortes: extração de fluxos, separação de cadeia, repartição de partes” (DELEUZE; GUATTARI, p. 188, 2011a). A grande tarefa da máquina social é exatamente o da codificação dos fluxos, o que exige todas as operações acima relatadas. Foi criado um motor social a organizar os fluxos de modo a extrair deles toda a condição da vida intensa, recalcando o quanto possível a intensidade do desejo, estriando, classificando, regulando, ou seja, codificando os fluxos os estratificando, e a primeira máquina a realizar tal tarefa foi a máquina territorial de codificação. O espaço antes liso será estriado por esta máquina. E esta só pôde ser erguida por um investimento dos órgãos na terra. Uma acoplagem do

corpo a uma estrutura de governo do desejo (ALVIM, 2012). Possibilitando a conexão do desejo sobre os territórios. O agenciamento do corpo e da terra que gera o trabalho formalizado e o território, ou juntos, o trabalho no território, ou ainda, o trabalho produzindo tanto o território quanto o corpo que trabalha. “É o investimento coletivo de órgãos que liga o desejo ao socius e reúne num todo, sobre a terra, a produção social e a produção desejante” (DELEUZE; GUATTARI, p. 189, 2011a).

Para Deleuze e Guattari (2011a; 2012b) as organizações humanas sempre vivenciaram dois tipos sociais, sociedades sem Estado, nômades que eles denominarão como sociedades primitivas, e sociedades com Estado, sedentários que eles definirão nas suas primeiras formas de sociedade imperial arcaico. E estas duas formas de organização social sempre estiveram em relação. Seja internamente, evitando se transformar uma na outra, seja com externamente, em contato com grupos que expressavam a outra forma de organização.

As sociedades primitivas eram muito mais sociedades de antecipação e esconjuração dos aparelhos de captura do que sociedades “sem Estado” (CLASTRES, 2014). Eram sociedades antes de tudo “contra” em vez de sociedades “sem”, contra uma máquina social que encerrassem os códigos flexíveis que as regiam, contra uma maquinaria que interrompesse as maneiras de se servir da matéria, de se apropriar dos espaços, criadora de si e do meio de modo distributivo, comunal, liso.

A sociedade imperial arcaica é aquela que conseguiu impor aos primitivos a instituição do público através de uma tripla captura: Captura da zona material através dos produtos da terra e da renda fundiária; Captura das atividades através dos trabalhos públicos; e a captura da troca através da imposição de um monopólio de medida, ou seja, da moeda de troca. A apropriação pública, é, portanto, o princípio fundador do Estado como aparelho de captura (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Nos primitivos ainda não vigoram tal captura. A transmutação da vida primitiva em vida imperial arcaica, a migração final do nomadismo para o sedentarismo, do comum ao público, da ação livre ao trabalho público, não é nada simples, é preciso uma transmutação dos homens e de seus órgãos em engrenagens de uma máquina social. Todo um sistema arcaico de crueldade precisou ser colocado em prática para

que se acoplassem o corpo do homem à terra. O tirasse do nomadismo e o vinculasse a um território rígido. Transformasse o espaço liso em estriado. Ligasse os corpos dos súditos aos órgãos do déspota. Rituais de sacrifício, amputações, holocaustos, canibalismo enquanto símbolo de poder. Sistemas de crueldade para possibilitar a produção do território acoplando-os ao corpo, que culminaria na construção do Estado através do déspota (RIBEIRO, 2012).

A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de natureza totalmente distinta, que é a unidade de Estado; o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se encarrega agora tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (DELEUZE; GUATTARI, p. 194, op. cit.).

Quando a terra se torna território, o espaço que era liso se torna estriado. Se dá então o processo de sedentarização dos bandos, mas esse processo não se deu pacificamente, Clastres (1982) deixou muito claro que a guerra sempre fora uma máquina utilizada para evitar a emergência do Estado. A máquina de guerra primitiva sempre foi um dispositivo de variação e de permanência da multiplicidade. Ela será a resistência para retardar o processo de transformação do devir da terra em território do déspota. Só depois que a máquina de guerra é capturada pelo Estado e retirada em grande medida da sua característica autônoma, autárquica multiplicadora, e será estratificada, uniformizada, e reterritorializada, que servirá como mantenedora do que ela combatia, o Estado. A máquina de guerra não contará, no Estado, mais com guerreiros, mas com numerais.

nas sociedades primitivas, a guerra é o mecanismo mais seguro contra a formação do Estado: é que a guerra mantém a dispersão e a segmentaridade dos grupos, e o guerreiro é ele mesmo tomado num processo de acumulação de suas façanhas que o conduz a uma solidão e a uma morte prestigiosa, porém sem poder.

Clastres pode então invocar o Direito natural revertendo sua proposição principal: assim como Hobbes viu nitidamente que o Estado existia contra a guerra, a guerra existe contra o Estado, e o torna impossível. Disto não se conclui que a guerra seja um estado de natureza, mas, ao contrário, que ela é o modo de um estado social que conjura e impede a formação do Estado. A guerra primitiva não produz o Estado, tampouco dele deriva. E assim como ela não se explica pelo Estado, tampouco se explica pela troca: longe de derivar da troca, mesmo para sancionar seu fracasso, a guerra é aquilo que limita as trocas, que as mantém no marco das "alianças", que as impede de tornar-se um fator de Estado ou fazer com que os grupos se fusionem. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 20)

A sedentarização só é possível a partir da produção de excedente (ARMSTRONG, 2016), mas a produção de estoque só pode ser gerada se houver a

criação do trabalho público, e não o contrário. Primeiro teve que vir a apropriação dos corpos sociais para então haver excedente e assim uma sedentarização, e para haver a instituição do trabalho público foi preciso a codificação da ação que era antes livre⁸. É o estriamento do espaço que outrora fora liso, a regulação dos corpos, do tempo e dos espaços que possibilitou a formação, primeiramente de uma Máquina Territorial Primitiva, e em um segundo momento, de um Estado Imperial Arcaico, e esta formação possibilitou o alargamento deste modo de vida (CARDOSO JÚNIOR, 2011). É a invenção do trabalho como o conhecemos até hoje, para a produção de excedente, com horário, local e regras rígidas, controle dos corpos e do tempo. A transformação do espaço liso primitivo em espaço estriado sedentário é a vitória da extensão da estria por sobre a intensidade do liso (SILVA, 2010). O Estado será a peça mais efetiva⁹ para a estriagem do espaço-tempo, outrora, liso.

Nenhuma codificação é total (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). O espaço não é estriado por completo, o homem não habita um *buraco* por completo, não é tornado impotente por completo, e também a máquina de guerra não é capturada por completo. Há franjas a escapar a todo momento da estratificação dos fluxos. Por isso mesmo que a *estriagem* dos espaços e o *esburacamento* da potência no homem ocorram por máquinas, pois precisam de um motor em constante funcionamento para estratificar as franjas que escapem naturalmente pela dinâmica do devir. Reterritorializar o que foi desterritorializado (FERREIRA, 2014). O Estado Imperial Arcaico que precisou codificar os fluxos livres dos primitivos terá que eternamente sobrecodificar tudo que escapar das estrias que ele cavou. A moeda, o

⁸ Harari (2015) chega a condicionar a sedentarização dos grupos humanos a uma domesticação do homem pela planta. Foi o trigo que domesticou os homens e não o contrário. Ou seja, foi preciso a produção de uma impotência primeira para que então os nômades tivessem que abandonar o nomadismo em nome do sedentarismo, ao ponto de nos movermos pelo desejo de certas plantas. “Há dez mil anos, o trigo era apenas uma gramínea silvestre, uma de muitas, confinada a uma pequena região do Oriente Médio. De repente, em apenas alguns milênios, estava crescendo no mundo inteiro [...]. O trigo fez isso manipulando o *Homo sapiens* a seu bel-prazer. Esse primata vivia uma vida confortável como caçador-coletor até por volta de 10 mil anos atrás, quando começou a dedicar cada vez mais esforços ao cultivo do trigo. Em poucos milênios, os humanos em muitas partes do mundo estavam fazendo não muito mais do que cuidar de plantas de trigo do amanhecer ao entardecer. Não foi fácil. O trigo demandou muito deles [...], as novas tarefas agrícolas demandavam tanto tempo que as pessoas eram forçadas a se instalar permanentemente ao lado de seus campos de trigo. Isso mudou por completo seu estilo de vida. Nós não domesticamos o trigo, o trigo nos domesticou” (p. 90-91).

⁹ Se diz que o Estado é a peça mais efetiva para o estriamento do espaço-tempo e não a peça primordial, pelo fato de que o próprio Estado é um produto dos processos abordados no tópico 1.1 e 1.3. Mas mesmo ele sendo produto, quando ganha forma institucionalizada ele vai se mostrar com uma eficiência ímpar na reprodução da lógica que o originou.

escravo liberto, a cultura pré-estatal que sobreviveu a codificação, a reminiscência de uma conexão com os espaços lisos, as máquinas de guerra não codificadas, entre infinitas possibilidades que o devir faça emergir, irá precisar ser continuamente sobrecodificado e ameace o Estado Imperial Arcaico. Um fluxo descodificado escapa e em resposta o Estado Imperial Arcaico se dedicará com toda a sua estrutura na sua sobrecodificação (LIMA, 2018). Se for mau sucedido nessa tarefa, perecerá¹⁰.

Assim, há forças resistindo a codificação e sobrecoficação, a essas dar-se-á o nome de máquinas de guerra, que não permitirão que tudo se unifique em uma única estria, mesmo que sejam reterritorializadas no momento seguinte pelas grandes máquinas sociais de codificação ou de sobrecodificação. Mesmo enfraquecidas pelo nível profundo de cooptação, as máquinas de guerra ainda apresentam características da sua origem. Pois eram essas a evitar que o espaço do comum se transformasse no espaço do público, que os bandos se transformassem em súditos, e que a vida fosse transportada para depois da morte, intermediado por um único ser, o déspota representante do divino, esta sendo uma máquina em particular (GRARAVITO, 1996).

A Máquina Despótica de Sobrecodificação se dará na exata medida em que o Déspota rompe com as alianças laterais e as filiações extensas e se põe diretamente em ligação com o divino, uma filiação virtual com a ideia de Deus que o emite aos súditos. A vontade do divino e da população será um mero reflexo da vontade do Déspota. Os fluxos codificados pela territorialização dos povos agora será sobrecodificado no corpo do Déspota (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Os aspectos que operam em captura estão a serviço de uma máquina de formalização transcendente do desejo e da energia da vida humana, mas essa máquina não é a de um déspota ou a de um Rei. O próprio déspota que assume certa posição, ele faz parte da máquina como um todo. Aqui não há uma propriedade privada, nem mesmo o déspota é proprietário. É tudo uma condição pública de fazer com que o comunal seja submetido a uma instância que transcende a vida humana, um sobrecódigo que vai reger essa vida.

¹⁰ E por qual razão, quando um Estado Imperial Arcaico perece não voltamos ao espaço-liso de potência e ação livre? Porque, como já foi afirmado, o Estado é produto de uma micropolítica do desejo. É a expressão de um circuito de afetos. Não bastaria superar um Estado em particular para retomar o espaço liso, antes é preciso superar as formas de produção do desejo que o despotencializa, e que assim originou a expressão do Estado enquanto organização da vida política.

O problema do socius tem sido sempre este: codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado. Quando a máquina territorial primitiva deixou de ser suficiente, a máquina despótica instaurou uma espécie de sobrecodificação (DELEUZE; GUATTARI, p. 51, 2011a).

O que antes era o espaço liso e comum passou a ser codificado na organização territorial primitiva, o território e os rituais iniciaram a estriagem dos espaços, mas a partir da emergência de um corpo unificador do desejo coletivo, o déspota, o que era codificado teve uma sobrecodificação, e o comum se transforma de vez no público como extensão do corpo despótico. Toda uma burocracia estatal despótica se engajará em alimentar uma máquina de estratificação capaz de sobrecodificar qualquer fluxo. O corpo pleno do Déspota, como chamará Deleuze e Guattari (op. cit.).

o que conta não é a pessoa do soberano, nem mesmo sua função, que pode ser limitada. É a máquina social que mudou profundamente: em vez da máquina territorial, há a “megamáquina” de Estado, pirâmide funcional que tem o déspota no cume como motor imóvel, que tem o aparelho burocrático como superfície lateral e órgão de transmissão, que tem os aldeões na base e como peças trabalhadoras. Os estoques são objeto de uma acumulação, os blocos de dívida devêm uma relação infinita sob forma de tributo. Toda mais-valia de código é objeto de apropriação. (DELEUZE; GUATTARI, op. cit. p. 258).

Tanto a Máquina Primitiva quanto a Despótica coincidem em uma ojeriza a qualquer fluxo descodificado, desterritorializado. Elas se puseram exatamente a estratificar tais fluxos e territorializá-los em moldes estanques. Primeiro o território e o corpo ritualizado como codificação, depois uma sobrecodificação a partir do corpo divino de um déspota alongado pelo corpo burocrático de um Estado. Integra a antiga territorialidade novas peças para erguer a Máquina Imperial Arcaica, e estas servirão para um novo tipo de circuito de afetos, que direcionará a economia dos desejos de todos para a figura de um déspota divinizado. Castração universal que solda o desejo à lei.

Todos os fluxos codificados da máquina primitiva são agora impelidos até uma embocadura onde a máquina despótica os sobrecodifica. A sobrecodificação é precisamente a operação que constitui a essência do Estado, que mede ao mesmo tempo sua continuidade e sua ruptura com as antigas formações: o horror dos fluxos do desejo que não seriam codificados, mas também a instauração de uma nova inscrição que sobrecodifica e que faz do desejo a coisa do soberano (DELEUZE; GUATTARI, op. cit. p. 264).

Pode-se dizer que o sistema despótico é menos brutal que o arcaico com seus sacrifícios, contudo o que ocorre é uma substituição de crueldade por terror, sem o aniquilamento da primeira. Ou seja, a crueldade persiste na máquina despótica dentro da organização estatal que por vezes o tolera, noutras o promove, e em tantas o limita desde que atenda ao corpo de desejo despótico-burocrático. Mas como visto, a desterritorialização é inevitável em certos sentidos. De modo que o Estado Despótico irá retomar os fluxos que escapam de diversas formas, os estratificando, ou os interiorizando nos regimes burocráticos ou os espiritualizando nos regimes teológicos (ZANELATO, 2017).

Mas seria preciso o nascimento do indivíduo para surgir a *Máquina Capitalista de Descodificação*. E este invólucro que passamos a chamar de indivíduo só aparece quando o Estado se arvora no Comércio Exterior. Por qual razão o capitalismo não surge na China do século XIII e sim na Europa? Deleuze e Guattari (2011a) nos dirá que a sobrecodificação excessiva de um Estado inibe a descodificação necessária dos fluxos para a emergência do capitalismo. Quando as reservas de metal eram suficientes, o Estado Chinês parava a mineração, não permitia o fluxo da produção se efetuar descodificado.

Em síntese, a propriedade privada e o modo privado de apropriação são fenômenos tardios em relação a emergência do Estado. O Estado nasce com uma potência de apropriação pública ou monopolista de várias dimensões da vida material. Se apropria dos territórios, criando a terra, se apropria das atividades, forçando as populações ao trabalho, se apropria dos meios de troca. É uma apropriação sem a qual ele não estoca. Tem o objetivo de se apropriar para estocar. A propriedade privada derivará da propriedade pública (SANTOS, 2016).

De modo que o Estado Imperial Arcaico irá se arrastar com diferentes modificações, mas com a mesma lógica de captura e de sobrecodificação na figura do déspota, até o surgimento do que chamamos de Estado Moderno, que é a emergência da *Máquina Capitalística de Descodificação*. A capacidade de sobrecodificação dos fluxos foi em certo momento da Europa incapaz de ser totalmente realizada. Os fluxos descodificados do comércio exterior, os fluxos descodificados dos escravos livres, os fluxos descodificados do surgimento do indivíduo, sujeito de propriedade e de direito (GUMIERO, 2015).

De modo que o indivíduo e a propriedade privada são resultados históricos produzidos por esse processo aqui disposto, e não um dado da natureza encontrada atemporalmente em todas as sociedades e tempos. A figura do sujeito só emerge com um tipo que é excluído do sistema de sobrecodificação despótica, que é o do escravo liberto. É alguém que não faz parte do maquinismo público. Todos os demais fazem parte da máquina (BATISTA; HEUSER, 2017). São peças da máquina em uma escravidão generalizada. Do déspota, passando pelos funcionários e demais classes sociais, culminando nos escravos oficializados, são todas as peças da máquina despótica. Não haveria lugar para uma não-peça, a não ser como alguém que foi secretado desta máquina, que é exatamente o escravo liberto. É um tipo de vida que não cabe naquela sociedade, mas está ali. É aqui que o sobrecódigo é quebrado, que emerge uma desterritorialização em fluxo, e que terá que ser sobrecodificado, estratificado pelo Estado, e começa a surgir então o sujeito e a propriedade privada (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Não há como existir um sistema fechado sem cair em necessidades profundas de características que só habitam o seu exterior. Será então essa peça excretada da máquina territorial primitiva que será reterritorializada, reintegrada à máquina ao assumir uma função nova, que só caberá a ele. O processo maquínico avança e se sofisticava na medida em que os fluxos escapam e tem que ser reestratificados, forçando a máquina a incorporar novas peças à sua lógica. É o horizonte do acontecimento que força a sofisticação do *buraco*.

Então o escravo liberto assumirá funções como a do mercador. Temos então o surgimento das condições para a invenção da apropriação privada. O privado surge quando já não se habita mais nem o comunal nem o público. É o nascimento da dimensão subjetiva do privado, que com uma dinâmica extraordinária, vai se duplicando e aos poucos se sobrepondo à dimensão pública, a ponto de englobar os próprios Estados (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Antes o que era dominante era o sobrecódigo público dos estados primitivos de crueldade despótica, monopolista, unidimensional. Tais dobras ganham dinâmica extraordinária, por que, ao surgir a figura do sujeito e da propriedade privada, nasce seu duplo, o objeto. As relações sujeito e objeto (o homem e a terra, por exemplo) passam a dominar a formatação da maquinaria social.

“O sujeito é produzido como um resto” (DELEUZE; GUATTARI, p. 32, 2011a). O sujeito é um efeito, e não uma causa. O sujeito no máximo é uma forma ocasional, o resultado da tarefa de reterritorialização dos fluxos descodificados. Emerge então uma outra maneira de se relacionar da humanidade. Conjunção de fluxos tópicos e objetos qualificados. Ou seja, as relações podem agora ser tratadas através de pessoas localizadas e entre sujeitos determinados e objetos com qualificação própria e imanente. Esta dinâmica começará a se sobrepor as relações anteriores orquestradas no estado despótico. Não sem resistência desses Estados Imperiais Arcaicos. Eles irão reterritorializar esse sujeito no processo de administração do seu comércio exterior (DELEUZE; GUATTARI, op. cit.). É uma função criada para a velha máquina despótica, que já não pode ser a mesma pois já funciona com essa nova peça, que introduz nela novas dinâmicas, que, nesse caso, tão profundas, que acabam por dominar a própria lógica maquínica em curso.

Então, ainda, não há as condições para o surgimento do capitalismo, devido justamente pelo processo de sobrecodificação, de reterritorialização desses fluxos que escaparam, na forma do comércio exterior. A medida dessas transações se dará mediadas e em função do público da sociedade despótica. Ainda é sobrecodificação. A necessidade da apropriação dos meios se dará por demanda despótica, quando não atender a nenhuma necessidade despótica, não haverá a atuação econômica. Os fluxos não estão soltos, estão a serviço do déspota. A máquina despótica irá abrir e fechar os fluxos a partir de sua sobrecodificação programada. Por isso que essa relação, apesar de modificar profundamente a máquina, ainda não é capaz de fazer emergir o capitalismo, mas sua semente já é instalada na maquinaria social.

O capitalismo só emerge quando os fluxos se desterritorializam ao ponto de escaparem da sobrecodificação despótica. A máquina social capitalista, logo após liberar os fluxos da conjunção tópica e qualificada dos regimes despóticos sobrecodificados, se desenvolverá através de uma engenharia peculiar de reestratificação dos fluxos momentaneamente desterritorializados. A máquina agora capitalista deixará os fluxos soltos tão somente para que ela mesma possa crescer na exata medida que vai reterritorializando a expansão desses fluxos. Desde que não ameacem a existência da máquina, ela permitirá que os fluxos ocorram enquanto vai axiomatizando suas franjas. Mas bastará que qualquer fluxo ameace

minimamente a maquinaria capitalista para que ela se utilize instantaneamente da sua engenharia arcaica, criada ainda quando era máquina despótica. Por isso mesmo que a máquina capitalista nunca abriu mão concretamente da forma Estado. Subserviente a produção capitalística, o Estado numa lógica global serve como mecanismo arcaico para regular, limitar, constranger com toda a força e crueldade necessária pelo tempo que a engenharia maquínica do capitalismo for ameaçada.

Por que ela [a sociedade] forma uma gigantesca máquina de repressão-recalamento frente ao que constitui, entretanto, sua própria realidade, os fluxos descodificados? É que o capitalismo, como vimos, é efetivamente o limite de toda sociedade, uma vez que opera a descodificação dos fluxos que as outras formações sociais codificavam e sobrecodificavam. Porém, ele é seu limite ou cortes relativos, porque substitui os códigos por uma axiomática extremamente rigorosa que mantém a energia dos fluxos num estado ligado sobre o corpo do capital como socius desterritorializado, mas que é também mais implacável do que qualquer outro socius. [...] O que ele descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra. [...] para ele, trata-se de ligar suas cargas e suas energias numa axiomática mundial que opõe sempre novos limites interiores à potência revolucionária dos fluxos descodificados. Num regime como este, é impossível distinguir, mesmo que em dois tempos, a descodificação e a axiomatização que vêm substituir os códigos desaparecidos. É ao mesmo tempo que os fluxos são descodificados e axiomatizados pelo capitalismo (DELEUZE; GUATTARI, p. 326-327, 2011a).

Os fluxos escapam em todas as formas de Estado, mas sempre sendo codificados ou sobrecodificados, só quando a *Máquina Capitalística de Descodificação* começa a operar é que esses fluxos deixarão de ser (sobre)codificados para serem axiomatizados. E a diferença é que o axioma é uma expansão da máquina enquanto que a (sobre)codificação é uma castração do fluxo, uma redução do fluxo para o que já havia de anterior a ele, enquanto que a axiomática é o processo de alargamento da máquina de captura para abranger essa nova expressão até então descodificada.

A máquina capitalística sempre que isso não ameaçar a sua existência deixará os fluxos descodificados correrem soltos para que sejam reenglobados por expansão da própria máquina através de uma axiomatização. Vamos exemplificar um pouco: Fluxo desterritorializado: Os trabalhadores entram em greve. Sobrecodificação: Repressão física para o retorno ao trabalho, ou a instituição do trabalho forçado. Axiomática: Leis claras de como deve ocorrer uma greve, quantos por cento da força de trabalho podem parar, por quanto tempo, como podem ser realizados os protestos; Fluxo desterritorializado: Protestos a partir de um devir-

negro frente a segregação e violência sistêmica. Sobrecodificação: Violência para restabelecer a ordem nos espaços-tempo. Axiomática: Políticas sociais compensatórias (cotas para o ensino superior, por exemplo); Fluxo desterritorializado: Movimentos de contracultura. Sobrecodificação: Discriminação e segregação em nome de valores conservadores. Axiomática: Incorporação estética e aceitação social desses movimentos gerando novas mercadorias e novos consumidores; Fluxo desterritorializado: Revolução cubana. Sobrecodificação: Repressão dos EUA, assassinato de Chê Guevara, tentativas de golpe e guerra ideológica. Axiomática: Comercialização de itens com a imagem de Chê sendo produzidos e vendidos pelo sistema capitalista, gerando assim mais valia.

A partir disto grande parte dos esforços de contravenção não mais ameaçarão a Máquina de Captura em vigência, mas a servirão. É a busca por mais direitos. Ou seja, pela axiomatização. Ou a incorporação para a promoção do lucro desterritorializado. E tudo será axiomatizado. Ou seja, todo o fluxo que se liberou por algum aspecto será concomitantemente axiomatizado e incorporado a máquina de modo capturado e estratificado. Conjugação generalizada de fluxos desterritorializados, ou seja, sem qualidade e sem determinação que serão utilizados para o próprio crescimento da maquinaria social através da reterritorialização desses fluxos pela axiomática. O capitalismo avança na exata medida que reterritorializa os fluxos que se desterritorializaram. E ele investe e mantém descodificados os fluxos que potencializam a máquina capitalística.

No exato momento que a descodificação colocar em risco o próprio funcionamento da máquina, e não bastar ou não se conseguir axiomatizar, esta não hesitará em colocar em curso os resquícios da crueldade e do terror do Estado Imperial Arcaico para estratificar e axiomatizar, e se necessário, (sobre)codificar esses fluxos caóticos demais para a lógica capitalística.

Deleuze e Guattari (2011a; 2012b) irá dizer que há uma diferenciação global do que Rolnik e Guattari (2006) chamará de CMI – Capitalismo Mundial Integrado, onde todos os Estados realizarão de uma forma ou de outra um processo global de captura, mesmo que diferenciada na crosta. Mesmos os Estados Totalitários (mesmo os que se afirmavam socialistas) como também os Estados Democráticos. Todos estavam em função do CMI, com, via de regra, uma diferença: Quando o

Estado assumia um perfil mais social-democrata (como parte desenvolvida da Europa Ocidental, por exemplo), se dedicava mais ao capitalismo interno e assim a promoção de axiomáticas em seu território (melhores salários e melhores condições de vida), enquanto que quando o Estado assumia um perfil mais totalitário, com a função de nutrir o CMI através da oferta de exportação barata (e aí, salários menores e piores condições de vida) se teria uma tendência por mais sobrecodificação dos fluxos e uma diminuição dos axiomas, pois isso impossibilitaria a função desses Estados diante do CMI. Precisarão conter os fluxos em vez de axiomatizá-los. Retirar direitos e precarizar cada vez mais os custos do trabalho e do social. Aqui, o mesmo ocorre. Do mesmo jeito que quando a axiomática não resolve no mundo social-democrata para conter os fluxos, esse se utiliza da velha sobrecodificação para preservar a Máquina, nos Estados Totalitários, quando a repressão, a violência, a segregação direta e explícita não resolver na contenção dos fluxos desterritorializados, ele se utilizará da axiomática para preservar a Máquina. E nesse jogo com picos de totalitarismos e sociais-democracias, mais ou menos direitos, fazem os Estados cambiarem de modelos, mas em nada ameaçam a produção dentro do CMI. São sempre pequenos ajustes que servem para o bom funcionamento do Capitalismo Mundial Integrado.

O público será sobreposto pelo privado, mas exatamente como um segundo momento, como um desdobramento do público, de modo que não haverá uma superação do público, tão somente dobraduras desse público em um movimento de sofisticação que abarca a emergência do privado. Não há como haver privado sem o uso do público. O liberalismo só existe enquanto desenvolvimento particular da ideia de público, de modo que ele nasce, se desenvolve e floresce por sobre a territorialidade do público, sem esse último não há possibilidade para o privado. Por isso que o liberalismo nunca abriu mão do Estado. O Estado é o meio de promoção de codificação, sobrecodificação e axiomatização dos fluxos, sem ele o CMI não seria capaz de funcionar (GUATTARI, 2004).

Contudo a produção mais importante do capitalismo não são as suas mercadorias em si, ou o próprio aperfeiçoamento dos meios de produção que ele propiciou, mas a produção de uma subjetividade capitalística (ROLNIK; GUATTARI, 2006). Sem essa, a perpetuação dessa Máquina seria impossível. A produção de

subjetividade capitalística ela produz tanto o capitalista como o trabalhador que vende sua força de trabalho. Ambos são produzidos. Agenciamentos de poder que produzem um desejo capturado pela produção de uma subjetividade capitalística. Faz parte desta subjetividade que se invista numa vida organizada de fora, um desejo pela própria repressão/autorização, e Rolnik e Guattari (op. cit.) elencará três funções que possibilitam isso, que funcionam como um tripé interligado a sustentar a Máquina de Produção de Subjetividade Capitalística, que passo a listar:

- (1) *Culpabilização*: Se o Estado não me reconhecer é porque sou incapaz. É o Estado que ditará quem é e quem não é capacitado para pensar, agir, viver, e de que forma. Caso não receba essa autorização, acreditarei que é por culpa minha, deficiência própria. A sensação de impotência, o corpo de fracasso, o lugar na margem social que porventura ocupe, é por falha pessoal minha, não me esforcei o suficiente, ou, se após ter seguido toda a cartilha, ter sido agraciado pelo Estado e/ou pelo seu senhor, o CMI, e ainda assim assumo em mim um corpo de depressão, é por culpa minha, devo ter alguma falha de ordem biológica (já que no social tudo fora alcançado);
- (2) *Segregação*: Há uma hierarquização da posição de enunciação. Os autorizados podem ressoar a subjetividade capitalística enquanto que os não-autorizados não poderão. Não dispõe de crédito o que estiver segregado das posições aceitas de enunciação. Mas para ser aceito é preciso que se ressoe a subjetividade capitalística, e a promova em algum nível, para, então, ser autorizado. Segrega-se não somente para proteger a Máquina, mas para forçar o rebaixamento e em seguida a captura desse sujeito que se rebaixou. Se empurra para poder dar a mão e puxar de volta aquele que se assujeitou, não mais descodificado, portando fluxos perigosos à Máquina, mas agora um ser autorizado, rebaixado, ressoando a subjetividade capitalística. Se segrega o descodificado que ouse afirmar sua potência, que não caberá no espaço estriado, mas assim que esse relegue toda a expressão de potência e aceite ressoar de modo oco uma subjetividade capitalística, poderá regressar e habitar o espaço estriado por essa Máquina. Em troca se dará poder a ele. Crédito para enunciar,

títulos, status, enfim, compensações pelo rebaixamento e ressonância vazia, e então estará apto a se somar na tarefa gregária de empurrar, rebaixar e dar a mão aos recém convertidos;

- (3) *Infantilização*: É a tutela total do Estado. Só posso me expressar mediante autorização. Preciso que me deem uma permissão de fora para que destine valor a minha expressão. Necessito de registros formais que me autorizem enunciar, pensar, agir, assumir modos de vida. Preciso que o Estado me conceda agir de determinada forma para que possa, então, fazê-lo. Para eu realizar algo, preciso que seja legitimado pela subjetivação capitalística, e autorizado formalmente pelo promotor deste, o Estado.

Todas pulsões para uma vida organizada de fora. Maior e mais sofisticado produto do capitalismo, esta produção de subjetividade. Uma pulsão pela auto repressão. A partir disso, não conseguirei mais encontrar o caminho de um pensamento potente, de um desejo potente, de uma expressão dos afetos ativos. Serei sempre mediado pela repressão/autorização da subjetividade capitalística. Culpabilizado, segregado e infantilizado, anularei as minhas capacidades de produção de meus próprios modos de vida para poder vencer a segregação, suplantar a culpa e ser de algum modo compensado, e o fim disto é o corpo do neurótico, corpo do depressivo, corpo do suicida (GUATTARI, 2004).

Não há axiomática capitalista que não invista na formalização subjetiva. Ou seja, na formação do sujeito. Se é autorizado e legitimado na medida que o sujeito é bem constituído. É a constatação de uma dimensão subjetiva controlada e organizada, uma coordenação e um sistema sensório-motor bem resolvidos, um corpo eficiente, ordenado, sem caos.

1.3. Ressentimento e o Estado em Nós

O ressentimento é a condição do poder no seu aspecto extensivo. É preciso que algo se ressinta para poder investir em formas extensivas de dominação, Como dirá Nietzsche (2019),

o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um "fora", um "outro", um "não-eu" - e este não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto - sua ação é no fundo reação. (NIETZSCHE, 2019, p. 12)

O tipo reativo irá sucumbir a desconfiança da vida, excretando ressentimento e “escapando” dos fluxos de acontecimento por meio da criação de outros mundos “controláveis”, ideias e investidas de poder no mundo real. No fim é uma tentativa de dominar o acaso, uma incapacidade de lidar com a impermanência da vida. Da incapacidade de lidar com a experiência mutável dos acontecimentos surge o empenho de controle. Desviado da capacidade de vivenciar a vida no momento em que ela se apresenta, se investirá numa tentativa de controlar as formas dela se apresentar, daí emergirá a necessidade do poder (TREVISAN, 2005). Não há desejo de poder sem ressentimento (REGINSTER, 2016). E não há ressentimento sem uma desconexão com as potências de afirmar a vida no acontecimento. “O Estado é onde todos bebem veneno, os bons e os maus; onde todos se perdem a si mesmos, os bons e os maus; onde o lento suicídio de todos se chama ‘a vida’” (NIETZSCHE, p. 74, 2011).

Eis o objeto do ressentimento sob seus dois domínios: privar a força ativa de suas condições materiais de exercício; separá-la formalmente do que ela pode. [...] qualquer que seja a razão pela qual uma força ativa é falseada, privada de suas condições de exercício e separada do que ela pode, ela se volta para dentro, volta-se contra si mesma. Interiorizando-se, voltar-se contra si é a maneira pela qual a força ativa se torna realmente reativa (DELEUZE, 2008, p. 60).

Ao bloquear as vias de afirmação do próprio desejo enquanto potência de afirmar a vida e de inventar as próprias condições de existir em cada acontecimento, há uma confusão, se confunde o acontecido com o acontecimento. Acredita-se ser o resultado do acontecimento, ou seja, o acontecido, e como essa confusão ocorre

pela incapacidade de se afirmar o que aconteceu, uma espécie de estancamento ao adentrar em um terreno pantanoso, a vida segue acontecendo e a experiência se empacou num acontecido difícil de processar, o acontecido é se não um ressentimento (ANDRADE; FELDENS, 2015), e será a partir desta matéria viscosa que se dedicará a compensar a falta de acesso direto a potência de criar no acontecimento, e a essa compensação damos o nome de “poder”, e ao olharmos de forma mais criteriosa este poder, fica claro que não passa de um sintoma da cristalização da impotência. A investidura no poder extensivo é o resultado do bloqueio da potência intensiva. Incapaz de criar expressando sua potência, se arvorará na tentativa de controlar a vida. “Devoram-se uns aos outros e não podem, sequer digerir-se” (NIETZSCHE, 2019, p. 12).

Assim, o ressentimento consegue em grande medida ser universal no campo humano (KEHL, 2007). O ressentimento implica uma espécie de *Estado em nós*, sem o qual não existiria o Estado fora de nós, ou mesmo o Estado como aparelho de captura, de governo e gerência sobre a vida (GUERREZI et al. 2015). O ressentimento é uma condição. Não é que o Estado venha antes, acontece junto. Há uma coexistência entre a produção subjetiva do ressentimento e a objetivação do Estado.

Muita ingenuidade acreditar que se cristalizaria uma forma social que não existisse na própria maneira de lidar com a vida de modo singular. O Estado para se erguer como forma externa precisou também se pronunciar nas singularidades, e na medida que ocorre em um campo reforçava-se no outro. O Estado fora de nós é uma extensão visível do Estado em nós (GODOY, 2009). O nome não esconde em nada a sua natureza, o “estado” é em si a substituição do acontecendo pelo acontecido, movimento necessário para a égide do ressentimento. *Me confundo com o estado afetivo que surgiu em meu corpo ao experimentar o acontecimento, acredito que aquele estado sou eu, me desligo do acontecimento e adentro em uma lógica de ressentir estes estados afetivos. Na exata medida que vou me distanciando do fluxo da vida em acontecimento, mais adentro nos afetos que recinto, só que ao estar “separado” da vida em sua dinâmica flúida, bloqueamos a nossa capacidade de criar a partir e com estes acontecimentos, barramos as vias de passagem de nossa potência, e não há outra maneira do ressentido de se afirmar a partir de seu estado*

de impotência se não através da captura dos outros, do rebaixamento alheio, da tentativa de comandar os territórios para apaziguar o seu ressentimento, isso lhe dá a fantasia de que poderia, em algum sentido, controlar o fluxo da vida, pensa: se ele se esforçar suficientemente, poderá conter o caos que é a impermanência do devir, onde tudo muda a cada instante.

O modelo de captura denominado Estado avança em sofisticação e sutileza na medida exata em que se interioriza em cada um dos assujeitados a ele. Se constituem com a própria sedimentação do ressentimento através da construção do “sujeito”, o Estado vai se sofisticando enquanto forma de ordenar as relações humanas ressentidas.

A má-consciência é em si o resultado afetivo do Estado em nós. Não só porque ao não dar espaço para a afirmação das forças ativas em mim, elas se voltam contra mim (TÓTORA, 2008), mas como exata formalização da impotência, é a constituição do sujeito. O que chamamos de sujeito moderno é em si a constituição formal da má-consciência (DALBOSCO, 2005). O processo se dá na medida em que a má-consciência rebaixa a percepção que se possa ter da vida, e esta percepção rebaixada, buscará alguma forma que a resgate, esta forma irá assumir a transcendente de um sujeito (não precisa ser de um Deus necessariamente, a ideia de sujeito separado pode assumir este papel). Contudo ambos levam a vida para o campo da moral, o sujeito moralista que se sente capaz de julgar os acontecimentos, e nesse caminho desenvolve a consciência na quase completa separação do devir. E assim, o sujeito moderno, forma da má-consciência, princípio ilusório de resgate da impotência, irá investir no Estado de Direito. Na melhoria moral das leis e normas. Nas obrigações e nos deveres universais. Na axiomática. Acreditando que haveria um melhoramento da forma, um empoderamento disso que ele acredita ser, um sujeito universal moderno, que possibilitaria alcançar o ideal da liberdade humana plena pelo aprimoramento da forma do Estado de Direito.

A forma Estado não é um ente natural da vida humana, ele precisou se constituir como forma universal, tanto é que havia (e ainda há em menor monta) movimentos de esconjuração do Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Tanto fora quanto a partir de cada um. Se o Estado nasce da necessidade de estocar, haviam movimentos anti-estocagem, exatamente para desconjurar a dominância do regime

de impotência que a forma Estado submeteria. Mauss (2012) ao analisar povos primitivos no Havaí irá constatar a prática de *Potlach*, de economia da dádiva, de rituais de compartilhamento que fazem com que se constitua um desejo dadivoso e compartilhado, uma produção de excedente distributivo, e não uma produção de falta acumulativa. São dois horizontes totalmente distintos, que refletem as virtualidades das sociedades que produzem tais horizontes.

A forma Estado sempre se insinuou como possibilidade de organização social da humanidade em um sentido virtual, até o ponto em que se concretiza enquanto forma universal. Mas nunca foi algo natural, o Estado não é obra do acaso, tão pouco uma “evolução social”, ou ainda uma “evolução da técnica”, ou ainda uma “evolução do desenvolvimento social” não é pelo fato de se domesticar o fogo, adestrar animais e desenvolver a agricultura que se fixa o homem no território e emerge um sistema social estatal, este é apenas o movimento aparente. O Estado é, senão, resultado de uma forma específica de administrar o desejo, as relações e de perceber a vida (DELEUZE; GUATTARI, 2011a)¹¹.

É preciso uma desconfiança da vida, um desinteresse nas relações, um afastamento do fluxo de acontecer para que se habite a consciência, e assim se inicia o *esburacamento* e inevitavelmente se invista em formas de compensação que culminarão na formatação de uma estrutura que chamaremos de Estado. Inevitável, quando se perde as possibilidades de criar realidade intensivamente, se irá compensar essa impotência com formas extensivas de condições de poder, não há como não querer apropriar-se dos outros para compensar sua impotência original.

¹¹ “Acadêmicos um dia declararam que a Revolução Agrícola foi um grande salto para a humanidade. Eles contaram uma história de progresso alimentado pela capacidade intelectual humana. A evolução, pouco a pouco, produziu pessoas cada vez mais inteligentes. As pessoas acabaram por se tornar tão inteligentes que foram capazes de decifrar os segredos da natureza, o que lhes permitiu domar ovelhas e cultivar trigo. Assim que isso ocorreu, elas abandonaram alegremente a vida espartana, perigosa e muitas vezes parca dos caçadores-coletores, estabelecendo-se em uma região para aproveitar a vida farta e agradável dos agricultores. Essa história é uma fantasia. Não há indícios de que as pessoas tenham se tornado mais inteligentes com o tempo. Os caçadores-coletores conheciam os segredos da natureza muito antes da Revolução Agrícola [...]. Em vez de prenciar uma nova era de vida tranquila, a Revolução Agrícola proporcionou aos agricultores uma vida em geral mais difícil e menos gratificante que a dos caçadores-coletores. Estes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes e estavam menos expostos à ameaça de fome e doença. A Revolução Agrícola certamente aumentou o total de alimentos à disposição da humanidade, mas os alimentos extras não se traduziram em uma dieta melhor ou mais lazer. Em vez disso, se traduziram em explosões populacionais e elites favorecidas. Em média, um agricultor trabalhava mais que um caçador-coletor e obtinha em troca uma dieta pior. A Revolução Agrícola foi a maior fraude da história” (HARARI, p. 88-90 2015).

É aqui que surge a necessidade de findar o nomadismo, a desconfiança com o comum, a incapacidade de seguir compartilhando o excedente, a necessidade de estocar, de apropriar-se do trabalho alheio, do produto desse trabalho, do outro enquanto objeto, e nesse sentido, vai se criando inevitavelmente engenharias do desejo a produzir máquinas sociais que retirem a potência imanente dos que se sujeitam a ela. O Estado é fruto da perda da linha que possibilita a efetuação da potência de acontecer. Cai-se no duplo ideal-ressentimento, inundando o corpo com o afeto da má-consciência e se investe então em compensações extensas pela separação quase que completa da intensidade do devir. É impossível que o Estado surja de condições externas e incólumes a produção da vida no âmago do desejo humano. Como uma força do acaso ou do destino. Como se fosse possível que algo tão duradouro, forte e impositivo tenha se estabelecido no seio da humanidade sem que houvesse as condições subjetivas primárias para o surgimento desse. Não há como o Estado surgir sem que se tenha surgido as condições do desejo que o possibilitasse. O Estado é efeito.

Se não se está em relação direta com a realidade, se perde a potência de acontecer (FUGANTI, 2001), e se confunde com o acontecido em si, este processo faz das relações, do contato com o devir algo temeroso, algo a se proteger, a ser evitado, assim, não há como não investir em formas extensivas de apropriação, não há como não ser capturado e se pôr a capturar, de acumular para compensar o medo gerado pelas variações nos acontecimentos. Há uma coexistência desses interesses que ressoam juntos para que possibilite a formação de máquinas sociais concretas que irão capturar a todos e assujeitá-los a um regime de impotência, do duplo medo-esperança, do duplo domínio-poder. Então o horizonte virtual da emergência do que chamaremos depois de Estado ganha forma concreta.

É o próprio jeito de desejar que possibilitou a emergência do Estado, a despeito das resistências que se ergueu nos povos primitivos, insuficientes no sentido extensivo, como constata-se. A guerra, a aliança para além da linhagem, a distribuição do excedente (potlach), eram movimentos de resistência a emergência de um regime de má-consciência, que, de modo geral, perde no sentido extensivo a queda de braço e a história (no sentido de grande narrativa da civilização) é o relato da efetivação da progressão de tal regime de má-consciência que dar-se-á o nome

de Estado. A história geral da humanidade é a história da má-consciência, do Pântano Niilista – como definirá Nietzsche (2019) a este estado de coagulação do desejo.

Neste contexto, o Estado passou a ser encarado como um fundamento universal intransponível, e se passou a lutar pelo desenho que esta instituição assumiria, em grande medida sem se questionar muito acerca da sua lógica maquínica ou de seus reflexos na própria constituição dos sujeitos. Um aperfeiçoamento da forma não resolve o problema da conjuração de formas maquínicas a controlar a vida através do desejo ressentido.

Não há nenhum problema em se lutar pelos direitos humanos, por uma maior sensibilidade do Estado para a diversidade da vida, ou seja, em se dedicar para a implementação de axiomáticas, mas se ignorado as bases da própria efetivação da máquina abstrata estatal, a essência ressentida permanecerá em dominância seja qual for a forma adotada, ou as melhorias conquistadas, e com esta essência preservada não haverá como não se dedicar em algum nível em capturar, usar, gerar compensações pelo poder. Não é difícil observar na História o terrível resultado prático de belas revoluções e iniciativas políticas utópicas, ideais e esperançosas, caindo recorrentemente na captura, na apropriação, no esforço para controlar, na violência, em alguns casos, superando em crueldade o modelo combatido anteriormente. O modo contínuo e perpétuo do desejar é o campo político de batalha primordial, perdido esta, a sequência é desastrosa indiferente da trilha seguida.

Após a sofisticação do Estado durante a transcorrer da história, os modos de captura da máquina concreta de apropriação foi ficando cada vez mais sutil (ROLNIK; GUATTARI, 2006). Antes, nos regimes de soberania primitiva, o Estado não era mais o fim em si, como assim passou a ocorrer nos regimes despóticos (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). O Estado se torna meio de efetuação de forças que não são em si estatizantes, como as forças do capitalismo. Esse inventa um Estado próprio e o põe em funcionamento, e esse processo se dá através da gerência da lei, da norma e do desejo no seio da subjetividade capitalística.

A lei, ou seja, a obrigação coercitiva já havia sido implementada pela máquina despótica arcaica, mas a norma vai investir na inoculação do dever na consciência

enquanto mecanismo de produção de captura constante no Estado nos moldes capitalistas. Nesse sentido, a própria concepção de sujeito é o terreno capaz de germinar as inoculações de captura do Estado em cada um. Onde iria existir o dever ou ainda o ideal? Se não num sujeito? A emergência de um sujeito específico é o território necessário para a emergência da forma capitalismo.

Três estágios onde o desejo humano navegou e navega em relação direta com a progressão das formas do Estado: 1º estágio é a *constituição de um regime de soberania através da concretização de um poder central* (FOUCAULT, 2014). É o regime da Lei que interdita o desejo. O que pode e o que não pode. O 2º estágio é o do regime de soberania, *regime disciplinar* (FOUCAULT, op. cit.), mais sutil, já uma interiorização do Estado pela subjetividade. É o instituto da norma. Não é mais o que pode, mas o que deve, o que é bom, o que é correto, o que é justo. Vai-se investir no modo como o desejo deve se comportar no corpo e se afirmar na moral. Um domínio no corpo, na mente e nos afetos. Introjecção do Estado em nós, e não é possível realizar esse processo sem a crença no sujeito. O que se chama de sujeito e que tanto se defende e se investe, não passaria da subjetividade capitalística, o Estado em Nós. O 2º regime liga o desejo a uma norma interiorizada na figura do sujeito. Se intojeta nas questões mais sutis atingindo o virtual da existência e afeta a própria dimensão das possibilidades. A norma atende aos nossos microsentimentos, microdesejos, microrelações, e isso aparece como uma ilusória máscara de realização. Uma autorização do desejo normatizado, moralizado, controlado e estratificado. Uma compensação, e por isso mesmo mascara sua real natureza, pois se configura como uma segunda captura. A primeira é exatamente a sujeição concreta do desejo ao regime de ressonância da forma Estado, a separação da potência de acontecer, a desconfiança com a vida. A máquina concreta de captura rebaixa para poder incluir, remove as perigosas arestas da singularidade para poder então produzir uma segunda captura através do sujeito em nós, que é do empoderamento, da falsa sensação de liberdade ao desejar o que se escolheu o que de antemão devia ser desejado, ou ainda, da sensação de poder ao se exercer a função para qual foi autorizado, ao funcionar como objeto de ressonância de uma potência alheio a si que o usa como função, propagador de capturas, e assim, se pensa tolamente possuir potência. O poder alheio a si, ou seja, assumir a função de

propagador de uma potência estrutural, colocar seu corpo enquanto ressonância de um regime de captura, de modo que mesmo que se habite o centro (papel do líder, do déspota, do *major player*) a função exige a impotência como base.

Se é eficiente enquanto ressoante de um regime de autoridade, de uma máquina abstrata de captura, na igual medida da impotência do corpo. O tamanho da eficiência dentro do regime de soberania é na exata medida do tamanho do *buraco* na regência do desejo. A potência estrutural alheia precisa de um corpo ausente de potência para poder atravessá-lo e fazê-lo ressoar, e essa potência alheia compensará esse corpo com a ilusão de que aquela potência é dele, através da ideia do sujeito capaz, autorizado e autorizante, eficiente e recompensado.

Tal farsa muitas vezes é entendida pelo corpo, que ainda sente a potência surgir em si e ser bloqueada pela subjetivação de um sujeito em nós, bloqueado pela consciência que desconfia do devir, bloqueado pela estratificação de um sujeito bem estruturado. O corpo com maior facilidade a entender a farsa, sente que o que o habita é a impotência e não a ilusão da potência alheio a si, que só ressoa nele, e que, na verdade, este poder o despotencializa cada vez mais, mesmo que externamente pareça o exato oposto. A consciência, pobre retardatária da experiência da vida, não consegue captar o que o corpo sensivelmente já percebera, e a depressão se torna o único curso natural desse corpo que compreendeu participar de uma farsa, mas que a consciência ainda não. O corpo empaca como um burro teimoso que não aceita mais seguir seu “dono” – a consciência de um sujeito estruturado nele. E por mais que esse o ordene a prosseguir este não seguirá mais. Será preciso agora dopar esse corpo para obrigá-lo a seguir exercendo a função de uma estrutura de captura e continuar sujeitando-o a um regime de impotência. Aqui entram as diversas formas de drogas, químicas, sociais e subjetivas. Do receituário do psiquiatra ao viciado em adrenalina passando pelo largo leque e ininterrupto do entretenimento, enquanto que os padres, psicólogos, etc., tentarão desempacar este corpo que entendera a farsa e estratificá-lo novamente para seguir em função da máquina de captura pelo máximo tempo e eficiência possível.

O sujeito em nós é empoderado, qualificado, autorizado, compensado, e assim, capturado já em uma segunda camada. Não só atenderá a Lei pela violência

institucionalizada do Estado, mas se deixará ser domesticado subjetivamente pela norma. Esse sujeito é um estrangeiro em nós. É produto não só da lei, mas da introjecção da norma, ao ponto desta se tornar tão sutil que se perde quase que completamente a relação com as forças de criar as condições de existência, as produções não estratificadas, e portanto, caóticas do desejo imanente, de tal maneira que sequer imagina que essas forças ainda exista nesse sujeito. Distanciado do contato com essas forças barradas de início, segue-se investindo em modos compensadores através do sujeito que acredita-se ser, que só pode desejar segundo as condições do direito e da moral, totalizando a dimensão do desejo e da vontade, irá bloquear toda a dimensão intensiva, livre e criadora do desejo, para permitir passar apenas a dimensão intencional-extensiva do desejo.

E aqui se dá o 3º estágio, onde se deixa ainda mais sutil a apropriação das forças do homem. Agora não é apenas a lei a coagir, a norma a capturar por ideologização, mas a *própria forma de desejar* (DELEUZE, 1996) e, portanto, de se pôr a acontecer, que será capturada. É o desejo do capturado por ser ainda mais capturado, é o desejo do impotente por mais impotência, de mais *esburacamento*, de maior distanciamento da *superfície* do acontecimento. É um crescente e multiplicador desejo de ser organizado de fora.

O desejo impotente quer se maximizar enquanto função pré-estabelecida para ele pela máquina descodificada do capitalismo, mas paradoxalmente buscando cada vez mais segurança. Aqui, uma vez mais, nos esbarramos com o Dilema da Segurança nas Relações Internacionais¹², por exemplo, ou ainda o medo da morte violenta em Hobbes (2019) que daria razão para a constituição de um Leviatã. É por sobre a base da micropolítica do desejo que se ergueu o Estado e o Sistema Político Internacional, permeado por um desejo capturado e colocado em função da maximização da máquina axiomática capitalista, em detrimento das próprias forças do homem, produzindo uma pequena política, ou ainda, um Sistema Internacional de Impotência.

¹² O Dilema da Segurança vai salientar o conhecido problema: Ao buscar segurança contra a possíveis agressões estrangeiras, cada Estado-nação irá se armar, de modo que o desejo inicial de segurança gera o seu inverso, um cenário cada vez mais inseguro (HERZ, 1950).

1.4. Potentia versus Potestas

No clássico livro para as RI, de Raymond Aron (2002), Paz e Guerra entre as Nações, o Segundo Capítulo (p. 99) inicia afirmando que poucos conceitos são empregados tão comumente, e ao mesmo tempo, de forma tão equivocada quanto “Poder” ou “Potência”. Concordamos com essa afirmação categoricamente. Apesar de Aron distinguir ambas sutilmente, pois, para ele, o poder ou a potência tem relação com o controle efetivo dos meios físicos e políticos¹³. Em essência, tanto poder quanto potência compartilhariam de uma mesma natureza que levaria em conta a necessidade de constranger e de não ser constrangido, estariam sempre em relação aos outros. Se teria poder ou potência quando fosse possível controlar os demais por meio dos mecanismos políticos práticos (coerção pela força, por exemplo), ou de se por enquanto autoridade sobre os demais. “No sentido mais geral, poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir” (ARON, 2002, p. 99). No mesmo sentido Aron (id. Ibd. p. 101) complementa,

O poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens.

E conclui neste ponto do seu livro afirmando que os *homens de poder* são também os *homens de potência*. (id. Ibd. p. 102). De modo que a luta política se resumiria a um embate entre poderes e potências dos diversos atores. Afinal, como todas as nações desejam impor sua vontade as demais, poder ou potência estaria em relação a capacidade de efetuar seu desejo no cenário internacional, podendo ser medida pela avaliação do espaço ocupado, recursos naturais disponíveis, conhecimento dominado, qualidade e quantidade de combatentes disponíveis e também pelo nível da coesão social que certa nação tenha para empreender seus desejos. Em suma, poder e potência se confundiriam, afinal, como já dito, compartilhariam da mesma natureza. Tendo apenas algumas nuances entre si e modos distintos de se pôr em prática em tempos de guerra e em tempos de paz.

¹³ Para Weber (apud LEBRUM, 1984, p. 4), potência assumiria a mesma visão de Aron (2002), pois “Potência (Macht) significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade”.

Como já adiantamos, concordamos com a primeira afirmação do dito capítulo, mas só até ali. Todo o mais é a demonstração clara da origem do problema que identificamos nas RI e que por isso reduzem o alcance do campo, diminuindo as possibilidades de pensar ativamente nas relações internacionais para além do poder. Para expandir este campo, a primeira coisa que se deve desconstruir é o falso sinônimo entre Poder e Potência, e suas diferenças não são apenas nuances de uma mesma natureza, como imaginou Aron, são, como tentaremos demonstrar, duas coisas totalmente distintas, indo além, habitam pólos antagônicos. Onde há potência não há poder. E vice-versa. Um só floresce na ausência do outro.

Para vencer tal equívoco é preciso dar uma nova origem a discussão. Vamos fincar nossa pedra angular não mais em Hobbes, mas em Spinoza, e toda uma linha poderá ser traçada e a partir de então estaremos aptos a pensar outras formas de compor as relações internacionais, que não pelo poder, mas pela potência, já diferenciado daquele.

Spinoza vai construir seu pensamento político de maneira muito particular e distinta de seus pares (RAMACCIOTTI, 2013). Diferentemente de Hobbes (2019), Spinoza (SOLAR, 2013) vai nos dizer que as forças são dotadas de uma espontaneidade e de uma atividade que possibilitam sua composição de modo a não necessitarem de mediadores, assim a força dispensa o poder (potestas), é em si a expressão da potência (potentia), enquanto que o poder é a expressão da ausência de potência. Potência contra poder. Potentia versus potestas (NEGRI, 1993). “Spinoza é o anti-Hobbes por excelência” (id. Ibd. p. 188).

Os supersticiosos que sabem recriminar os vícios mais do que ensinar as virtudes, e que se empenham não em conduzir os homens pela razão, mas em cercear-los pelo medo, fazendo com que eles fujam do mal, ao invés de amar as virtudes, só estão ocupados em tornar os homens tão infelizes quanto eles próprios o são; não surpreende, portanto, que na maior parte do tempo sejam inoportunos e odiosos aos homens (SPINOZA, 2016, p. 63).

Contra toda uma tradição filosófica onde haveria uma necessidade de uma concepção jurídica do mundo, o que implicaria que as forças teriam gênese privada, em cada indivíduo, e que portanto, ao se relacionarem exigiria a aparição de uma mediação de um poder (Potestas), pois ao redor reinaria a possibilidade da guerra permanente que sucumbiria todas as relações caso o Poder se coloque ausente (HOBBS, 2019). O poder seria a solução, uma solução negativa. Pois, ele precisa

negar as forças, as potências para poder domar o medo da morte violenta. Deste modo, poder e potência são antagônicos.

Isto se dá pelo fato de que a potência dispensa a necessidade de uma relação com o outro para existir, assim, ela pode compor com os outros, mas é uma relação positiva e livre e não dependente, ela é a expressão produtora de si mesma. A potência produz a si, é a expressão espontânea da força. De modo que a potência não necessita de mediação alguma, pode até se utilizar dela como estratégia de gerar mais potência, mas nunca como muleta para se afirmar. A potência é independente do poder (SPINOZA, 2016). E aqui vale salientar, a potência, por não estar condicionada a nada fora de si, ela é uma expressão de força dadivosa, não precisa aniquilar, subjugar, rebaixar o outro. Se um desses efeitos emergirem de sua ação criadora, é um efeito lateral, e nunca uma intenção, aliás o que mais falta à potência é intenção, ela é antes permeada por intensidade em vez de intencionalidade (DELEUZE, 2017), enquanto que o poder só consegue se expressar condicionado a um outro, se mostra como caminho da vingança, da justiça, da revanche, da segurança por paranoia, da redenção, do bem universal, a luta contra o mau. “A vontade de poder que se volta para fora e se torna, então, domínio, o espírito de vingança que exerce seu poder tentando conter o poder alheio” (NIETZSCHE, 2012, p. 82).

ninguém, a não ser um invejoso, sente prazer com a minha impotência e o meu desgosto, e considera que nossa virtude são as lágrimas, os soluços, o medo e outras manifestações do gênero, signos de uma alma impotente. Porém, pelo contrário, quanto mais somos afetados por uma grande alegria, mais passamos a uma perfeição maior (SPINOZA, 2016, p. 45).

O Bull da “Sociedade Anárquica” (2002), percebendo apenas o poder, foi incapaz de expressar a diferença entre potência e poder como antagônicos. De modo que irá criticar Ranke (apud BULL, op. cit.) quando este define potência pela capacidade de autossuficiência ou independência dos demais agentes. Bull irá dizer que este é um termo muito vago. Claro, não teria como ser percebido diferentemente, já que para quem só consegue enxergar os processos de poder, é inevitável achar vago quando se fala de potência como processo distinto do poder. E por isso vai definir potência como algo sempre em relação aos outros. Potência, para este Bull (op. cit.), seria uma relação comparativa do poder. Em especial, a capacidade militar das nações no Sistema Internacional.

Precisamos salvar o termo “potência” desse equivocado uso. Precisamos diferenciá-lo de poder, se quisermos abrir oportunidades outras de pensarmos as relações internacionais para além da luta impotente das nações. Precisamos parar de confundir a capacidade que almas dilaceradas têm de dilacerar outras almas, com potência. “Aqueles que só sabem despedaçar as almas dos homens” (SPINOZA, 2016, p. 13). Isso não é expressão de força, mas um reles transbordar da própria fraqueza. Uma compensação e ressoar de *buracos* maquinados socialmente. Mas para isso precisamos entender onde surge o poder e o onde surge a potência.

A potência é justamente aquilo que Bull considerou vago. É a capacidade de autossuficiência, de autoprodução de si. É potente aquele que age ativamente e não aquele que reage as condições externas (SPINOZA, op. cit.). E onde eu posso encontrá-la? Só há um lugar onde a potência pode ser acessada, no acontecimento (NIETZSCHE, 2011). Pois é no devir que nos abrimos para compor com tudo o mais. Contudo, pouco e quase nunca estamos no acontecimento, nos limitamos a um estado mofado da realidade, ou seja, nos relacionamos com o acontecido em nós, com a ideia passiva, como se tentou abordar nos tópicos anteriores.

Para Spinoza (2016), o corpo ao entrar em contato com o mundo (e assim, outros corpos) gera afecções que podem aumentar ou diminuir nossa potência, dessa variação de potência surgem os afetos. Esses são, então, resultado do modo como nossos corpos são afetados. São produtos dos nossos encontros com tudo que é exterior. Assim há dois tipos básicos de afetos, passivos (paixões) e ativos (ações). Em um segundo estrato o autor divide paixões em dois tipos: tristes e alegres, em ambas não se adquiriu a capacidade de produzir os próprios afetos, se está demasiado impotente e suscetível ao sabor do acaso, ambos são afetos passivos. Se é impotente pelo fato do acaso nas condições externas definirem suas afecções e seus afetos, mas quando se conquista a produção de afetos ativos, a capacidade de agir não por coação, não em relação a um outro, mas por criatividade e liberdade, se alcança o caminho da potência, e assim, não é necessário investir mais em poder. O poder é em si a tentativa de barrar as paixões tristes e produzir as condições para receber as paixões alegres. Mas qualquer paixão é em si impotente, mesmo que alegres, por ser essencialmente passiva.

Quando não se sabe produzir uma micropolítica de afetos ativos (GUATTARI, 2004), quando estamos alheios aos modos afetivos que são a base da perpétua construção dos nossos corpos e mentes, ficamos incapazes de gerar afetos ativos, assim, separados do que podemos, distantes da nossa capacidade de agir livremente, de sermos atravessados pela nossa potência, acabamos por nos relacionar com o mundo a partir de nossas paixões, hora triste, hora alegre, ao sabor dos eventos, mas igualmente impotentes. Neste estado, incapaz de produzir os próprios afetos ativos, inundado de paixões e à espera de que o fluxo seja de mais paixões alegres em vez de tristes, se irá investir nas condições externas que geram tais afecções agradáveis. Investirá na segurança, no controle, enfim, no poder, na vã esperança de fazer com que a realidade só lhe inunde paixões alegres, sem perceber que alienado da potência, mesmo uma vida só de paixões alegres é brutalmente insuficiente, o corpo e a mente almejam a potência (PEIXOTO JÚNIOR, 2013), e só investe no poder por ter desaprendido como acessar a primeira.

O poder é insuficiente, pois ele busca um objeto que não é o objeto real necessário, busca um simulacro sem perceber que se trata de um simulacro, ele confunde realidade fantasmática com a vida e acaba por a transformar em um eterno embate com miragens. O que o corpo e a mente querem é expressar sua potência ativa, mas quando não se sabe como fazê-lo, cai inevitavelmente nas linhas fantasmagóricas do poder, que claramente denunciam a si mesmos como insuficientes, pois nunca preenchem plenamente o desejo.

Não há outro jeito. Afinal, *se não sei construir uma realidade afetiva singular dando expressão a minha potência, recairei inevitavelmente no medo de todo acaso, na desconfiança da vida, no investimento da esperança, que é uma paixão também triste* (DELEUZE, 2017). *O acontecimento se torna algo do qual devo me proteger, me resguardar, nesse estado, me separo do acontecimento e de toda a potência que nele habita, me impossibilito de compor e criar realidade a cada momento, habitarei o que este trabalho chama de buraco. E deste buraco irei sonhar, investir em alguma linha de poder pré-traçada pelas máquinas sociais que historicamente ressoam e estriam a superfície, me perco da superfície e alargo o buraco que habito.* A potência de compor com tudo o mais que se apresenta se abre como possibilidade de criação das próprias condições de existir e de se afirmar. Quando perdemos a linha do

acontecimento, nos confundimos com as paixões que surgem através do acontecido da consciência reativa.

Essa consciência é um estado retardatário de se relacionar com a realidade. O homem da consciência, é o homem que se relaciona com uma realidade necrosada, que já não é mais, já aconteceu, e assim, não pode ser. Revolve-se com uma realidade já impotente por estar cristalizada enquanto acontecido. Quando nos relacionamos com o que já foi, não podemos criar intensidades mais, nos limitados a julgar o ocorrido em nós e nos inundamos de paixões tristes, e só há um desembocar: o ressentimento, a má consciência, a moral. É o sujeito moral que vai desconfiar da realidade, da vida, e assim vai lutar contra o acaso, vai tentar com todas as suas forças controlar, o incontrolável, a vida, e assim investir no poder.

Neste estado, separado do que se pode (DELEUZE, 2018) por se estar separado do acontecimento, confundido com o acontecido em nós, na postura de julgador da vida e não de criador de realidades, nos encontraremos no estado de impotência. Pois a realidade só existe no devir, e só lá possui a potência de criar. Fora do acontecimento não posso criar, estou separado do tempo que se abre para criação ativa de valor.

Mas, em última análise, não há como estar fora do acontecimento, pois o real só existe a cada acontecimento, assim, mesmo o ressentido, ele só se inunda de ressentimento em um acontecimento, a má consciência, apesar de lidar apenas com matéria morta, lida com ela em um devir que transcorre. Ou seja, até a impotência só pode se fazer nos acontecimentos não percebidos. Então necessariamente habitamos o acontecimento, os outros tempos não existem, são imaginações/projeções apenas. Então o que ocorre de fato é que o sujeito da consciência, o sujeito moral, ele está produzindo um corpo e uma mente para si no acontecimento, mas a partir de sua impotência, acaba por produzir apenas o ressentimento e a má consciência, de modo que a política da qual este sujeito irá desenvolver e praticar será a política da impotência no acontecimento.

A política da impotência nada mais é que a política do poder. *Quando me encontro separado do que posso no acontecimento irei investir em formas de tentar controlá-lo, dominá-lo, já que não posso afirmá-lo, compor com ele, vou me dedicar a única coisa que a consciência é capaz de fazer, julgá-lo classificando-o,*

decodificando-o, criando esquemas teóricos para lidar com a realidade. Esta é a única sacada do sujeito da consciência, moralizar a vida, codificar a realidade, estratificar o mundo.

Borges (1982) em sua literatura fantástica nos conta de um povo que queria fazer um mapa perfeito do seu império, mas seus mapas eram insuficientes demais, de tal maneira que fizeram um mapa do tamanho exato do Império, cada ponto coincidia com um ponto da realidade, de modo que agora o mapa estava perfeito, cabia e representava tudo, já que era do exato tamanho do próprio objeto representado. Ou seja, para isso o mapa e o Império concreto compartilhavam o mesmo tamanho, de modo que era a representação perfeita, ficara tão bom que as pessoas acabaram por se mudarem do espaço real para o espaço representado no mapa. Esse é o simulacro do mundo a partir da consciência. Afastado do que se pode, habitando a realidade necrosada da consciência, nos relacionamos com fantasmas, sombras e representações, que finda em nos encher de paixões, já que nos afastamos da potência que só permeia aquele que vive no acontecimento. É a partir daí que afetos muito específicos irão surgir, e circuitos inteiros se engrenarão, e será deste estado que faremos política, e não investiremos noutra coisa senão no poder.

O poder surge da separação da potência de criar realidade no acontecimento. A partir desta posição, surgem, entre outros afetos tristes, o medo. *Como não posso mais compôr e experimentar as intensidades alegres da potência de criar ativamente a realidade, como só tenho acesso ao que já aconteceu, me ponho a desconfiar de todo o acaso, chamar de caos perigoso tudo que for imprevisível pela minha consciência, por estar tão somente inundado com afeto do medo, assim irei lutar contra toda a mudança, contra toda a impermanência, e tentar pesar na realidade de modo a aumentar o meu controle, a minha previsão, irei buscar segurança. Ou posso vestir esse medo de outro nome, “esperança”, e agora irei negar todo o devir em comparação com um ideal imaginário, nunca plenamente alcançável, e investirei no poder para construir seu simulacro sempre malogrado, duplo medo-esperança.*

Separado da intensidade do acontecimento, irei investir em formas extensivas de vida. A essas formas impotentes de vida extensiva separada da capacidade de criar ativamente a cada acontecimento, é onde se traçam as estrias de poder. De

modo que o poder não é a mesma coisa que a potência, mas o seu inverso. É o anseio que cresce na ausência da potência. Poder é o processo que invisto quando perco a capacidade de expressar minha potência. O poder é a compensação do impotente.

Por isso que Hobbes (2019) vai balizar toda sua política no medo da morte, enquanto que Spinoza (2016) concluirá que a última coisa em que pensa o homem livre “é na morte, e sua sabedoria é uma meditação não da morte, mas da vida” (p. 101). Quando a política é criada, pensada e experimentada através da potência, ou seja, da vida, e não da impotência e do medo que ela excreta, uma outra política pode ser imaginada, uma Grande Política pode ser orquestrada, e assim, inevitavelmente, nas relações internacionais. De modo que o trabalho está em criar constantemente uma política da potência em detrimento da política do poder, pois o poder sempre se mostrou negativo, mesmo que compense sempre será uma compensação aleijada, mesmo que se pudesse hipoteticamente controlar todo o acaso e imprimir toda a segurança para evitar qualquer risco, coisa que sabemos nunca ter sido alcançado, mas mesmo se fosse, a própria natureza do acaso em sua imprevisibilidade e abertura infinita faz surgir a paixão triste do medo, *medo de que no próximo instante algo apareça que escape ao meu controle* – e sempre algo escapa.

Isso não significa que todo agente sem poder é permeado pela potência. Pode-se não ter poder e ser impotente ao mesmo tempo. O que se está dizendo é que aquele ou aquilo que habita o acontecimento e expressa sua potência ativamente não demanda de poder para produzir política ativa, e aqui a política surge como uma expressão da vida ativa e alegre, política como obra de arte, o que chamaremos aqui de Grande Política (TÓTORA, 2008). De modo que o agente potente não existe pelo olhar do outro, pois produz as próprias condições políticas de sua singularidade. Aquele que desfruta ativamente da vida não precisa investir em subir por sobre outros ou, “na frente”, teme a ascensão alheia, não inveja e é incapaz de ser humilhado, é outro processo em curso, totalmente alheio às dinâmicas negativas tão conhecidas do poder. Não teme ser retirado de seu posto, ou que as condições mudem, se esforçando para controlar as variáveis políticas. De outro modo, se alegra com toda mudança, já que é capaz de afirmar a diferença que

se concretiza nos acontecimentos, e tudo vira combustível para a produção de mais potência, até mesmo a maior adversidade lhe serve como trampolim para afirmar sua diferença e singularização a cada novo rearranjo da vida (NIETZSCHE, 2011). Tudo que não lhe destruir completamente será utilizado como matéria-prima para a expressão de mais potência. "Desde que me cansei de procurar, aprendi a encontrar; Desde que o vento me opõe resistência, velejo com todos os ventos" (NIETZSCHE, 2017, p. 23).

Da mesma maneira, isso não significa que aquele que se permita ser atravessado pela potência fuja necessariamente dos sistemas formais da política. Tudo pode ser expressão de sua potência, inclusive as formas de poder como as conhecemos. O ser potente é capaz de perverter a política formal da disputa e perpetuação de poder com processos ativos de expressão de potência genuína, e assim, usar do sistema impotente de poder para promover expressões e conjugações de potências através dos sistemas políticos que até então serviam apenas para ressoar impotências. Do mesmo modo que há uma máquina social a perverter a vida a colocando em função de uma máquina de perpetuação de impotência e fabricação de *buracos*, tentaremos demonstrar nesta dissertação como podemos fazer o inverso, perverter a máquina social, a utilizando justamente para promover a vida potente. Mas antes precisamos entender como esta máquina social de produção de impotência (ou de poder, como preferir) funciona. Para isso é imprescindível entendermos o conceito-imagem seguinte: o *muro*.

2. O MURO

Só com um muro que conseguimos colocar em prática uma política do poder. Ele é instrumento crucial para o veio de transmissão da impotência micro para o investimento do poder no macro, dos ressentimentos para a construção dos simulacros (DELEUZE, 1974), e, também, na direção inversa, é o terreno de propagação da impotência que aprisiona os corpos, e entenderemos este processo aqui. Essa seta dupla que investe para o além da fronteira da pele e concomitantemente faz o mesmo investimento sobre a própria pele (COURTINE, 2013). É com o muro que mantemos o desejo estriado e afundado num buraco, e buscaremos neste capítulo entender como isso ocorre. É, também, o muro que nos entrega nossas compensações. Em síntese, se no capítulo anterior compreendemos como cavamos um buraco e passamos a habitá-lo, vamos compreender agora o que nos mantém nele. E a resposta é clara, o que nos mantém é o muro e o teto. Por ora, falaremos do primeiro.

Para isto trataremos de dois aspectos: o primeiro é da Máquina de Representação e Projeção. De como substituímos o real pelo fantasmático projetado no muro do buraco que habitamos, e como essas projeções servem como simulacro de realidade, e vivemos, amamos, odiamos, salvamos, matamos, fazemos política, pensamos nas relações internacionais, baseados em tais projeções fantasmáticas que escondem o muro que denuncia a condição topográfica do nosso desejo.

E a partir de então, pensar como as projeções manipulam as máquinas desejantes que nos compõem e assim irão constituir verdadeiros circuitos afetivos. Os afetos passivos erguidos pela manipulação das projeções desencadeiam inteiros circuitos que acabam por propagar tais lógicas, replicando funções, rostos e comportamentos, esses circuitos de afetos irão mover o nosso desejo constituído enquanto falta, e a nossa realidade enquanto projeção fantasmática em um muro, organizando a política enquanto ressonância de ficções negativas projetadas em muros ignorados.

2.1 Máquina de Representação e Projeção

Há uma máquina abstrata a vincular quase todo o investimento a partir de um buraco a um muro em forma de representação projetada. E de onde surge tal maquinaria? Deleuze e Guattari (2012a, p. 37) dirão que “as máquinas abstratas surgem quando não a esperamos, nos meandros de um adormecimento”. Ou seja, ao se dissociar da linha do acontecimento, abandonar o devir e passar a investir na consciência, passando a habitar um buraco, e então partir para desejar nesta topografia, se passará a investir não mais no real, mas nas suas representações projetadas em um muro.

O muro é a tela branca do cinema, que a partir de uma série de imagens que reproduzem a ideia de movimento, fundos musicais e etc. nos conectam com um enredo e nos move afetivamente, de modo que, se bem conduzido, esquecemos até de nós mesmos e podemos ser levados totalmente pelos estímulos da tela. Por vezes só lembramos onde realmente estamos e quem somos após o fim da película, enquanto ela ocorre, somos passageiros mais ou menos passivos dos afetos que as imagens e sons encadeados nos conduzem a sentir. Diferentemente do cinema, o muro no qual projetamos e representamos a partir de uma máquina abstrata, não demanda um ritual tão claro de início nem de fim, não nos deixa perceber facilmente suas bordas, ou seja, participamos dentro do enredo desde o nascimento, pois ocorre de forma ininterrupta, e pior, nossa própria percepção sobre quem somos é em si uma – a principal, aliás – projeção (FONTES FILHO, 2007). De modo que a máquina de projeção e representação toma de conta de toda a vida como um simulacro quase completamente fechado, o que torna dificultosa a saída (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Sei que, aqui, a narrativa pode dar sinais de alguma proximidade com o Mito da Caverna de Platão (GOMES, 2019)¹⁴. E é importante demonstrarmos suas diferenças. O que chamamos aqui de buraco seria no Mito, a caverna, enquanto que as paredes da mesma, poderia ser entendido com o que chamamos de muro, e as representações seriam o que o Mito trataria como as sombras na parede com as quais os seres acorrentados à caverna – aleijados de sabedoria – se relacionariam com a vida, e a saída da caverna seria o que chamamos aqui de linha de fuga para a superfície.

Apesar da força dessa alegoria, e de uma aparente semelhança com o que estamos tratando, estas duas alegorias – a do Mito de Platão e a deste trabalho: buraco-muro-teto-superfície – não se encaixam. Até ganham contornos de total antagonismo, e é exatamente o que torna essas duas alegorias antagônicas, para além de sua aparente semelhança, que deve adquirir centralidade, e passo a explicar.

No Mito da Caverna o sábio arrebenta os seus grilhões, a ignorância, e ruma para fora do mundo das sombras, para a sabedoria, e depois a traz de volta como oferenda para os aprisionados na caverna. De modo nenhum é o que se está dizendo com a alegoria proposta neste trabalho. Pelo contrário, foi exatamente o ato de buscar sabedoria fora da caverna que escavou o buraco, e o que o sábio traz de volta não é nada mais que uma representação do mundo, fantasmas, muro branco, a oferecer para os prisioneiros da caverna, intermediado por ele. Pois o sábio de Platão é o homem de verdade, da consciência, da representação. O mundo real, seria para Platão, o mundo da imperfeição, e a perfeição estaria no mundo das

¹⁴ “Imaginemos uma caverna separada do mundo externo por um alto muro, cuja entrada permite a passagem da luz exterior. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos ali vivem acorrentados, sem poder mover a cabeça para a entrada, nem locomover-se, forçados a olhar apenas a parede do fundo, e sem nunca terem visto o mundo exterior nem a luz do Sol. Acima do muro, uma réstia de luz exterior ilumina o espaço habitado pelos prisioneiros, fazendo com que as coisas que se passam no mundo exterior sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna. Por trás do muro, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras de homens, mulheres, animais cujas sombras são projetadas na parede da caverna. Os prisioneiros julgam que essas sombras são as próprias coisas externas, e que os artefatos projetados são os seres vivos que se movem e falam. Um dos prisioneiros, tomado pela curiosidade, decide fugir da caverna. Fabrica um instrumento com o qual quebra os grilhões e escala o muro. Sai da caverna, e no primeiro instante fica totalmente cego pela luminosidade do Sol, com a qual seus olhos não estão acostumados; pouco a pouco, habitua-se à luz e começa ver o mundo. Encanta-se, deslumbra-se, tem a felicidade de, finalmente, ver as próprias coisas, descobrindo que, em sua prisão, vira apenas sombras. Deseja ficar longe da caverna e só voltará a ela se for obrigado, para contar o que viu e libertar os demais” (PLATÃO apud CHAUÍ, 2003, p. 01).

ideias (GOMES, 2019). O mundo fora de controle, cheio de acasos, imprevisível, incompleto, imperfeito, onde nada era eterno, tudo deixava de ser no momento seguinte, era para Platão algo a ser superado pelo mundo do pensamento, pelo ideal. Ou seja, talvez, o que ele entendia como caverna pudesse ser a nossa superfície, e o que ele entendia como a fuga para a sabedoria, é o que chamamos de cavar o buraco. A alegoria da caverna de Platão, e a alegoria deste trabalho, são um claro contraste conceitual. Praticamente todos os elementos se apresentam inversos de um para o outro.

Assim, a alegoria da caverna pode ser entendida como o inverso da alegoria que aqui utilizamos. A construção de verdades, a desconfiança com a vida, a eleição do pensamento e da consciência como superior aos afetos e ao devir, são a base para a escavação de buracos e a transferência quase que completa do mundo sensível para o mundo simulacro projetado em muros. O que Platão fez não foi sair da caverna, ele cavou um buraco e investiu como ninguém até então na Máquina de Representação e Projeção, não por fazer isso mais que os outros, mas por colocar a própria sujeição a buracos como se fosse o ápice da realização humana, tratou o sistema Buraco-Muro como fuga da ignorância e encontro com a sabedoria.

Não há fuga criadora alguma através da descoberta de verdades eternas e universais. O que move o desejo são os afetos. É, antes de tudo, uma questão de cartografia do desejo (ROLNIK; GUATTARI, 2006) e nunca de descoberta de verdades através do exercício do pensamento. O pensamento é – na grande maioria das vezes – apenas uma representação em nosso muro, nos aprisionando de diferentes formas o nosso desejo em circuitos alheios a nossa potencialização, em nome de uma máquina abstrata de projeção. E grande parte disto se dá pelo fato de que nossa concepção sobre nós mesmos já é em si um significante no muro. E esta é a base para todas as demais projeções. É a máquina abstrata de rostidade (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

A nossa identidade, a nossa concepção de indivíduo, é, em si, a primordial representação. A concepção de um “eu” é a estrutura que mantém o muro em pé e dá a ele a força de representação tão profunda ao ponto de sermos capazes de ignorar tudo que não for projetado nele.

O rosto constrói o muro do qual o significante necessita para ricochetear, constitui o muro do significante, o quadro ou a tela. O rosto escava o buraco

de que a subjetivação necessita para atravessar, constitui o buraco negro da subjetividade como consciência ou paixão, a câmera, o terceiro olho. (op. cit. p. 36)

O Rosto, *que é a concepção que tenho de mim, a ideia que construo de mim mesmo, já é produto do sistema muro-buraco-teto. Na medida que desconfio da vida e invisto no poder, cavando buracos e projetando imagens em suas paredes, vou concebendo o meu rosto, não como cabeça, mas como rosto imaginário onde ressoa a vida feita abstratamente enquanto simulacro, ao ponto de colocar em segundo lugar a cabeça, afinal, antes tenho um rosto, chegando a estranhar quando vejo minha cabeça no espelho, enquanto simulacro meu rosto não condiz em exatidão com a minha cabeça, já que não passa de uma ideia que carrego comigo e coloco como substitutiva de mim mesmo. Por uma fração de segundo, no primeiro vislumbre, há um estranhamento evidente da cabeça ao se olhar no espelho e se comparar com a ideia de rosto que foi produzido em mim, denunciando o simulacro, mas rapidamente a consciência trata de restabelecer a ordem e afugentar a desconfiança, e volto a acreditar na ideia de rosto construída abstratamente (a consciência o quão rápido puder ressincronizará a cabeça ao rosto), e penso ser a mesma coisa, cabeça e rosto, quando ambos habitam topografias totalmente díspares. A cabeça habita a superfície, o rosto é a projeção estrutural do muro de um buraco (FLAUSINO, 2019). A cabeça envelhece, afinal transcorre no devir, o rosto sofre ao se ver ser arrastado pela materialidade da cabeça, e estranha o fato de envelhecer, já que não percebe a distinção entre cabeça e rosto abstrato. O rosto, por ser ideia, tem dificuldades de assimilar o envelhecimento, a impermanência, chegando em muitos casos a declarar guerra a cabeça, ao ponto de fazer de tudo para adequá-la a si. Chegando a cortá-la e injetar o que for preciso para coincidir a ideia do rosto representado, na cabeça em devir. Essa pulsão gira toda uma economia e especializa uma medicina voltada para tal.*

E aqui é um ponto chave para a dificuldade de escapar do sistema muro-buraco-teto. Pois, não só o meu desejo, os meus afetos e os meus investimentos participam de forma representativa de uma vida projetada e feita simulacro, mas isso tanto fortalece quanto é fortalecido pela própria concepção de indivíduo que carrego comigo. Em síntese, *eu, em si, enquanto ideia, já sou uma representação, e ao*

tentar me relacionar com a vida a partir do meu rosto, não me relaciono com nada mais que outras representações, fantasmas e projeções.

E a questão é que a máquina abstrata alimenta uma máquina concreta, que, essa, não se realiza tão somente na produção de um rosto, como disse, aquela é a base micropolítica, que, a partir desta, a máquina concreta irá se efetuar em diversos estratos. O que nos redireciona para questão do poder, que por sua vez nos levará até as relações internacionais. Pois tal maquinaria não cria qualquer rosto, mas irá gratificar melhor quanto mais eficiente o rosto se adequar ao bom funcionamento das máquinas. O rosto é a base para uma economia e organização dos poderes nos territórios, assim, cada agenciamento de poder exigirá certos rostos e outros não (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 47).

São agenciamentos de poder bastante particulares que impõem a significância e a subjetivação como sua forma de expressão determinada, em pressuposição recíproca com novos conteúdos: não há significância sem um agenciamento despótico, não há subjetivação sem um agenciamento autoritário, não há mixagem dos dois sem agenciamentos de poder que agem precisamente por significantes, e se exercem sobre almas ou sujeitos. Ora, são esses agenciamentos de poder, essas formações despóticas ou autoritárias, que dão à nova semiótica os meios de seu imperialismo, isto é, ao mesmo tempo os meios de esmagar os outros e de se proteger de qualquer ameaça vinda de fora. Trata-se de uma abolição organizada do corpo e das coordenadas corporais [...]. Construir-se-á o sistema muro branco-buraco negro, ou antes deslanchar-se-á essa máquina abstrata que deve justamente permitir e garantir a onipotência do significante, bem como a autonomia do sujeito. Vocês serão alfinetados no muro branco, cravados no buraco negro. Essa máquina é denominada máquina de rostidade porque é produção social de rosto, porque opera uma rostificação de todo o corpo, de suas imediações e de seus objetos, uma paisagificação de todos os mundos e meios. (op. cit. p. 54).

Mas de onde vem essas máquinas? É algo externo a nós? Seria, mais uma vez, dizer que “a culpa é do Sistema?”. Estamos num buraco projetando no muro e nos relacionando e conhecendo o mundo pela via da representação por “culpa do Sistema”? Nos termos deste trabalho: seria culpa das Maquinarias Abstratas e Concretas, como algo exterior e nocivo e que assim nos reprimiria, e que de algum modo deveríamos destruir para que “os indivíduos” possam se ver livres da “opressão dessas máquinas”? Nada disso. Este trabalho não cai em tamanha simplificação alienante. As Máquinas Abstratas estão tão bem azeitadas, e funcionam com tamanha profusão pura e simplesmente porque desejamos que assim seja. As nossas máquinas desejantes pessoais por isso trabalham, nisso

investem, e desejam que assim ocorra (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). O oprimido, enquanto habitar o buraco e investir em representações, projetando em muros e investindo em identidades, coloca a sua própria máquina desejante a serviço do sistema muro branco, buraco negro, e assim, alimenta a estrutura que o despotencializa. São os nossos desejos que alimentam tais máquinas abstratas, e ela se apresenta com tamanha eficiência e abrangência, porque nisso investimos. Não somos prisioneiros delas, somos os seus fomentadores.

Mesmo que no nível das ideias esbraveje contra, não importa, nunca foi uma questão de ideologia, é uma questão de topologia do desejo, de linha desejante. O desejo como falta, que desconfia da vida, que investe no ideal, se põe na depressão e almeja a redenção pela ideia, e com isso vai alimentar toda uma maquinaria que culminará tanto na própria produção de si como da estrutura política do mundo.

O investimento na conscientização é uma miragem, é mais uma representação no muro. Não se trata de “conscientizar-se” ou bem pior que isso, “conscientizar o outro”, o que, aliás, é mais comum de se ouvir. O ser da consciência encontrou a verdade e agora quer benevolmente ofertá-la aos ignorantes, o Mito da Caverna novamente. Projeção no muro estriado, que encadeia, no fim, relações de poder, de assujeitamento do outro para a “boa nova” que trago. Libertar o outro pela consciência que eu ofereço a ele. Isso, na alegoria que adotamos aqui neste trabalho se traduz como: dominar as imagens-conceito projetadas no muro do outro, e assim, exercer um poder sobre o imaginário¹⁵ e produção de fantasmas que alimentam a subjetividade do outro. O uso da “verdade” para controlar os corpos (FOUCAULT, 2012). Mas, então, quer dizer que investimos nisso por sermos pessoas ruins? De jeito algum, na grande maioria das vezes, ele ocorre por baixo de capas de beleza ímpar, e acreditamos nelas, ideias altruístas e tudo mais, mas não muda nada. No íntimo, investimos nesse movimento por precisarmos de compensação afetiva pela incapacidade de expressar a nossa própria potência. Não há culpados nem inocentes, o que há é tão somente uma cumplicidade generalizada. No mais inofensivo dos casos, apenas substituímos imagens em um muro, não há superação do buraco pela consciência, ela é quem o cava, quem

¹⁵ “O plano do imaginário só é instaurado por uma recusa violenta do plano do real. É a vontade de escapar à náusea do objeto na sua existência bruta que obriga a consciência a refugiar-se na esfera do imaginário” (HEUSER, 2016, p. 70).

utiliza o muro para se projetar, ressoar e ricochetear, quem encadeia os muros estriados e quem investirá em compensações, dominações e se limitará a buscar um melhor posicionamento dentro de um sistema hierarquizado de poder no espaço estriado de impotência.

O que chamaremos de Grande Política é justamente a criação de uma linha potencializadora que traça para a superfície uma linha desejante em fuga criadora, onde o desejo não se expressa mais como falta, mas como abundância, e o pensamento não mais se expressará como uma imagem, é a superação do pensamento enquanto imagem, para a abertura a um pensamento sem imagem. O território da imagem do pensamento é o espaço da representação, e a representação nada mais é que a subordinação da diferença à identidade (MACHADO, 2009).

Quando a identidade reterritorializa a tentativa de singularização da potência, corta o fecho de transmissão da potência enquanto força para expressão, e esse movimento é traduzido pela e para a identidade, rebaixando tal força, atribuindo uma imagem a ela e a aleijando de qualquer potência que a mesma trazia em seu seio, se tem nas mãos o duplo simulacro: consciência-poder a simular o devir-potência. É o esvaziamento da potência na expressão através do ato de pensar, não permitindo qualquer atravessamento de diferenciação da singularidade que pudesse se afirmar em cada ato, mas compondo o pensamento como a serviço da identidade eivada de representações, projeções e fantasmas, que, desde a mundialização do capitalismo, é fabricada internacionalmente (ROLNIK; GUATTARI, 2006). Logo, esse processo ressoa através do rosto, ricocheteando nos muros estriados, e seguirá a atender um circuito de capturas e ressonâncias estabelecidos no espaço estriado das relações de poder, primeiramente no meu rosto, depois nos círculos mais próximos e assumindo toda uma cadeia global, voltando em seguida para os rostos como produção internacional de rostidades.

Tal circuito é, antes de tudo, um circuito de afetos. Mas não teria como haver circuito internacional de afetos produzido pelo mundo capitalístico sem o Muro. Ele é onde a representação pode se fixar, ele é onde se pode montar as identidades, ele é onde se faz possível gerenciar os afetos alheios, condicionar os desejos enquanto falta. O Muro é a veia que possibilita a ressonância. Pois só há ressonância de

papéis sociais pré-determinados através da máquina abstrata gerida pelo nosso desejo afundado, se houver um muro para que as imagens possam ser refletidas. E o meu rosto idealizado em identidade é um muro a ressoar e refletir, o rosto do outro, um cargo, um lugar, um objeto, todo ponto de fixação a representar são muros a projetar e nos produzir.

Múltiplos muros a ressoar capturas: O político, o professor, o padre, o psicólogo, a mãe, a líder, o sábio, a *influencer*, a *CEO*, o consultor, o *coach*, o mártir, o sindicalista, a revolucionária. Ressonância de captura dada pelo e através do Muro. Sempre prontos para replicarem a captura, realimentarem os circuitos de afetos que cooptam o desejo, sempre prontos para exercerem suas funções sociais, autorizadas e autorizantes, em função de novos rebaixamentos, reterritorializando toda e qualquer linha que tente fugir dos buracos, do campo de forças estriado, codificando todos os fluxos descodificados, encapando todos os fios desencapados. O louco, o aluno indisciplinado, o pária, precisam da correção dos rebaixados, precisam ser resgatados – pelo amor ou pela dor – para que os seus desejos possam voltar a realimentar o sistema muro-buraco. Eles não podem ficar soltos, descodificados, desterritorializados, em quaisquer superfície, eles precisam de uma função em representação, projetando em um muro em algum buraco, nem que seja em uma função antagônica, contra isto ou aquilo (contra “o sistema”, se preferir), não importa, desde que continue projetando em muros, estará tudo bem, desde que exerçam os seus desejos enquanto falta, o resto é mero jogo de poder em um espaço estriado e fechado. Mudança da posição de peças dentro de um mesmo tabuleiro onde as regras rebaixam todos ao nível da impotência.

O pensamento aprisionado na representação precisa do Muro para se apresentar e assim ricochetear, engendrar seus circuitos de afetos, alimentar antigos circuitos que cooptam o desejo, reordená-los em uma teia global onde alimenta um grande Sistema Internacional de Impotência, que por sua vez retroalimenta o Muro¹⁶. Isto é a Máquina rebaixando antes de dar a mão, despotencializando para então compensar alguns, oferecer uma identidade que lhe salve após o rebaixamento, um pensamento imagem, um fantasma no muro, e essa identidade irá ressoar, e esse

¹⁶ Jake concluirá em *Revólver*: “Todos nós queremos uma tapinha nas costas e o relógio de ouro, o grito da torcida. Olha só o garoto inteligente com o brasão polindo o troféu!” (RITCHIE, 2005, p. 54).

muro ricochetear afetos e cooptar novos desejos a retroalimentar a máquina abstrata que surgiu tão somente do acoplamento desses desejos esburacados, desse investimento na representação no Muro, da necessidade de compensação da impotência com o poder, e hoje, tal acoplamento se dá em uma configuração internacional alimentando uma máquina concreta e interliga-se na quase totalidade do globo em longos circuitos de afetos e assumem uma produção industrial de identidades, de novas e constantes capturas do desejo, da manutenção da condição de impotência sistêmica.

Todo o mundo material se torna o monstro de uma gigantesca máquina que dita a direção e o ritmo da vida humana. A partir do trabalho de suas mãos, decerto com o intuito de servi-lo e torná-lo feliz, surge um mundo estranho ao homem, ao qual ele obedece de modo submisso e impotente. Quando está diante do aparato social e político, ele tem esta mesma postura impotente (FROMM, 2017, p. 69).

Mas como ocorre a captura do desejo pelo Muro? Como já supracitado, através do pensamento imagem, da relação com o mundo por intermédio da consciência. Mas só dizer isso não é o suficiente, afinal, como, ao pensar por imagens, ao assumir identidades e investir no ser da consciência, meu desejo é capturado em um muro? E a resposta é simples: a consciência ganha o tamanho, os limites, a forma, a identidade, as características do que ela se fixa (SUZUKI, 2017). A captura se dá pela fixação da mente em certas imagens projetadas. Por que projetadas? Para um objeto vencer a impermanência ele precisa ser projetado, virar representação em um muro. Uma ideia. Uma imagem no muro da consciência. Aí ele ganha uma existência própria, mesmo que fantasmagórica. O objeto não é mais só o objeto, ele é o objeto e todos os fantasmas que a consciência vinculou a ele, e ao me fixar nele, minha mente se transforma em um simulacro dele. O objeto irá compor a minha identidade. Se o objeto se quebra, inevitavelmente irei sofrer, pois a base real que a projeção do meu “eu” se quebrou, então, irei defender como puder esse objeto, mas não por ele em si, pois muitas vezes o seu valor prático é insignificante, é muito mais para defender a minha mente que agora compartilha existência com esse objeto. Ou seja, o que eu defendo são os fantasmas incrustados neste objeto e não o objeto em si.

Outra característica da mente que se fixa é o da seletividade. A mente ao se fixar em um pensamento imagem, ela naturalmente ignora todos os demais objetos,

e até mesmo o objeto concreto em si, e vai se relacionar unicamente com o foco do simulacro do objeto construído em sua consciência. É o que Shunryu Suzuki chamará de “mente pequena” (op. cit.). E aqui é uma questão de escala mesmo, como na mente pequena só cabem os objetos focados, ela se torna realmente pequena, os demais objetos estarão fora da sua percepção, e isso é uma questão realmente de tamanho. A mente fica pequena ao se colar em certos objetos representados e perde a capacidade de observação panorâmica e fluida. *Fixando-se em objetos aqui e ali, e investindo o desejo para a profusão desses fantasmas mentais, opero uma quase total desconexão com a realidade, que passa ao largo por mim sem que eu tome conhecimento. Nesta condição, basta apenas que se manipule os objetos a serem fixados para que se tenha o meu desejo a disposição. E é assim que o desejo cola no muro, substitui o real e se abre como janela para a dominação alheia em uma grande estrutura generalizada de produtores e ao mesmo tempo produtos. No fim, habito um buraco e tenho o meu desejo a serviço das máquinas que manipulam as representações de objetos que moldam a minha mente em sua imagem e semelhança, em um muro no qual estou fixado.*

Falamos em “máquinas que manipulam” pelo fato de que, mesmo que tais máquinas utilizem sujeitos para realizar esta tarefa, estes em si já são produtos de tal processo, e antes de qualquer “lucro” pessoal que possa ser observado, ou ainda nacional, ou ideológico que aparentemente algumas pessoas, países ou grupos possam levar para si, esse é só um movimento aparente, por trás, estes ressoadores especiais, estão mais do que qualquer outros sujeitados a tais máquinas de projeção e representação, compensando sua impotência com poder. Por isso precisamos pôr as máquinas como produtoras, para escapar da facilidade de culpar indivíduos, grupos, países, ideologias ou fatos históricos. Valendo, aqui, mais uma vez lembrar, que tal maquinaria abstrata não é algo exterior, mas é diuturnamente azeitada, reproduzida e repassada por cada um dos envolvidos, desde a margem até o centro do sistema buraco-muro-teto.

Mesmo que não seja uma questão de encontrar culpados, mas sem dúvida deve-se pontuar que há uma conivência quase que generalizada, se não fosse assim, as máquinas abstratas de captura dos e desejos produção de afetos não funcionariam tão bem. Pois se falamos que há máquinas abstratas e não

reconhecemos a origem dessas máquinas nos nossos próprios modos de viver, estaríamos simplesmente relegando a responsabilidade que é nossa, e no fim, nos iludindo que com alguma espécie de ludismo, seríamos capazes de livrar a sociedade das máquinas abstratas e de captura e máquinas concretas de controle as destruindo “fora de nós”, mas elas existem justamente por operarem em e por nós. Se há um ludismo a ser realizado, que seja no campo do micropolítico, onde brota o nosso desejo, e não por protesto, mas por afirmação da vida. Afinal, somos todos os responsáveis pelo bom funcionamento de tal maquinaria de despotencialização.

O maior objeto que produz tal condição, é o que Bergson (2020) chamará de “eu superficial”. Pois, quando minha experiência de vida se dá através desse constructo, defendo muito mais a minha imagem que o meu corpo, e me machuca por muito mais tempo um ataque a minha fotografia social do que a minha carne e ossos. Nesse último caso, a dor durará o quanto durar a imolação física, contudo, na primeira agressão, a dor durará enquanto eu me fixar a ideia de um “eu superficial” como essência existencial (HART, 2011). Graças a memória, uma mente que deixa rastros, com dificuldades de esquecer, superar, seguir no devir, o fixado no “eu superficial” se torna um baú infundável de objetos mentais fixados que impedem de ver a realidade como ela é (BERGSON, op. cit.). E é através dessas fixações geridas pela consciência ao trabalhar através de pensamentos imagens, vivenciando a vida pela lente de mentes pequenas projetadas em muros, se confundindo com as próprias representações dos objetos, e assim abrimos o nosso desejo para ser, agora, não só afundado e capturado, mas também manipulado e produzido por circuitos de afetos, que, devido às suas condições de efetuação, se apresentam a serviço de uma pequena política.

2.2. Os Circuitos dos Afetos

As vidas estão implicadas não só materialmente, mas afetivamente. Nos afetamos uns aos outros, mais ou menos, e realizamos grandes movimentos afetivos e potencializamos ou despotencializamos os nossos desejos a partir dessas afecções (SPINOZA, 2016). Os colocamos a serviço de um plano de criação de vida

ou os colamos acoplados em circuitos estriados de poder (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Em síntese, compartilhamos um mesmo plano afetivo. As nossas relações sociais se dão por meio de um terreno de afetos, terreno esse bastante sinuoso, com desertos, charcos, planícies e permeado por um grande sistema de ravinas. Mas sua geomorfologia não muda o fato: as relações se realizam em um campo afetivo e material. O segundo deixemos em suspenso, a economia tradicional trata dele satisfatoriamente. Precisamos considerar melhor o primeiro, pois o mundo dos afetos é base para análise e pensamento social desde o pensamento antigo (FOUCAULT, 2011), ganhando tremenda força com Spinoza (op. cit.) e seguindo sempre uma linha de consideração no pensamento humano. Não há novidade nisso. Mas precisamos retomar uma seta para esse campo, pois ele não é aparente, como o campo material. Apesar de assumir uma centralidade maior que este (DELEUZE; GUATTARI, op. cit.).

A despeito de todo o esforço que a razão faz para atribuir aos afetos uma ordem secundária, algo como uma herança de nossos antepassados irracionais (PINHEIRO, 2014). A substância da variação da vida são os afetos (MOREAU, 2018). Para o ser racional, os afetos estariam sempre presentes, mas a razão cuidaria de relegá-los para fora do centro das decisões humanas. Ser afetado se caracterizaria em um defeito, em uma falha humana. E esse mito perpassa toda a base do pensamento político. O ser humano se distinguiria dos demais animais pela capacidade de suplantar os afetos em nome de uma racionalidade pura (PINHEIRO, 2014).

Imaginou-se que por meio de leis sociais seria capaz de impor aos afetos um regime perpétuo da razão (CASSIRER, 2020), mas como bem descobriu Joseph K., personagem principal de *O Processo* (KAFKA, 2019), ao finalmente ter acesso aos livros de leis que seus julgadores se baseavam para processá-lo juridicamente, que esses tomos continham, na verdade, tão somente gravuras obscenas mal desenhadas. Ele procurara argumentos racionais nos textos que impeliam seus julgadores, mas só encontrara pornografia barata e mal feita. Ou seja, os afetos, os desejos estavam ali, imanentes às leis, como um rio subterrâneo soterrado pela linguagem racional, e o pior, justamente pela ilusão de pureza da razão, os afetos e

desejos ignorados por seus produtores e aplicadores, se afirmavam de qualquer jeito nestas leis, mal dispostos.

Por ignorarmos a cartografia que os nossos desejos traçam, por ficarmos alheios aos circuitos de afetos que nos atravessam, que nos impulsionam e movem os nossos desejos, acabam ocorrendo de modo displicente (no sentido negativo do termo), e assim somos implicados de qualquer jeito, por isso Joseph K. usa termos depreciativos ao se deparar com a qualidade dos afetos e desejos expostos nos livros de lei, e conclui: “E estes são os livros jurídicos que se estudam aqui! E estes são os homens que terão de me julgar!” (op. cit. p. 30).

De modo tal que não há imagem, ideia, pensamento, que não seja antes de tudo uma forma de expressão de afetos desejanter (LOPES, 2012). Assim, não há maneira alguma que faça a razão suplantar os afetos, essa separação inexistente. No máximo, tal mito faz com que sejamos displicentes com a cartografia dos nossos desejos, alienados dos circuitos de afetos que nos implicam e ressoamos, e assim, desatentos, operamos com maus jeitos, realimentamos a maquinaria abstrata de impotência, nos acoplamos a maquinaria concreta de controle.

Só um afeto vence outro afeto, e os corpos estão ininterruptamente se afetando. Esse processo gera afecções que por sua vez desencadeiam em afetos, ora tristes, ora alegres, aumentando ou diminuindo nossa potência (SPINOZA, 2016). Tomemos como exemplo as Operações Psicológicas – PsyOps (KÜHN et. al. 2006) tão amplamente utilizadas por toda a história dos conflitos e domínios dos territórios internacionais.

A verdade é que desde sempre existiu uma componente psicológica associada aos conflitos armados e que esta componente está relacionada com o fluxo de informação entre os seus intervenientes [...]. As PSYOPS actuam ao nível do domínio cognitivo, para influenciar a interação dos seus alvos (o indivíduo ou um grupo) com o domínio da informação, originando efeitos no domínio físico e no domínio da informação, que induzem estes alvos a conduzir as acções previstas pela operação psicológica, ou seja, o estado final psicológico desejado (ROCHA, p. 5-6).

As organizações militares desde sempre entenderam o papel dos afetos e do domínio da percepção da realidade para alcançar seus objetivos. Sempre entenderam a eficiência de controlar a imagem a ser representada nos muros para subjugar e permear alguma dominação, para dentro ou para fora, na formação de suas fileiras e na dominação do outro.

E a maneira que efetuam essas PsyOps são exatamente acionando circuitos de afetos nos territórios alvo, controlando tais circuitos, conduzindo as imagens a serem representadas nos muros e assim moldando o desejo dos afetados. Contudo, em nada isso se resume as PsyOps, essas são apenas exemplos práticos, mais evidentes ao campo das Relações Internacionais, de como tais circuitos podem ser construídos intencionalmente. Mas mesmo esses que constroem tais estratégias, podem estar também participando de seus próprios circuitos de afetos, cooptados por alguma estria de despotencialização enquanto manejam uma pequena parte da maquinaria concreta para a produção de compensações dentro do sistema buraco-muro-teto.

Tomemos o que, provavelmente, é o principal afeto utilizado para construir longos e duradouros circuitos: o medo. Como exemplo claro, peguemos o que ficou conhecido como “Armadilha de Tucídides” (ALLISON, 2017), onde o medo que aflorou em Esparta pela ascensão de Atenas, teria tornado a guerra inevitável (TUCÍDIDES, 2001). O clássico Dilema da Segurança (HERZ, 1950), onde a busca de segurança de cada unidade acabaria por gerar uma insegurança sistêmica. Coloquemos na mesa mais uma vez a questão de Hobbes (2019) para propor o imperativo de uma mão de ferro a dominar a todos, um Leviatã, onde uma sociedade de indivíduos sem essa instituição estaria fadada a violência desregrada, afinal “muitos, ao mesmo tempo, têm apetite pelas mesmas coisas” (op. cit. p. 30). De tal modo que o resultado seria a violência que destruiria as chances civilizatórias. Noutro sentido, se as sociedades prevaleciam e indivíduos conseguiam se agrupar e dividir espaços se daria, para Hobbes, por um único motivo motriz, o medo. “A origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens teriam uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros” (op. cit. p. 28). O que levou Hobbes a concluir: “Minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo” (HOBBS apud SAFATLE, 2016, p. 37). Como não há no Sistema Internacional um Leviatã a impor a todos limites claros, para que os Estados troquem liberdade por ordem internacional, o Sistema Internacional parece ter sido parido como Hobbes, umbilicalmente gerido pelo medo como afeto central, o que escorregaria para o Dilema de Segurança e faria com que em inúmeras vezes se tropece na Armadilha de Tucídides.

O afeto do medo aparece nessa narrativa acima como base para toda a construção não só da sociedade de indivíduos neuróticos¹⁷, mas da própria emergência do Estado e dando a base que balizaria o relacionamento entre esses Estados. O Grande Circuito Afetivo do Medo. O que causa espanto é que em todos esses momentos do pensamento político citado acima, o medo aparece apenas como um fenômeno da natureza, inevitável, intrínseco não só à existência humana, mas enquanto base para a relação política e social, de maneira tal que faz parecer que não há o que se fazer, ou se há, a capacidade de manobra é muito baixa, o que faz Graham Allison (2017) ter que lembrar em uma espécie de campanha aberta, que é possível evitar uma guerra catastrófica entre os EUA, com medo da ascensão chinesa. O que fez com que Tucídides tenha concluído que era inevitável a guerra do Peloponeso pelo mesmo motivo. Ou seja, desconhecemos os afetos que nos atravessam, ignoramos como eles são produzidos, não prestamos a devida atenção aos circuitos que direcionam nossos desejos e ditam nossas possibilidades de agir, de imaginar e de viver, e assim, limitamos as formas de se fazer política, não havendo boa margem de manobra.

O campo das Relações Internacionais, dentro de um contexto como esse, muitas vezes, se autolimita enquanto um conhecimento operacional pouco capaz de propor, preso às contingências de um pensamento que – em larga escala em seu *mainstream* – se nega a ir às raízes e furar as bolhas das questões de que tenta tratar.

Os afetos estiveram o tempo inteiro na cara do campo das Relações Internacionais, não precisando, como demonstrei acima, sair das correntes majoritárias para identificá-lo. É a base para construção de suas narrativas. Os Circuitos dos Afetos compõem a própria dinâmica do jogo político, desde as forças que atuam na minha pele até as relações internacionais. Da pele ao global. O que liga (com uma seta dupla) o cuidado de si (FOUCAULT, 2010) à política mundial, são os Circuitos dos Afetos.

O pensamento Liberal nas Relações Internacionais não escapa em nada. A troca idealista de medo por esperança (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013) se

¹⁷ “O sentimento de impotência existe em neuróticos de modo tão regular e representa uma parte tão central na sua estrutura de personalidade que seria possível dizer, entre muitas coisas, que a neurose é praticamente definida pelo sentimento de impotência” (FROMM, 2017, p. 70).

configura apenas como um giro no mesmo lugar. A esperança é a outra face da moeda do medo (SAFATLE, 2016). Compõe o Grande Circuito de Afeto do Medo. Só tem esperança quem já está compondo através do medo como afeto central.

É por medo dos castigos e esperança das recompensas que o indivíduo submete-se a um poder que o separa da sua própria capacidade de agir e pensar livremente, desejando sua própria servidão. Ainda que aquele modo se alimente, por pura crença, de investimentos subjetivos de um indivíduo habituado ao esforço cotidiano de sobrevivência, dissimulando concórdias e inviabilizando relações reais de solidariedade, ou por pura conveniência utilitária e objetiva de investimentos de desejo (de poder) nem um pouco desinteressados (ao contrário do que invoca o sujeito legislador de Kant), desvela-se assim como seu contraponto um comportamento de um tipo de vida inteiramente subserviente, tragado por um círculo vicioso, como num buraco negro, sempre realimentado pela repetição da perda da capacidade de criar as próprias condições existenciais de efetuação de suas potências. É assim que tombamos. Por morder a isca dos “nossos” interesses, interesses de um “Eu” (FUGANTI, 2001, p. 2).

Quando a sociedade imagina que investir em identidades pregadas em muros e em instituições externas com a intenção de regular o desejo por algum imperativo racional, está tão somente reagindo dentro do circuito afetivo medo/esperança. Com tal investimento não há como não reforçar o Dilema da Segurança enquanto estrutura maior, mesmo que alivie em certos momentos a tensão que tal estrutura gera, nunca a superará, pois trabalha dentro das bases que retroalimenta o circuito medo/esperança, como bem nos diz Safatle,

sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da gestão e produção social do medo. A liberdade nas sociedades que inscrevem sujeitos sob a forma de indivíduos é indissociável da criação de uma cultura emergencial da segurança sempre latente, cultura do risco iminente e contínuo de ser violentado (op. cit. p. 17-18).

Por isto mesmo a Armadilha de Tucídides ainda é tão atual, a política correndo dentro do mesmo e antigo circuito afetivo. Enquanto o *mainstream* das Relações Internacionais estiver apenas preocupado com quem vai “subir” e quem vai “cair” no ranking de influência internacional, será incapaz de perceber os circuitos afetivos que subjaz por sobre tais mudanças na crosta da política mundial. Se olharmos apenas para este diminuto estrato da formação política, estará comprometida a capacidade de produção de pensamentos políticos para as relações internacionais que possibilitem formas potentes de se fazer política.

Precisamos focar a análise nos Circuitos dos Afetos que produzem a topografia das políticas em curso, entender o desejo em sua expressão territorial e

assim podermos cartografar outras linhas políticas, criativas, interessantes não ao poder, mas a potência, não a máquina de captura, mas a dinâmica da vida em sua biopolítica de diferenciação contínua. Não participando mais do grande circuito internacional do medo/esperança, mas engendrar curtos-circuitos e desterritorializá-los, abrindo brechas para a produção de circuitos de potencialização, de máquinas de desconstrução de capturas, máquina de transmutação, que nos ajudem a reconquistar a superfície do desejo, compondo não mais com fantasmas e projeções, mas com a vida em seu devir ininterrupto.

Mas como se realiza isso? Trataremos mais à frente nesta dissertação. Por ora basta que entendamos como o desejo é capturado pelo muro e como esta captura ocorre. Como o regime de servidão se impõe, como ele é continuamente produzido. Como há uma ressonância entre os buracos a ponto de interligar a todos, e como alimentamos a estrutura que despotencializa a todos linearmente. E para alcançar tal entendimento precisávamos considerar como funciona a Máquina de Representação e Projeção e o que liga todo o Sistema Internacional de Impotência, ou seja, o que são os Circuitos dos Afetos. Outros aspectos desses dois conceitos serão abordados nos próximos capítulos: *O Teto* e *A Superfície*.

3. O TETO

Impressionou-me a minha dificuldade de pensar a política para além da figura do Estado-nação. Este ente burocrático e ideológico amarra os corpos de tal maneira que não só os controla no campo objetivo (obrigações e coerções legais), mas limita a própria imaginação política desses. A figura do Estado-nação quase que totalizou a imanência do pensamento político.

A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal (GELLNER, 1983, p. 6 apud HALL, 2006, p. 48).

Tentaremos abordar neste capítulo que isso se dá pelo fato de que o Estado-nação não só controla os corpos, mas é sustentado pelo desejo desses corpos de serem controlados. Corpos que desejam ser organizados de fora, desejo reproduzido maquinicamente (ROLNIK; GUATTARI, 2006). A produção e sustentação de um fantasma no teto.

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura *nacional*. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de "teto político" do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, op. cit., p. 49).

A nação se comporta como um fantasma em um teto, e este fantasma orchestra uma máquina concreta de controle (FOUCAULT, 2014), e alimenta, junto com os muros, uma máquina abstrata de captura. Tal maquinaria é sustentada pelos próprios corpos que capturam e controlam, que por sua vez realizará a sua função: Organizará estes corpos, estriará os espaços lisos e se esforçará para normalizar todo e qualquer movimento, deixando livre apenas os fluxos que interessem ao capital de se manterem descodificados (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Mas estará sempre a postos para eliminar qualquer linha que ameace o Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2004).

A nação em si é uma comunidade imaginada, como bem pontuou Anderson (2008, p. 32), concluindo que os corpos pendurados nestes fantasmas “jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.

E minha dificuldade de pensar a política para além do Estado-nação vem daí. De uma aceitação micropolítica das determinações que este ente burocrático representa. Para escapar dessa prisão não basta reconhecer no nível da consciência que o Estado e a nação são entes produzidos, em especial essa última, é uma ideia fabricada e posta como um teto político, não basta concluir que se tratam de invenções sócio-históricas, e que ocupam um exato lugar e função maquínica. Só o reconhecimento cognitivo desses fatos não resolve a limitação de minha imaginação política, tenho que descolar-me concretamente de um corpo produzido para mim enquanto peça maquínica, e encontrar a presença no meu corpo-pulsional¹⁸, desconectando-o deste fantasma no teto para conseguir uma práxis política para além dos Estados-nações. Mas para tanto, faz-se necessário entender melhor os dispositivos em curso.

Isso não significa que devemos necessariamente ignorar a instância estatal no campo político. Não. Podemos nos utilizar deles, mas nunca vinculando o desejo à função de captura do Estado-nação. Além disso, estes entes não estão isolados, mas se relacionam estruturalmente em um imbricado sistema internacional de produção de impotência, de falta no desejo, de segregações, controle e estratificações (GUATTARI, 2004). Esses fantasmas irão capturar a pulsão de vida desses corpos controlados, seja objetivamente através do trabalho, seja pelo investimento do desejo enquanto falta – passando a controlar o conteúdo dessa falta a partir de objetos projetados em muros, movendo certos circuitos afetivos –, seja no esforço desses corpos de manterem uma identidade produzida pelo *teto*, esses fantasmas irão capturar esses fluxos de vida e direcioná-los para Centros de Poder, que irão reinvestir toda essa energia, não só humana, mas animal, vegetal e mineral

¹⁸ Corpo-pulsional, ou corpo-vibrátil, é a dimensão micropolítica do meu corpo, a afetar e deixar ser afetado em diagramas de forças, onde as afecções ocorrem e podemos sentir a variação afetiva a mover-nos. Onde o desejo cartografa suas linhas topográficas, e assim, é o campo de captura ou de liberação dessas (ROLNIK, 2019). É onde são construídas as máquinas abstratas a produzir corpos concretos organizados em função de uma megamáquina, ou outras máquinas abstratas a liberar o orgânico para se expressar enquanto corpo pleno (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

(GUATATTI, 1990) de volta no Sistema Muro-Buraco-Teto em forma de compensação aos corpos que se fizeram ressoadores do poder. Mantendo a máquina em sua reprodução permanente de captura e fabricação dos desejos nos territórios.

Não importa que esses Centros impotentes-despotencializadores guerreiam ou façam acordos diplomáticos entre si, não muda em nada no sentido micropolítico do investimento do desejo e da obstrução da potência (ROLNIK; GUATTARI, 2006). Tentaremos demonstrar que indiferente a dinâmica aparente desses fantasmas, que as Relações Internacionais tão bem perscrutam, sua função de origem é a da captura, concentração de pulsão vital, distribuição de compensações de poder aos corpos despotencializados e uma vigorosa efetuação de uma pequena política no mundo.

Atente para o fato que falamos em “função de origem”, veremos no seguinte capítulo, a *superfície*, como podemos perverter esta função precípua e utilizar os Estados, e assim, o Sistema Internacional como produtores de potência, mas deixemos essa discussão para o capítulo a qual ela é destinada. Aqui nos dedicaremos a discutir como esse fantasma é construído, como ele se articula mundialmente e o que isso gera. Pontuamos a possibilidade de perversão desse processo apenas para que o leitor não imagine se tratar de uma realidade fatalista e inescapável, pelo contrário, estudamos como todos esses processos ocorrem tão e simplesmente para poder superá-los. E então, poder até mesmo utilizar estes fantasmas para produzir uma Grande Política. Por hora compreendamos como funcionam os *tetos* para pensarmos como despendurar nossos corpos. Há um fantasma no *teto* e esse fantasma opera como uma Máquina.

3.1. O Fantasma no Teto

Os fantasmas no *teto* são as construções sociais intersubjetivas que delimitam um determinado grupo idealizado, na maioria dos casos, para um determinado espaço. É uma invenção compartilhada que torna o produtor, produto de sua própria criação. Uma imagem colada no teto que tentará ditar o que vem a ser tal grupo. *Os Ciganos são oportunistas. Os Judeus avarentos.* Máquina erguida

institucionalmente, historicamente, intersubjetivamente, macro e micropoliticamente, que irá retornar aos seus inventores na forma de produção de controle, delimitação, subjugação.

Quando tais fantasmas assumem uma espacialidade, se traduzem enquanto imaginações lançadas em um *teto*, mas se comportam como raízes únicas a ligar uma miríade de corpos em uma composição forçada e fraudulenta (ANDERSON, 2008). É a ideia de *ocidental*, ou *latino americano*, ou *brasileiro*, ou *paulistano*. Toda e qualquer ideia abstrata que produza identidades prontas para os corpos.

Estes *fantasmas* ganham específico vigor ao se acoplarem a uma estrutura burocrática de controle dos territórios: o Estado. Deste agenciamento nasce o *Estado-nação*¹⁹. A nação é o fantasma, o Estado o poder burocratizado. A agência destes dois entes, que passarão a articular o manejo da vida e de sua pulsão, os elementos e forças disponíveis nos territórios se espalhará para todo o globo com eficiência ímpar. O *hegemon* é o formato Estado-nação em si, em sua multiplicidade do mesmo, pois produz uma hegemonia por sobre as forças disponíveis, dita a percepção e os moldes pelos quais se discutirá a política e tentará impor um limite claro a essa, que sempre será ele mesmo. No fim, a política se encerraria no seio dos Estados-nações, haveria, pois, muito pouco ou quase nada para fora deste constructo. Pequena política, feita a partir de corpos afundados em buracos, amarrados a tetos e capturados por muros.

O Estado-nação é o estamento burocrático de estriamento dos espaços e controle da vida em conjugação com uma máquina fantasmática produtora de identidades. A força dessa união possibilita uma máquina deveras eficiente no corte de linhas, na sobrecodificação dos territórios, na captura dos esforços, na organização da vida a partir de uma pequena política. Pois, quando o Estado vira Estado-nação, os corpos não estarão mais apenas vinculados a uma Dinastia, não são mais extensão de um tirano e de seus descendentes, que, quando deposto ou assassinado, liberaria esses corpos (mesmo que no lugar fosse imediatamente posto outro corpo a exercer essa função). No advento do Estado-nação os corpos serão

¹⁹ “O estado-nação ou país é um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos.” (BRESSER-PEREIRA, 2017).

vinculados a um tirano imaginário, portanto, transcendental a vida. Cria-se um fantasma transcendente e imaterial.

Quando a guilhotina separa a cabeça do restante do corpo de Luís XVI (em 21 de janeiro de 1793) são cortadas as linhas que agenciavam todos os corpos àquele decapitado. Mas elas não são liberadas, há um fantasma que irá se pôr definitivamente no lugar daquele corpo, e todos os demais corpos irão se ligar a esse. 147 anos depois, quando Hitler invade Paris, não encontrará uma cabeça a separar do corpo para liberar todos os demais corpos vinculados naquele território e assim produzir novos agenciamentos por sobre um novo tirano ou uma outra dinastia, e Charles de Gaulle poderá falar da Inglaterra a seus compatriotas²⁰, pois compartilharão um mesmo fantasma em um dado *teto* político.

É claro que alguns aspectos deste fantasma já habitavam modelos políticos anteriores ao surgimento do Estado-nação, mas este ganhará uma posição central e contornos claros, se apresentando com especial eficiência enquanto *teto* político. O fantasma pode ter sido organizado em torno de uma cultura, de uma religião, de um mito de modo intersubjetivo, mas com o agenciamento do Estado com a Nação, este processo passa a ser orquestrado de modo único e intencional. Neste caso, os fantasmas ganharão características que o estamento burocrático achar que deva atribuir para ele, aparecerá artificialmente como uma invenção mitológica de tradições imemoriais, para justamente desenhar o dito fantasma com os contornos e predicados desejados pelo poder de plantão (HOBSBAWN; LAINS; DE ALMEIDA, 2004). De tal maneira que o fantasma é produzido e sustentado, mas não pode aparecer como produção, tem que se camuflar em um simulacro de essência, como se fosse parte imanente da existência dos pendurados nele.

De modo que o acoplamento do Estado e da Nação, ou seja, a conjugação das estruturas burocráticas com as identidades supra pessoais, funcionará tão eficientemente que conseguirá a partir de tal agenciamento iniciar um processo de circunscrição de todo o espaço global. Na medida que o capitalismo se estabelece como modelo econômico e social cada vez mais globalizado, o Estado-nação hegemoniza a percepção e as formas de se fazer política (BRESSER-PEREIRA,

²⁰ “Notre patrie est en péril de mort. Luttons tous pour la sauver! Vive la France!” (DE GAULLE, 1944). Tradução livre: “Nossa pátria está em perigo de morte. Vamos todos lutar para salvá-la! Vida longa à França!” Discurso de De Gaulle através da BBC de Londres para fazer correr circuitos de afetos específicos para avivar a resistência a invasão nazista à França na 2ª Guerra Mundial.

2009). De tal maneira que não haverá um espaço que não tenha por sobre seu solo uma bandeira hasteada. Se não hasteado oficialmente, controlado militarmente, vide os mares internacionais e as zonas de controle militar marítimo realizados pelos Centros de Poder (DO RIO, 2018).

Raríssimos são aqueles que nasçam e não recebam instantaneamente cordas à pregá-los a estes fantasmas (MENEGAZ, 2018). Eu sou *sertanejo, paraibano, nordestino, brasileiro, latino-americano, ocidental*. Com destaque ao “brasileiro”, pois isso implica um nível além do intersubjetivo, impõe direitos que a estrutura burocrática estabeleceu por sobre o meu corpo e deveres que ele pode exigir deste corpo, até mesmo de eliminá-lo, caso assim bem entenda.

Há fantasmas em nível intersubjetivo, como *nordestino, sertanejo, ocidental*, mas há um nível burocrático, que põe em curso uma máquina não só abstrata a moldar uma identidade para mim, onde instituições de controle organizarão concretamente a pulsão do meu corpo e os meus esforços. E mesmo os fantasmas intersubjetivos, que não possuem uma estrutura burocrática institucionalizada a gerí-la (*sertanejo*, por exemplo), poderá ser utilizado no limite como objeto de coesão e controle por outras instituições que se apropriam destes para coordenar capturas e articular controles desses corpos. Em suma, os fantasmas são máquinas abstratas que produz identidades a corpos capturados, sua origem pode ser intersubjetiva e aleatória, ou concreta e intencional. Mas mesmo os fantasmas originados de modo aleatório e casual pela própria narrativa construída da vida humana em territórios, ainda assim pode ser utensílio de controle por instituições que não originou tais fantasmas concretamente, mas a partir de então servirá para a produção intencional de comportamentos.

Estas linhas que penduram os corpos não só os controlam, tentando determinar o lócus da atuação política – só e somente só pela articulação desse fantasma –, não só determina quais movimentos podem ser feitos, ou pior, que devem ser feitos por imposição institucional. Mas focam em duas funções cruciais para o Sistema buraco-muto-teto: O constante posicionamento da cabeça desses corpos viradas para o Muro (com os olhos bem abertos), e a transmissão de afetos para estes corpos pendurados.

As cabeças precisam estar constantemente voltadas para o muro, os olhos não podem se desviar. É preciso olhar fixamente para as imagens direcionadas nos Muros (não é tão difícil, os muros são muitos, pululam em diferentes formas e funções sociais). E é o teto o garantidor desta posição corporal. Não haveria teto sem muro ou muro sem teto, nem ambos sem o buraco. Os três aspectos da vida política da impotência se alimentam sistemicamente juntos. De modo que um trabalha para o outro. Assim, o buraco é produto da falta no desejo, enquanto que o muro e o teto propiciarão o reinvestimento nessa falta, a partir de seus circuitos de afetos, campos de representação, máquinas de projeção e limitação dos corpos.

O teto precisa que o corpo esteja olhando para o muro, o muro precisa que o corpo esteja afundado em um buraco, o buraco precisa que o corpo tenha um teto a delimitar a sua identidade, suas as possibilidades políticas e, principalmente, que controle este corpo para que esse não pare nunca de investir em buracos ou vire o rosto aos muros.

Todo desvio de olhar não só não será mais recompensado pelo teto, mas reprimido por suas instituições e por todos aqueles que ressoam a impotência sistêmica nelas. É a moral estabelecida e suas linhas no chão que indicam por onde ir e como (FOUCAULT, 2014). Toda e qualquer movimentação que faça o olhar se desviar do muro cessará instantaneamente a recompensa dada pelo teto que alimenta aquele corpo despotencializado, e assim, vê nessas recompensas os estímulos para que sigam em frente, mas o seu “seguir em frente” é um esforço já capturado que alimenta todo aquele sistema que pendura o seu corpo e introduz uma falta no desejo, e tenta o impedir de expressar sua potência ativamente. Estrutura de manutenção da separação dos corpos das superfícies.

Se o cessar de compensações não for o suficiente, o teto irá utilizar as suas estruturas, os seus agentes ressoantes de seu controle para impor que a cabeça prossiga olhando para o muro, o olho bem aberto e focado. Qualquer piscar será punido (TÓTORA, 2006).

Processo tão bem representado no condicionamento de Alex em *Laranja Mecânica* (BURGUESS, 2014), ao ser preso a uma cadeira e forçado a assistir cenas de violência enquanto que os agentes estatais pingavam uma droga em seus olhos que lhe dava náuseas, cabeça bem presa para não permitir o virar, olhos

forçosamente abertos por grampos, para que não fosse permitido o fechar, depois de algum tempo nisso, Alex já era capaz de desejar lambar as botas desses agentes.

Se eu ia ser novamente um maltchique livre dentro de uma quinzena, eu estava disposto a agüentar muita coisa nesse meio tempo, ó meus irmãos. Uma véssiche de que eu não gostei, no entanto, foi quando eles prenderam assim grampos na minha frente, de modo que as minhas pálpebras superiores foram sendo puxadas para cima e para cima e para cima e eu não podia mais fechar os olhos, por mais que tentasse. Eu tentei esmecar e disse: - Deve ser um filme realmente horrorshow, se vocês fazem assim tanta questão de que eu videie. - E um dos veques de avental branco disse, esmecando. - Horrorshow está correto, amigo. Um verdadeiro show de horrores (BURGUESS, op. cit., p. 85).

O teto aprisiona, obriga, determina as posturas corporais pela dor, mas ele precisa do muro para obrigar pelo “amor”, que fará com que não só o corpo seja obrigado, mas que busque a própria captura que sustenta o fantasma no teto. Então a dor vem apenas para o desviar do olhar, a busca é pela auto-coerção (DELEUZE, 1996). A introdução do Estado-nação em nós. É o muro que construirá a narrativa, que fará circular circuitos específicos de afetos capazes de plantar no corpo um desejo de ser ainda mais capturado. E aqui o teto assume uma segunda função: Que é a de ditar quais os afetos a serem postos em circulação de um modo diferente do posto em prática no muro. O teto conseguirá este feito de modo peculiar na medida em que os corpos pendurados se afetam com uma identidade nacional que compartilham forçadamente.

Se alguém humilha o fantasma no teto, automaticamente este afeto se espalhará por todos os fios afetando aqueles corpos, com a igual intensidade com que cada corpo se encontra pendurado naquele fantasma. Bastará, então, alguma sequência de imagens no muro recorrentemente repetidas para que um corpo bem pendurado seja impelido a realizar qualquer tarefa. Este corpo não precisará nem ser obrigado (mas se preciso for, o será), antes ele desejará, instigado por uma transmissão afetiva do fantasma a si, e orientado por uma retórica imagética projetada no muro. “Nunca esqueça a humilhação nacional”, é o mote do Partido Comunista Chinês ao reproduzir por repetição constante o século de dominação estrangeiro que sofreram (VIERIA, 2018). A humilhação sendo utilizada como circuito de afetos a mover certos sentimentos, e viabilizar certas narrativas projetadas em muros. É preciso que os corpos pendurados no teto chinês ressintam

constantemente o afeto da humilhação, circuito afetivo orquestrado pelo Estado repetidamente.

Assim surge toda a simbologia identificadora que tece as cordas que penduram os corpos. Os símbolos nacionais: A língua nacional. A bandeira. A história oficial. Os heróis nacionais. O chão sagrado da nação. O sangue nacional. O hino nacional (DE SOUZA, 2018). Chegando, por vezes, a configurar crime violar estes símbolos, pois eles são os pontos de ligação entre o fantasma no teto e os corpos. São os nós de techedura com que se fiam os estribos da comunicação afetiva do fantasma para os corpos a ele vinculados.

Quando falamos que o fantasma funciona como uma máquina concreta, é pelo fato que ele será emanado como espírito de um estamento burocrático. O Estado e a nação não são a mesma coisa, são entes distintos, mas se mimetizam, tentando, a todo instante parecerem unos e indissociáveis. Assim, o Estado incorpora o fantasma da nação, e a nação, agora, com um corpo institucional concreto funcionará como máquina. Máquina concreta estatal sobreposta sobre a máquina abstrata da nação. A máquina abstrata agencia linhas micropolíticas enquanto que a concreta traçará estrias macropolíticas. A história do povo judeu deixa esse processo bastante claro, já que o fantasma de Israel (nação) existia antes de sua fundação institucional (estado) (DONNER, 1997). A máquina abstrata, neste caso, antecedendo e propiciando uma progressiva construção de uma máquina concreta. Assim sendo, a nação é uma máquina abstrata por si, agenciando corpos e produzindo identidades, manejando poder no campo micropolítico, mas essa máquina abstrata ganhará especial eficiência no exato momento em que consegue incorporar-se em uma máquina concreta como a de um Estado soberano.

Se no *muro* temos nossos desejos formatados e a própria subjetividade vinculada à manipulação das imagens projetadas nele, em uma produção de subjetividade capitalística. No *teto* teremos a fixação dessa subjetividade em um discurso de natureza, de pertencimento, do homem como fruto, não da terra, mas de um simulacro dessa, da terra codificada enquanto território burocrático-político. Um enraizamento subjetivo através da produção de identidades, capaz das mais profundas consequências. O *teto* faz os homens não só capazes de matar, mas de morrer em nome de uma fábula imaginária chamada *nação* (ANDERSON, 2008). A

bandeira nacional é o *teto*. Estes fantasmas conectam corpos que nunca se viram, nem se conheceram, e provavelmente, nunca se verão nem se conhecerão, em uma unidade imaginada, corpos que não compõem efetivamente em nenhum aspecto, são forçados a simular uma composição fraudulenta, produzida e alimentada a todo momento pelo estamento burocrático das nações, o Estado.

Ainda assim, mesmo que os indivíduos de determinada nação nunca nem se cruzem, se entenderão como em uma comunidade, como que compartilhando uma mesma essência. Os afetos aqui se enredam de forma bastante espalhada. Aos quatro cantos da própria nação e aos que nem residem no território dominado por ela, mas ainda assim vinculam sua identidade àquele fantasma, se tornam receptores de uma emanção de afetos vindos do fantasma no *teto*.

Mas não só receptores. Os corpos pendurados não só recebem os afetos emanados pelo teto. As cordas que penduram os corpos também sustentam o fantasma. Só há um fantasma no teto porque lá foi posto e é continuamente alimentado por esses corpos. Há uma cumplicidade dos corpos (FUGANTI, 2007). Há um desejo dos próprios corpos em estarem pendurados investindo em fantasmas e recebendo compensações. As próprias características dos fantasmas são erguidas através das batalhas políticas desses corpos que se penduram e sustentam estes fantasmas, todavia, sempre limitadas a uma necessidade de se vincular a eles, na maioria dos momentos, sem romper com o sistema buraco-muro-teto.

De modo que esses fantasmas estão sempre em metamorfose, e em um jogo dual entre produzir corpos ao mesmo tempo que os corpos os produzem, não obstante, nesse nível de atuação, não há nenhuma trajetória para reconquista da superfície, para prática de uma Grande Política. São modificações dentro do próprio sistema esburacado e de captura, que podem ser buscados, mas nunca como objetivo primeiro, antes se faz necessário um virar de rosto do muro²¹, um soltar as cordas do teto, uma produção de superfície na pele, um deslocamento da pulsão vital da formação de Centros de Poder no mundo. Pois, nem o teto captura e controla os corpos por nada, nem o muro produz subjetividade, captura o desejo e ambos fazem circular afetos por nada. Fazem isso para que haja uma transmissão de pulsão vital, matéria prima a alimentar toda a cadeia de corpos

²¹ “Que a minha única negação seja desviar o olhar” (NIETZSCHE, 2017, p. 161).

despotencializados, o que nos leva a entender a Formação de Centros de Poder e o seu papel no Sistema Internacional de Impotência.

3.2. A Formação de Centros de Poder

A pulsão vital, o investimento dos corpos, o trabalho produtivo, o movimento racionalizado, os esforços coletivos, são capturados dos corpos que se exercem controle, e serão utilizados para animar os corpos que perderam a capacidade de encontrar no devir a expressão de suas próprias potências. Despotencializados, eles irão se alimentar da captura da pulsão vital alheia, de representações, de poder, para animar os seus corpos impotentes. Este processo acaba por gerar os Centros de Poder.

Sucintamente, gozar de um corpo, como diz Lacan, consiste mais frequentemente então em demoli-lo (LACAN, 2011). Esse gozo mortal do vivente se articula no inconsciente com a pulsão de morte e seu jogo de repetição. (HOFFMAN, 2012, p. 46)

A sensação de poder, o controle sobre os outros corpos, servem como compensação a despotencialização, é como o ser impotente consegue gozar. E este gozo coletivo ocorre, desde o advento da globalização, em cadeias mundiais a partir de dois grandes movimentos: Concentração e Reforço.

O movimento de Concentração se dá da seguinte forma: o corpo despotencializado irá investir na captura de outros corpos para compensar sua impotência, mas, como todo corpo que se dedica a capturar, foi antes capturado, ele não apreende o teor da captura que ele exerce sobre outrem completamente. Esse corpo a capturar realiza um primeiro gozo instantâneo, mas repassa parte dessa pulsão vital capturada – somada a sua própria – para o elo seguinte da cadeia de captura ao qual compõe. De modo que esse elo maior irá receber o fruto do esforço de dois corpos, e assim sequencialmente de modo a concentrar progressivamente a pulsão vital da humanidade em longas cadeias.

Esforços vitais, trabalho, investimentos de vida e de tempo, capturados para a produção de gozo compensatório imediato e repassado para pontos de maior concentração. O excedente é transferido para o próximo nível de captura logo abaixo. Nível a nível, captura a captura, gerando gozo imediato ao despotencializado e cadeias de captura que repassam as forças vitais dos homens, dos animais, da

terra. Toda uma ecologia despotencializante de capturas e controles extensivos em um sistema de concentração da pulsão vital (GUATTARI, 1990).

Desde processos muito particulares nas relações políticas mais próximas de cada corpo até circuitos globais de concentração dessas pulsões vitais. Circuitos internacionais de formação de Centros de Poder, e de captura entre esses centros. Captura-gozo-nova captura-gozo, sucessivamente em cadeias que se localizam localmente, mas que ganham encadeamentos internacionais. Boa parte, porque um dos maiores agentes a capturar essa pulsão vital dos corpos são os próprios Estados-nações, e eles se encadeiam em sistemas internacionais.

Mas tal processo não se resume às cadeias oficiais de captura, orquestradas pelos fantasmas nos tetos. Há capturas dissonantes a esta cadeia principal que exercem suas próprias cadeias de captura-gozo-nova captura, com seus próprios centros de poder que não precisam passar majoritariamente por dentro da cadeia oficial da captura exercida pelos Estados-nações, de modo que tais cadeias – oficial ou extraoficial – podem naturalmente se cruzarem, mas não necessariamente se cruzam: Terrorismo, tráfico ilegal, organizações a margem da lei. Mas não só no campo do legal e do ilegal, movimentos sociais organizados e institucionalizados podem exercer tal processo de captura e gozo e repasse da captura sempre que descuidados com a dimensão micropolítica das suas lutas: sindicatos, movimentos de minorias, ativismo social.

Sempre que as relações se organizarem por sobre o terreno do poder, e não da potência, se estará diante de capturas. Seja pela coerção direta, seja pelo controle do discurso e da verdade (FOUCAULT, 2003), seja pela produção da subjetividade do outro (ROLNIK; GUATTARI, 2006), seja pela seletividade de aceitação, autorização de enunciação e de modos de vida ideais (DELEUZE; GUATTARI, 2012a), seja pela determinação de exclusão aos que não ressoem no sistema esburacado de repasse de capturas (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

A Máquina de Captura gera esse grande movimento mundial de concentração, uma gigantesca força centrífuga no tecido do mundo a constantemente condensar a pulsão vital em Centros de Poder. Os três movimentos da máquina de captura e repasse de captura em looping, espreado em circuitos globais: Captura-gozo-repasse através de uma nova captura. Tal força posta em

circulação pela topografia do nosso desejo, por uma micropolítica ausente de veios de expressão da potência nos corpos, irá criar os Centros de Poder, onde todo o esforço dos corpos, as pulsões vitais capturadas se concentrarão. Centros de Poder Pessoais capturados por Centros de Poder Locais, capturados por Centros de Poder Regionais, capturados por Centros de Poder Nacionais, capturados por Centros de Poder Internacionais Regional, capturados por Centros de Poder Internacionais Mundial. Longas cadeias de captura.

No fim de tais constructos há sempre buracos negros a condensar todo o esforço capturado pelos tetos e muros e transmitido para esses por forças centrífugas. O que nos leva ao segundo grande movimento, o Reforço. Estes buracos negros, último ponto de concentração dos esforços e pulsões vitais, por sua vez, tirará toda a sua compensação pelo gozo de uma longa rede de capturas na forma de controle extensivo e de poder, afinal, o impotente sempre goza por extensão e não por intensidade, quanto maior a extensão da rede de captura que se tenha controle, maior o gozo do corpo despotencializado (FUGANTI, 2007).

O interesse de servidão voluntária se encontra em um ganho de gozo que assegura a coesão do corpo social, que o mestre encarna em seu corpo, através de uma especularização que o coloca na cabeça desse corpo (HOFFMAN, 2012, p. 50).

Mas o buraco negro, último Centro de Poder na cadeia de captura, não consome todo o esforço coletivo, que o levaria a encerrar nele todo o processo, não é isso que acontece. O buraco negro irá reinvestir todo o excedente ao seu gozo primário por captura de volta na cadeia de capturas (1) na forma de tentativas de expansão territorial por sobre outros centros de poder, (2) na forma de uma segunda recompensa aos agentes ressoantes da sua cadeia, dada agora, não mais pelo capturado, mas pelo capturador, e por fim, (3) no fortalecimento das engrenagens das máquinas de captura: numa maior eficiência dos *tetos* e *muros*.

Acontece que os *tetos* não conseguem capturar a todos, ou o tempo todo, em um quarto momento – após a captura, o gozo e o repasse da captura –, algo escapa. A máquina nunca totaliza (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Assim, os *tetos* geram uma força contrária à primeira por incapacidade de totalização. A Máquina de Captura produz cortes e segmentações, e coloca em curso uma eficiente força centrífuga a concentrar pulsão vital dos corpos nos territórios, mas ao cortar e ao girar, ela acaba por inevitavelmente segregar e pôr em curso uma outra força não

desejada a priori, uma força centrípeta que acaba por afastar tudo que não consiga encontrar função na máquina. Esta gira seus mecanismos sociais ininterruptamente a assujeitar, subjetivar e controlar os corpos nos territórios, mas isso resulta também em um apartar de tudo que não conseguir ser capturado. O exilado, o refugiado, o louco, o foragido. Jogando para a margem aquilo que não consiga ser eficientemente processado.

A estrutura tentará utilizar da melhor forma possível esses párias, dar alguma função a eles na megamáquina²², fazê-los, de algum modo, mesmo que torpe, peças, segmentá-los precariamente. É o vagabundo, o morador de rua, o criminoso desterritorializado, que servirão como expiação do sistema e ameaça para todos aqueles que fazem dos seus corpos peças eficientes para a megamáquina. Eles não são simplesmente descartados. Há uma função para eles mesmo na figura do segregado. Irão servir como ameaça para os corpos despotencializados e capturados, um constante lembrete de que se não ressoarem bem, se não mantiverem um corpo obediente e um desejo acoplado ao muro e ao teto, o destino é aquele. Se não servem enquanto peças perfeitamente acopladas na megamáquina, servirão, pelo menos, como um aviso para os corpos comportados, eficientes e obedientes, que talvez seja menos doloroso se colocarem enquanto peça oca a ressoar a megamáquina, do que romper em algum sentido com ela.

Ao mesmo tempo, essas linhas desterritorializadas, que falharam em algum nível em serem capturadas, são constantemente seduzidas a permitirem uma organização que os reintegrem à megamáquina. A máquina de captura não quer excluir, quer integrar, mas como é uma produção artificial, não consegue totalizar essa integração. O resíduo gerado pelos cortes, giros e segmentações é indesejado. Se dependesse da vontade impressa na megamáquina, tudo seria integrado a ela, só sendo deixados soltos os fluxos desterritorializados de capital a expandir infinitamente a própria lógica maquínica de captura, além desses fluxos, mais nada.

Os fluxos de pulsão vital são essenciais para a reprodução do sistema, segregar é perder em parte o acesso a principal fonte alimentadora do capitalismo. Ele se alimenta de pulsão vital (ROLNIK, 2019), não é o dinheiro, ou a mais-valia

²² A megamáquina é o Capitalismo Mundial Integrado em seu alinhamento maquínico total, tanto abstrato quanto concreto, macro e micropolítico “de que os Estados são partes, bairros”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 110).

impressa no trabalho não remunerado pelo dono dos meios produtivos, como afirmou Marx (SANDRONI, 1982). Esses são aspectos parciais, o capitalismo se alimenta da pulsão vital conquistada pela captura dos corpos no nível micropolítico, na produção de desejos, de rostos e de subjetividades (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), onde o trabalho efetivado e não remunerado, é apenas um dos aspectos de uma acumulação muito maior. Para a megamáquina “a vida humana só tem valor como fonte de energia” (GHEORGHIU, 2014, p. 44). O que se acumula não é capital, tão somente, nem tempo, nem trabalho, o que é acumulado, no fim, é pulsão vital dos corpos humanos e não-humanos. Portanto, a megamáquina nunca almeja excluir, mas ocorre inevitavelmente, visto seu caráter artificial.

Estes corpos que a contra gosto escapam, seja porque naturalmente o corte e segmentação das máquinas os jogam para fora (força centrípeta), seja porque se traçou uma linha de fuga para a superfície, de todo modo, estes corpos ameaçam a megamáquina, pois demonstram possibilidades de vida fora do seu seio. Ela tentará reter os corpos capturados e, de algum modo, fazer dos corpos que escapam peças úteis a ela, mesmo que mal encaixados.

A compensação, o medo e a coerção para quem está bem encaixado, a sedução de compensações, a ameaça, o terror e a coerção para quem está segregado, afetos bem claros circulando por imagens projetadas em muros, corpos sendo administrados pelos tetos, e ainda assim a captura não se totaliza. Não conseguem reutilizar os expulsos pela força centrípeta completamente, a sua simples existência então se configurará como uma ameaça, precisam ser controlados de algum modo por dois motivos: (1) qualquer sistema impotente ele é um profundo, prolongado e renitente circuito de medo, a impotência gera medo. O estranho gera incerteza e desrespeita as fronteiras. Tentar-se-á, então, controlar estes corpos segregados e não-seduzidos porque, antes de tudo, os temem (BAUMAN, 1999), como também, pelo fato (2) destes corpos segregados deverem se apresentar para os corpos bem comportados como um castigo coletivo (DA CRUZ; FERRARI, 2013).

Se castiga essas linhas que não conseguiram participar da megamáquina através do poder extensivo que esta dispõe primeiramente por pura prática de gozo

através do aparente controle objetivo desses corpos segregados²³, se não se pode gozar nesses corpos pelo assujeitamento dos seus desejos (ou seja, pela captura através da força centrífuga), que seja pela dobra da carne através do controle coercitivo sobre esses corpos. Seja através da necropolítica²⁴, os eliminando, seja com o assistencialismo caridoso a organizar campos de concentração, seja os encarcerando, seja os dopando em manicômios.

Em segundo lugar, para que fique constantemente evidente aos corpos eficientes o resultado de deixar escapar pulsões vitais potencializadoras descodificadas. O Estado fará o possível para conter esses códigos desterritorializados jogados à margem pela força centrípeta, e pesará toda a sua estrutura, concentração de energias e capacidade de ressonância para tal fim (FOUCAULT, 2014). Durante todo o processo, com a mão estendida, oferecendo a salvação em um buraco bem organizado a projetar em muros e se pendurar eficientemente em tetos, desde que abduzem da expressão descodificada de seus fluxos vitais, e se permita a ressoar capturas. Isso não se traduz em um lugar agradável concretamente para estes que aceitem a mão estendida da megamáquina. Há limitados lugares agradáveis na megamáquina, já que ela opera por concentração. Significa apenas que este corpo será codificado, assujeitado e organizado por fora, sem necessariamente ter as condições concretas melhoradas. Um lugar na megamáquina pode ser o lugar do miserável que luta para ter um dia seu valor reconhecido.

Contudo, essas linhas desterritorializadas, por vezes, encontram algumas formas de compor dentro do sistema de modo a ameaçar o bom corte da máquina, e isso não se configura em um grande problema para a megamáquina. Pois, quando isto ocorre, entra em ação a axiomática para reorganizar todas as engrenagens e expandir a máquina acoplando aquelas linhas como novas expressões da própria megamáquina, e o que era fluxo descodificado ganhará agora um novo traço no fantasma no teto, uma nova característica neste fantasma que permita que esses corpos, antes, descodificados, possam ser pendurados satisfatoriamente, e sua

²³ “O masoquismo é uma arte do fantasma” (DELEUZE, 1983, p. 73).

²⁴ “uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o ‘trabalho morto’ na produção de valor encontra o ‘trabalho de morte’ da política.” (HILÁRIO, 2016, p. 203).

pulsão vital, antes micropoliticamente revolucionária, agora possa alimentar o sistema de captura e repasse de esforço vital (SANTOS, 2016).

A questão reside no modo como se investe o desejo, e não no investimento em si. Os corpos podem lutar contra o sistema sem nenhum problema, sem nunca o ameaçar efetivamente, desde que seus corpos estejam despotencializados, amarrados em fantasmas em tetos e projetando em muros, investindo no poder e desinvestindo nas frestas desterritorializadas por onde passariam sua potência. Luta idealista e ressentida que escava buracos e tão bem os produz, sustentam fantasmas (mesmo que novos) no teto e elegem muros a projetar.

O inverso também é verdade. Os corpos não precisam necessariamente lutar macropoliticamente contra o sistema (apesar de não haver problema em fazê-lo desde que não estejam fundamentados em idealismos e ressentimentos), desde que encontrem as fissuras da estrutura sistêmica, produza essas fissuras, curtos-circuitos na megamáquina, e façam atravessar a sua potência para a superfície. Virem o rosto aos muros, despendurem o corpo dos fantasmas. Deste ponto, com a sua pulsão vital não mais alimentando a máquina de captura, o sistema buracomuto-teto, em uma produção constante de uma hecceidade²⁵ no devir, deste lugar tudo vira uma prática revolucionária, mesmo as mais banais. Assunto que trataremos no último capítulo desta dissertação, por hora, vamos verificar como a produção de Centros de Poder se articulam em um Sistema Internacional de Impotência.

3.3. O Sistema Internacional de Impotência

O processo de captura-gozo-repasse da captura, linhas de assujeitamento se dão do local e vão se alongando até grandes centros de captura em longos organogramas arbóreos. “No sistema arbóreo existe um ponto central de onde se procede por dicotomia. Trata-se de uma ramificação ordenada que supõe um progressivo distanciamento em relação ao núcleo de acumulação, afastamento que ocorre justamente na medida em que se operam divisões e subdivisões.” (AMBROZIO; ALVIM, 2012, p. 146). Folha-galhos-tronco-raiz, captura-gozo-repasse

²⁵ “Uma individuação sem sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 8). Uma singularidade que dispensa a produção capitalística de subjetividade, uma individuação fora da máquina de rotação, aberta ao devir sem forma prévia, pronto para se conectar diretamente e construir agenciamentos a compor potências.

de captura, e ao chegar no núcleo do buraco negro de impotência, após o grande gozo por esse, haverá um reinvestimento em todo o organograma retornando em uma segunda recompensa autorizante, congratuladora dos bons buracos ressoantes, caminho inverso, raiz-tronco-galhos-folhas, reforçando, reafirmando as capturas já realizadas e impelindo todos envolvidos em novas capturas, seja dos segregados, seja na disputa com outros circuitos de poder que assumam outros centros de impotência como organizadores da vida política. Concentração e Reforço, os dois movimentos abordados a pouco.

Ocorre que todos os diferentes organogramas arbóreos de formação de Centros de Poder participam de uma única megamáquina que engloba cada um desses circuitos de impotencialização, sem rival. Galhos competindo ou cooperando entre si em uma mesma Grande Árvore de Captura Mundial. Circuitos vigorosos de produção de subjetividade cooperando ou disputando dentro de uma mesma lógica maquínica do desejo (GUATTARI, 2004). No campo da macropolítica há diferenciação, disputa e cooperação, mas no campo da micropolítica, no ângulo da produção maquínica do desejo e dos sujeitos, há uma única estrutura com um único fim.

Quando observamos as relações internacionais a partir deste prisma, mesmo quando o mundo era dividido ideologicamente em Leste e Oeste na chamada Guerra Fria, não passavam de longos galhos da megamáquina global a ser bem alimentada indiferente do desfecho da disputa. A competição ou a cooperação entre os Centros de Poder para a obtenção de mais poder é apenas reflexo e força motriz para a perpetuação do processo aqui descrito. O sistema funcionará tão melhor quanto mais a política se traduzir como obtenção de ganhos comparativos. Pois se lutará contra o acaso, se desconfiará da vida, se investirá no poder (FUGANTI, 2007), se inundará de medo/esperança e colocará em efetuação todos os esforços que propiciem qualquer ilusão de segurança e assim se almejará a maior compensação possível pela via do poder (DELEUZE, 2017).

O que nos remete a uma característica específica do Capitalismo Mundial Integrado: Os Sistemas Internacionais de Estados-nações. Pois, ao olhar para a megamáquina em seu complexo organograma arbóreo, podemos notar o quanto os fantasmas no teto representam vigorosos veios de captura e transmissão dentro

desta. Afinal, mesmo que haja vários circuitos internacionais, em parte, tangentes ao Sistema Internacional de Estados (como exemplos: circuito internacional de tráfico de drogas ilegais, circuito internacional de financiamento do terrorismo ou de ajuda humanitária, infinitos circuitos internacionais de informação), o Sistema Internacional de Estados se destaca no organograma arbóreo da megamáquina.

A capacidade dos Estados-nações de captura, de gozo por extensão, de repasse de captura, e de reinvestimento no nicho que interferem dentro do sistema, se mostra única. De modo que os organogramas se afunilam em encontro com a figura dos Estados-nações, concentrando a captura e o repasse em seus gargalos. Mesmo quando os fluxos desterritorializados do capitalismo e o capital internacional se apresentam em seus esforços constantes de expansão desterritorializada, precisam utilizar-se dos veios dos Estados-nações, da burocracia institucionalizada nos territórios políticos que o Estado maneja, precisam do fantasma no teto trabalhando para eles, necessitam percorrer os códigos estatais para se efetivarem concretamente. Os Estados construíram (e constroem) circuitos burocráticos evidentes e imponentes, de modo que esses circuitos e a capacidade de controle desses, faz do Estado-nação um ator crucial na pequena política internacional.

Por mais que estas forças capitalísticas moldem os códigos, e assim, a própria burocracia estatal para facilitar o correr de seus fluxos, ou ainda, a própria produção de uma percepção hegemônica dos Estados como um ente que teria como única função ser o garantidor do correr livre desses fluxos capitalísticos, ainda assim, tais fluxos não conseguem passar por fora do estriamento estatal, precisam acessar necessariamente os corredores estratificados pelos Estados-nações.

Então, se os Estados-nações são cruciais desde a modernidade para o controle dos corpos, para a produção de identidades, para a estratificação dos territórios, para a captura das pulsões vitais, para o repasse dessas capturas em um sistema maior do que eles, para a distribuição das compensações dos pontos ligados a eles dentro do organograma arbóreo, para a utilização de suas estruturas burocráticas e de suas estrias na passagem dos fluxos do capital e dos fluxos de captura, temos, portanto, um Sistema Internacional de Estados no centro da megamáquina enquanto arranjo central de toda uma produção ininterrupta de

impotência no tecido do mundo. Temos, portanto, um Sistema Internacional de Impotência.

A identidade nacional, patriota, produz o corpo obediente, bem comportado, diligente, eficiente, moralmente bom, produtivo, que baixa a cabeça para o que o Estado determinar para ele, e a linha dura que liga este corpo ao fantasma no teto, direcionará esta energia captada deste corpo adestrado para centros cada vez mais concêntricos, até os últimos e mais baixos núcleos de impotência, os Centros de Poder Mundial. Estes irão reinvestir toda essa energia a reforçar e reproduzir o Sistema Internacional de Impotência onde permeiam afetos passivos através de longos circuitos de efetuação e produção de corpos a ressoarem mais impotência e novas capturas pelos tetos. Produção do mesmo rosto em diferentes faces e do mesmo desejo em diferentes muros, promoção da diversidade do mesmo. Cosmopolítica, redução da heciedade ao humano produzido pela forma liberal, o homem universal moderno (FUGANTI, 2007).

No primeiro nível, de modo concreto: os seus corpos, a sua economia, as normas e leis que ditam a objetivação da vida, toda uma biopolítica sendo imposta através de identidades fictícias penduradas em fantasmas. Em um segundo nível, não apenas como uma administração dos corpos, mas em uma captura do trabalho, da dedicação e da energia desses através de uma força centrífuga a direcionar esses atributos na alimentação e produção contínua de Centros Mundiais de Impotência, onde capturam o trabalho, os esforços, e assim, a pulsão de vida em redes internacionais que utilizam não só os *muros*, mas, em grande medida, os *tetos* para concretizar tal tarefa.

Esta rede internacional de captura dos esforços corporais é o que chamamos de Sistema Internacional de Impotência. Pois esta máquina precisa que os corpos continuem sempre projetando, representando, e fixando seus desejos em *muros*, como também que invistam continuamente em suas identidades ligadas a um *teto*. Um fio que o liga ao fantasma da nação, que os fazem aceitar o inaceitável. Cadeia, desde pequenos centros de poder locais até o Sistema Internacional. Captura de corpos por *muros* e *tetos*, compensações parciais de poder imediato, e repasse dessa energia para centros mais profundos na cadeia de impotência. Cabendo aos grandes centros de poder, aos *buracos negros* mundiais, reinvestirem estes esforços

em toda a cadeia de produção maquínica de despotencialização através da ressonância em cada *buraco* fechado e sujeitado pelos *muros* e *tetos*.

Todo o reinvestimento reforçará o sistema que possibilitou a concentração geográfica de grande parte da energia da humanidade. Desejos capturados por *muros* e corpos aprisionados por *tetos* a ressoarem e reinvestirem em uma máquina global de despotencialização que acaba por resvalar num controle objetivo dos corpos, e dos seus esforços, no seu direcionamento para centros cada vez mais baixos a orquestrar o sistema e mantê-lo funcionando em uma cadeia global. Sistema buraco-muro-teto. Pequena política azeitada e eficiente em sua contínua perpetuação.

Só assim é que grande parte do esforço e trabalho da humanidade, no fim, é utilizado para rebaixar a própria vida, para separar os corpos de suas potências, para afastar o homem de suas forças ativas, para escavar e manter buracos, enfim, só assim que a pulsão vital da humanidade é investida para fraudar a própria vida ininterruptamente.

Mas não apenas as forças dos homens, suas pulsões e trabalho no espaço e no tempo. Mas todos os aspectos da vida que a humanidade teve acesso e controle, ou mesmo as formas consideradas não vivas da Terra. Os minerais, os animais, e a própria humanidade. A vida e a Terra assujeitadas a longas cadeias de captura, alimentando um sistema que visa a simples perpetuação e expansão de seu crescimento, ganhos relativos entre galhos da megamáquina, concentração para servir como gozo por extensão dos corpos impotencializados que operam *buracos negros* na política internacional.

O esforço humano é colocado para violentar a vida e os corpos por uma pequena política, contudo, é possível que pratiquemos o seu inverso. Para tanto, precisamos reconquistar a superfície e fazer política a partir dela, em vez de realizar o esforço por dentro de buracos onde foi produzido uma falta no desejo, onde os corpos se penduram em fantasmas e os rostos estão presos em muros a projetar, onde, nesta condição, o poder acaba por ser a única atração que movimenta as linhas despotencializadas, mas, de outro modo, realizar uma práxis a partir da superfície, onde a potência, e não o poder, se afirma na produção de uma política que promova a vida e as forças ativas da humanidade. Atuarmos não mais em um

espaço de captura e de perpetuação de impotência, mas de produção de vida potente. A política como um devir ativo afirmador da diferença e as relações internacionais como um campo de expressão disto.

4. A SUPERFÍCIE

Apesar deste trabalho objetivar a produção de um pensamento que chamamos de Grande Política do devir no mundo, que é exatamente a política posta em prática a partir da topografia do desejo nas superfícies, a maior parte da dissertação se dedicou não a ela exatamente, mas as demais imagens-conceitos. O buraco, o muro e o teto. E foi preciso que assim fizéssemos. Pois se não entendêssemos os processos em curso, a lógica maquínica em ação, o que nos faz desabitar a superfície, cavar buracos, projetar em muros, sustentar e nos pendurar em tetos, as chances de reconquista dessas superfícies se mostrariam ainda mais difíceis de se realizar. Facilmente poderíamos confundir um escavar de novos buracos com linhas de fuga para a superfície, correríamos o risco de investir em linhas flexíveis que, por vezes, podem perpetuar apenas novos ideais, novos buracos, novos fantasmas em tetos, novos circuitos de captura e de gozo escondidos atrás de coerentes discursos.

Entender como funcionam as Máquinas de Captura, abstratas e concretas, e sua articulação global em uma megamáquina, se fez imprescindível antes de adentrarmos no tema principal deste trabalho. Pois, o processo de construir um pensamento crítico por sobre a política comumente posta em prática no mundo, balizado nos conceitos da Filosofia do Devir, capacitou-nos, agora, a poder pensar algumas rotas de fuga do Sistema Buraco-Muro-Teto.

E é o que almejamos realizar neste capítulo derradeiro. Pois o Sistema Buraco-Muro-Teto só vigora enquanto Máquina, ou seja, ele precisa ser permanentemente produzido pelo fato de não ser imanente. É um simulacro que se comporta no lugar do real. Mas não consegue suplantá-lo. O real é o acontecimento, o devir (MATTIOLI, 2013). Mesmo a produção da Máquina do Sistema Buraco-Muro-Teto só pode ocorrer na vigência do acontecimento. As Máquinas de Captura cortam, capturam, segregam e produzem rostos para os sujeitos através de uma manipulação de afetos em circuitos globais, mas tudo isso só pode ocorrer no próprio devir (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Contudo este fato não é simples de ser identificado, pois estes corpos estão com seus rostos absortos na sequência de imagens projetadas nos muros, por vezes, imaginando que as bordas da real, ou,

pelo menos, do que seria relevante do real, coincidiria com as próprias bordas dos muros. De tal maneira que este corpo, apesar de habitar a superfície, encontra-se alheio a ela (DELEUZE, 2005).

Assim sendo, a *superfície* está acessível a todo momento, sempre esteve. Não há como não estar (FUGANTI, 2007). Mas o trabalho da megamáquina consiste em descolar o desejo humano de uma linha de expressão no acontecimento para o ligar ao seu Sistema Internacional de captura de pulsão vital, de produção de subjetividades e de indução de identidades territoriais codificadas. Contudo este movimento não consegue nunca totalizar a experiência humana (ALVIM, 2012). Sempre algo escapa²⁶, sempre há microfissuras por onde o desejo consegue de alguma forma se expressar no acontecimento, pois há sempre um lado nosso que está necessariamente no acontecimento (ROLNIK, 2019). Há algo no canto do olho, fora do foco, que denuncia a farsa, onde nosso corpo pulsa e nos convida a traçar uma linha criativa e potente (DELEUZE, 2005).

A consciência em nós, esse constructo que nos conecta a megamáquina, irá rapidamente nos impor mil motivos para não investir nestas linhas de potência. *É perigoso, é perda de tempo, não condiz com a sua personalidade, o que os outros acharão disso? Não vale a pena.* Caso não consiga dissuadir este corpo de seguir tal empreendimento, se esforçará a transformar as linhas de fuga em novos buracos, flexionando as linhas de fuga até elas se configurarem como linhas duras que, novamente, sustentarão tetos e escavarão buracos.

Deleuze (PARNET; DELEUZE, 1998) vai nos dizer que estas linhas feitas flexíveis são as mais perigosas, pois, enquanto que nas linhas duras fica evidente a captura dos corpos e dos desejos e a consequente despotencialização, nas linhas flexíveis isso não está claro, ela nutre em si uma faceta de potencialização, faz parecer ser uma fuga, mas seu destino final é para novos buracos mais sofisticados. No início do traçado da linha flexível é perceptível o ganho de potência e de velocidade, mas vão se perdendo no decorrer do tempo até o ponto que se tornou uma linha dura escavando um buraco, enquanto que no campo da consciência

²⁶ Como dirá Train para o sacerdote em “A 25ª Hora” (GHEORGHIU, 2014, p. 43): “O que significa nos transformarmos em ‘homens-máquinas’? É justamente nesse ponto que o drama se deflagra. Não poderemos nos transformar em máquinas. O choque entre as duas realidades, técnica e humana, se produziu.”

parecerá ainda estar cartografando uma linha interessante de fuga, no campo micropolítico se configurará apenas como uma novo circuito de captura e gozo a alimentar a megamáquina.

uma linha flexível se precipita em um buraco negro de onde não poderá sair. Guattari fala dos microfascismos que existem em um campo social sem serem necessariamente centralizados em um aparelho de Estado particular. Deixou-se o campo da segmentaridade dura, mas se entrou em um regime não menos regulado, onde cada um se afunda em seu buraco negro e torna-se perigoso nesse buraco, dispondo de um seguro sobre seu caso, seu papel e sua missão, mais inquietante ainda que as certezas da primeira linha [a linha dura]: os Stálin de pequenos grupos, os justiceiros de bairro, os micro-fascismos de bandos (PARNET; DELEUZE, op. cit. p. 113).

Todas as vezes que a consciência, este ente julgador da vida, esse juiz totalitário incutido em nós, guiar o traçado da linha de fuga, sua atuação micropolítica será a de flexionar esta linha, voltando a conectar aqueles esforços, aquela pulsão para servir novamente enquanto alguma função da megamáquina, mesmo que inédita na forma, no conteúdo repetirá a mesma fórmula de gozo por captura, de busca de poder, investimento em projeções em muros, amarrar de cordas em um fantasma ideal em um teto. E o que se iniciou como algo interessante e potencializador, se transformará em uma nova célula da megamáquina.

A megamáquina move seus motores para continuamente reintroduzir a falta no desejo, para que tenhamos que investir em um ideal, para que desconfiemos da vida, nos transformemos em homens da consciência a julgar o acontecimento (ALVIM, 2012), lutemos diuturnamente contra todo e qualquer acaso, não permitindo que cheguemos a compor com a impermanência, com as aberturas nos devires. Nos fechemos em um *buraco*, projetando em *muros* e delineados por *tetos*. Reproduzindo a pequena política como linguagem preponderante das relações sociais. Mas nós sustentamos tal megamáquina, somos ressoadores, peças dela, cúmplices da violência contra a vida, primeiramente, em nós mesmos, depois nos outros (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Falamos em cumplicidade, mas não é para nos autopenitenciar, coisa de ressentido, mas justamente para afirmar o contrário, que está acessível uma outra forma de se fazer política, está nas nossas mãos a produção da nossa estética da existência, de nossa ética política (FOUCAULT, 2010), dos contornos da micropolítica em que nos implicamos.

É preciso construir uma Máquina de Guerra capaz de liberar o desejo de sua captura pelo Sistema Buraco-Muro-Teto. Não basta tomar conhecimento do processo, isso não resolve, se faz necessário produzir concretamente curtos-circuitos nas estrias de despotencialização, agenciar linhas de efetuação do desejo em minha pele, nos territórios concretos que acesso e compor alianças com outros corpos para produção de Máquinas de Guerra. Pois a megamáquina não para de incutir a falta no desejo, subjetividades e identidades territoriais codificadas, ou seja, a *superfície* precisa ser constantemente alcançada, a falta no desejo precisa ser constantemente desconstruída, o Estado-nação e a subjetividade capitalística precisam ser constantemente desautorizados, é preciso que uma outra Máquina, dessa vez contrária à máquina de captura, seja produzida (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Desterritorializar as estrias sobrecodificadas para que o desejo possa se expressar não mais como falta, mas como abundância, como transbordamento. E é nessa tarefa que surge a Grande Política (TÓTORA, 2008).

A Grande Política é a arte da composição entre essas linhas de fuga do Sistema Buraco-Muro-Teto que leva a afirmação do desejo no acontecimento. Como encontrar essas linhas sob a minha pele, sob a expressão do outro, como agenciar tais linhas e produzir curtos-circuitos nos circuitos afetivos de captura dos corpos pela megamáquina. Gerar alianças não mais pela égide do mesmo, mas pela expressão da diferença, no meu corpo, nos dos outros, no acontecimento. Caosmopolítica (LIMA, 2016). Onde se produz agenciamentos para a promoção da diferenciação e não da universalização do igual. Liberar territórios e experimentar. Encontrar os pontos de composição onde os desejos, sem falta, se tocam. Agenciar esses desejos e praticar uma política potencializadora, em prol de devolver aos corpos o que eles podem (CONILL-SANCHO, 2015).

A reconquista das superfícies passa necessariamente por uma reformulação da economia libidinal do desejo (SAFATLE, 2008). É preciso, antes de tudo, eliminar a falta ilusória que foi forjada no coração dos nossos desejos. E é por sobre este assunto que iniciaremos a nossa discussão da *superfície*, seguido por uma explanação do que vem a ser A Grande Política, para então sermos capazes de discutir sobre alguns possíveis curtos-circuitos a serem engendrados na megamáquina, abrindo o espaço estriado para a produção de superfícies lisas onde

a potência poderá se expressar enquanto promotora da vida intensa, e por fim, pensar a política, não como um sistema arbóreo, agenciador de tetos a capturar, mas enquanto rizomas, abrindo a política – do local ao mundial – em planos virtuais de composição, agenciando potências na produção de Máquinas Abstratas Anti-Captura, potencializadoras da diversidade e da expressão da vida intensa no devir.

4.1. Onde Nada Falta ao Desejo

A realidade é composta de dois aspectos, do desejo e do social, e tudo mais deriva desses dois. Enquanto se separar em duas linhas independentes entre si: Marx e Freud, uma linha da produção social e outra linha, a do desejo, não se chegará a raiz do problema que une ambas, pois desejo e social estão profundamente imbricados, e tudo mais é desdobramento (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Os processos de subjetivação, a política (micro e macro), as Máquinas e as linhas que são forjadas nelas (DELEUZE, 1992).

O desejo, por sua vez, não é composto por nenhuma falta, como niilisticamente imaginou Platão (DELEUZE, 1974), onde, ao desejo faltaria o seu objeto, ou a solução para essa questão dada por Kant (DELEUZE, 2018b), colocando finalmente o desejo no campo da produção, em vez de no campo da aquisição, mas essa produção kantiana seria a produção de fantasmas. O desejo seria produtor, mas não de realidades, mas de fantasmagorias. Para Kant, o objeto que faltaria ao desejo é uma representação psíquica. No fim, não supera a falta incorporada no desejo, no máximo a aprofunda (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), pois há aqui uma duplicação da realidade, onde um objeto fantasmático habitaria cada objeto real, e desejaríamos esses fantasmas. Assim, ao desejo ainda faltaria algo que o completasse, mesmo que essa incompletude se traduzisse na produção de fantasmas. A psicanálise (PEIXOTO JÚNIOR, 2004) cuidará de tomar esta concepção para espalhar a falta do desejo em uma falta na vida em si, levando ao absoluto a instituição da falta no desejo do homem. Faltaria a vida sempre algo, a realidade nunca poderia ser completa. Não haveria satisfação plena. A vida humana, seria, em si, imperfeita.

Do mesmo jeito que não falta ao cego a visão, como perfeitamente observou Spinoza (DELEUZE, 2017), à vida e à realidade nada faltam, ou seja, ao desejo nada falta. Ele é em si o produtor de realidade, produz o real da existência, como nos diz Deleuze e Guattari (2011a, p.43),

O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente. Nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto. [...] O desejo e o seu objeto constituem uma só e mesma coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina. O desejo é máquina, o objeto do desejo é também máquina conectada, de modo que o produto é extraído do produzir e algo se destaca do produzir passando ao produto e dando um resto ao sujeito. [...] O ser objetivo do desejo é o Real em si mesmo.

A falta no desejo é inoculada nele para poder capturar os corpos (SILVA et al, 2000). É a maneira pela qual nos perdemos das superfícies. Quando ao desejo falta algo, e quando a vida é essa falta imanente, basta então que se controle qual objeto será a fonte da produção de fantasmas psíquicos, representar esses objetos elencados e se controlará os movimentos e as pulsões desses corpos, seus desejos e suas necessidades (SAFATLE, 2016). A cenoura que move o burro. Mas se essa falta não é inerente a uma natureza do desejo, mas é inoculado nele, significa que o desejo atende a outra característica que não a da necessidade de um objeto que o completaria, esta necessidade é produzida nele. O objetivo do desejo é uma conexão com o devir, e não a aquisição de algo real ou imaginado (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). O desejo funciona por agenciamento, ele produz objetos parciais, a ligação entre o desejo e o que ele conecta é um agenciamento que irá produzir realidades. O desejo tem como meta o devir porque ele é produtor de realidade em si. E não há como escapar a isso. Se o desejo não está agenciando na produção de objetos parciais como expressão de uma potencialização dentro do devir, ele está servindo como escavador de buracos, produzindo no devir ressentimento e má-consciência.

O desejo é produtor, sempre, é o atualizador da realidade. Mas essa irá ser atualizada de forma ativa ou de modo passivo (SPINOZA, 2016). O desejo ativo é o produtor de potência, enquanto que o desejo passivo é o produtor de ressentimento (NIETZSCHE, 2019). Ao desejo ativo nada falta, ao desejo passivo, como ele se abre para ser determinado de fora, possibilitou que a falta ilusória lhe fosse

inoculada. E é nesse momento que o corpo perde a capacidade de expressar sua potência, quando pende para o modo passivo (DELEUZE, 2017). A necessidade no coração do desejo é uma produção maquínica social no seio deste desejo, que irá retornar para esse social produzindo as estruturas que permearão tal falta (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), e se articulará na política através dessa falta motriz, produzindo o que chamamos de pequena política e a sua busca neurótica pelo poder. Não é que, primeiro veio o social que por sua vez incutiu a falta no desejo, mas acontece junto pelos processos de produção de ressentimento e de má-consciência. Desejo e social, os dois campos do real se viabilizam. O que acontece, é que, num segundo momento, o social irá, através de suas máquinas abstratas e concretas, ditar o conteúdo desta falta (GUATTARI, 2004).

“O desejo abraça a vida com uma potência produtora e a reproduz de uma maneira tanto mais intensa quanto menos necessidade ele tem” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 44). De modo que, se queremos encontrar em nós o desejo onde nada falta, precisamos fazer o caminho inverso ao realizado na produção da falta no desejo. No fim deste trajeto poderemos encontrar onde está o nosso desejo produtor de potência e não de fantasmas.

Ao realizar tal trajetória no desejo, percebe-se que a sua produção – enquanto algo incompleto, que necessitaria em alguma medida de algo (real ou imaginário) que não lhe seria imanente – se dá pela perda de contato com o devir. Na medida em que vamos cavando buracos, vamos perdendo a concepção produtora de potência do desejo. Encontrar o desejo onde nada falta é reconquistar a superfície do devir (FUGANTI, 2004). E esse aspecto é crucial para o pensamento aqui construído. Pois serão duas características imbricadas que nos informarão onde realmente estamos investindo nossa pulsão vital. A primeira é a substância do desejo, e a seguinte é o que retorna (DELEUZE, 2018), o que volta deste investimento é o corpo produzido após o investimento. São essas duas características que nos mostrarão se estamos a produzir linhas duras capturantes e impotentes, linhas flexíveis, tangenciando o que foi outrora uma linha de fuga interessante, a transformando aos poucos em linha dura, ou se estamos realmente cartografando uma linha de fuga autêntica, potencializadora em constante atualização no devir.

Nietzsche (CORRÊA, 2010) elaborará a seguinte questão para descobrir qual a substância que move o desejo que se apresenta: *O que você deseja ao desejar algo?* A resposta a esta questão é a substância do desejo em curso, onde, quanto menos necessidade tiver este desejo que o preencha, menor é a falta incutida nele. Ao desejo como falta, Nietzsche chamará de niilismo (2019), mas ao desejo como autoprodutor de realidade ativa no devir, chamará de Vontade de Potência (2008)²⁷, o desejo orientado por uma vontade de potência movimenta-se por abundância, por transbordamento, se move e cria porque é dadivoso, enquanto que o desejo permeado pela falta é incapaz de criar fora do campo do interesse, alheio a planos de intensidade.

De modo que, se nada falta ao desejo, e se ele se expressa por intensidade ao agenciar-se com outros desejos, com máquinas, com forças, com objetos, produzindo singularidades abertas e nômades, significa dizer ao mesmo tempo, que, nesta realidade que tal desejo produz, também nada falta (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). A falta no desejo é a própria falta da realidade do mundo, é a desconfiança da vida (DELEUZE, 2005), a postura julgadora e ressentida (NIETZSCHE, 2019). Assim, a substância do desejo (de um lado, um desejo por necessidade, desconfiança perante a vida, incompletude eterna, enquanto do outro, um desejo que atua por transbordamento, por dádiva e exuberância) nos informará em qual plano estamos produzindo nosso real²⁸.

A outra característica a nos informar a qualidade do desejo é o corpo produzido no ato de desejar. Há um resto que volta e atualiza o nosso corpo pulsional (ROLNIK, 2019). *Que corpo é este que se efetua ao desejar? Há um*

²⁷ Como “poder” e “potência” em alemão, utiliza-se do mesmo vocábulo: *Macht*, pode-se encontrar este termo traduzido como também “Vontade de Poder”, mas, mesmo que se traduza desta forma, a Vontade de Poder de Nietzsche não é pelo poder, como o definimos nesta obra, mas é pela potência, como descrita no subcapítulo 1.4. Por isto, preferimos utilizar a tradução do termo que impossibilita confusão conceitual com os demais conceitos adotados nesta dissertação. Assim, Vontade de Poder ou Vontade de Potência tratará do desejo de mais potência, não como falta, mas como exuberância.

²⁸ Vale salientar aqui: não confundir o não julgamento do devir com a apatia no devir. Tudo que um corpo potente não é, é ser permeado por passividade. O corpo de potência é em si uma expressão da atividade, o desejo que se move sem falta é em si a potência em ato (SPINOZA, 2016). É a atividade plena. O corpo despotencializado que esqueceu como se mover por alegria despreziosa (DELEUZE, 2017), imagina que se não houver uma falta a ser buscada para se completar, este corpo ficaria imóvel, mas é essa própria forma de desejar que faz de todo movimento deste corpo despotencializado um cavar de buraco, um envenenamento da vida (NIETZSCHE, 2019). Que faz deste corpo um corpo sedentário, que evita a todo custo qualquer movimento real, e só o que move são as formas em uma micropolítica decadente (NIETZSCHE, 2011).

aumento ou diminuição de minha potência? Qual afeto emerge ao realizar tal desejo? Esse afeto me potencializa ou me enfraquece? Se, a Vontade de Potência é o desejo de mais potência (NIETZSCHE, 2008), na medida que se efetua, lança-se novamente para um novo ciclo de diferenciação potencializadora, e esta é a grande característica do desejo onde nada lhe falta, ele ama a diferença e toda a incerteza contida no acaso (DELEUZE, 2018). Se o desejo não contempla a diferenciação de si mesmo, e é incapaz de compor com a impermanência, estamos diante a um desejo permeado pela falta, e única coisa que retornará ao corpo será ressentimento e má-consciência.

É a diferenciação do desejo pleno a cada devir que faz do desejo sem falta um ato revolucionário em si (ROLNIK; GUATTARI, 2006), pois coloca em xeque as estruturas fixas e abre-se sempre a um plano de imanência em diferenciação, joga com a multiplicidade e produz potência a cada ato, bebendo do afeto da alegria despreziosa e ativa que retorna em seu corpo. Assim, este corpo não precisa mais arrancar gozo da captura de outros mais impotentes, ou do gozo por reconhecimentos e congratulações dos corpos mais poderosos que ele, que em algum momento o capturou, ou ainda, alcançar o poder para gozar por extensão. O corpo que expressa o desejo sem falta extrai de cada acontecimento uma alegria sem fronteiras, autêntica e generosa, que inunda todos os poros, não sobrando espaço para ser preenchido por julgamentos, ressentimentos ou má-consciência. Um gozo por intensidade autônoma e ativa, sem a necessidade de aquisição de objetos. É a própria produção de objetos parciais, no encontro do desejo com cada dado do devir que se apresente, que preenche este desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Sem necessidade de algo de fora que o complete, o desejo se permite ser veio de expressão de potências produtoras das próprias condições de uma existência ativa, livre e plena.

Compreender onde nada falta ao desejo é crucial para reconquistar a superfície, porque é a falta no desejo a cunha que fará com que se desdobrem todos os processos que culminarão na produção do Sistema Buraco-Muto-Teto e em consequente, na megamáquina de captura mundial e produção de impotência. E retirar tal cunha de nossas máquinas desejantes já é, em si, reconquista a superfície. Sem esse movimento não há Grande Política. O desejo sem falta produz as próprias

condições da existência. Ele banca a si mesmo, e de modo micropolítico dar-se as costas a necessidade de poder. Não precisará de autorizações externas para se efetuar, dispensando em um só movimento as três características que produzem a subjetividade capitalística: culpabilização, segregação e infantilização²⁹, o desejo sem falta dispensa o Estado, o poder, e todos os fantasmas. É a resposta de Diógenes para Alexandre³⁰. Nesse sentido que ele é revolucionário e subversivo, e é a partir deste *topos* é que podemos produzir uma Grande Política.

4.2. A Grande Política

Dar as costas a necessidade de poder não significa abandonar a política, tão simplesmente, significa que podemos a realizar, finalmente, por sobre a égide da potência. E este movimento implica mudanças radicais nas bases da política posta em curso, dos meios para sua prática, nos seus resultados, no que retorna sobre os corpos que a desdobra e no real produzido.

Se na pequena política o objetivo é ocupar os centros de poder que concentram as pulsões vitais capturadas nas cadeias as quais controlam, ou, lutar para que a megamáquina inclua nos seus fantasmas – por axioma – certas características, a Grande Política estará envolvida na tarefa de deslocar o desejo de tais cadeias, e assim, a partir do desejo sem falta, expressar-se politicamente de modo potente. Ou seja, desvincular o desejo da sua produção de fora, e bancar os próprios meios, custos da produção da sua ética e estética política.

O personagem Zaratustra (NIETZSCHE, 2011) observara o problema de uma pequena política, pois, em certo momento de sua jornada ao chegar em terra firme, avistou uma fileira de casas, muito pequenas, e estranha o fato do seu formato, concluindo que não havia como habitá-las sem ter que se abaixar e se esgueirar. Grandes homens não conseguiriam entrar nelas sem se manterem curvados

²⁹ Sobre tais características, ver páginas 41 e 42 desta dissertação.

³⁰ Conta-se que Diógenes, o Cão (BRANHAM et al. 2000) teve um encontro com Alexandre, O Grande. Esse, quando jovem, ouvira muitas histórias de Diógenes de seu professor Aristóteles, o que o fez um admirador do cínico. Ao conquistar a Grécia, procurou pelo Filósofo Cão em Atenas, que vivia nas ruas dentro de um grande jarro quebrado. Diógenes estava tomando seu banho de sol quando Alexandre o abordou afirmando ser o conquistador do mundo, e que Diógenes pedisse qualquer coisa que ele o daria. Prontamente Diógenes pediu que lhe desse o sol. Alexandre afirmou não poder lhe oferecer isto, então Diógenes pediu que ele se afastasse pois estava fazendo sombra.

constantemente. Eram casas feitas para homens pequenos, mas habitadas por homens grandes que aprenderam a conviver com o desagradável hábito de se agacharem sempre. Assim também é a pequena política no mundo (VIESENTEINER, 2006). Estruturas que fazem os homens se agacharem constantemente. Tolhem o que os elevam e promulgam um corpo pequeno incapaz de expressar seu grande espírito, e assim, violentam a vida a colocando a serviço dessa estrutura.

Todo o Sistema Buraco-Muro-Teto debatido até aqui é a pequena política. A Grande Política³¹ aparece não apenas como o contrário a isto, mas como sua transvaloração. Não significa o antagônico, no sentido dialético, mas a própria superação da pequena política.

E, vale salientar, não há espaço para uma negação da pequena política no sentido de eliminá-la. Não. Essa infantilidade totalizadora se apresenta sempre como uma nova dimensão da própria forma pequena. Esse desejo de controlar, de ditar modos finais e totais a serem alcançados já é, em si, uma expressão da pequena política. De modo que a pequena política é essa práxis que pretende homogeneizar as forças da Terra (TÓTORA, 2008). Enquanto que a Grande Política é um contradiscurso a esse, uma outra atitude, oposta a decadência das forças dos homens gerada pela pequena política. Sem a pretensão de manter-se no mesmo nível dela, ou de eliminá-la, mas como crítica necessária para sua constante superação. Se, por acaso, a Grande Política demolir territórios da pequena política, ocorrerá por efeito secundário, e não por objetivo. Fazer política a partir de uma necessidade de destruir um inimigo já é a tônica pela qual a pequena política atua, a Grande Política é essencialmente a superação deste modelo. É o inverso não simétrico.

Se a pequena política se traduz em uma exclusão das diferenças para poder promover homogeneidades, tornando-a absoluta e que servirá “a todos e a qualquer um” (NIETZSCHE, 2005, p. 221), pois os rebaixaram a um mesmo universal que “almejam, por um lado, a eliminação dos conflitos, mas por outro, só o executa, pois objetiva a autopreservação” (VIESENTEINER, 2006, p. 24), a Grande Política é a

³¹ Termo nietzschiano, utilizado pela primeira quando afirmou: “O tempo da pequena política chegou ao fim: já o próximo século traz a luta pelo domínio da Terra – a compulsão à grande política” (NIETZSCHE, 2005, p. 208).

abertura para a multiplicidade constante do devir. E a multiplicidade inclui a própria pequena política. Uma não aceitação da expressão pequena da política seria um erro duplo, de um lado porque é uma manifestação inconsciente, por ser a forma comum de expressão da política do corpo despotencializado, e por outro lado, seria negar o conflito como propulsora de transvaloração. Ou seja, a pequena política é uma das molas propulsoras que nos leva a produzir constantemente uma Grande Política. No fim, o Sistema Muro-Buraco-Teto nos impele a superá-lo a todo momento, mesmo que busque o seu oposto, a submissão eterna. No esforço maquínico de capturar os corpos, fará com que se subjuguem o corpo enfraquecido, enquanto que o corpo forte utilizará esse evento como alimento para praticar ainda mais uma política interessante de expressão de potência. A pequena política nos provoca a produzir a sua superação constantemente, a produzir uma Grande Política.

Apesar de Nietzsche, a seu estilo, decretar o fim da pequena política, ele o faz no sentido pessoal e não totalizante (DELEUZE, 2018). Isso pelo fato de que a Grande Política só é conquistada através de uma guerra, e isto exige uma determinada postura. Mas não uma guerra entre povos, raças e nações, como tão bem a pequena política soube realizar no decorrer dos tempos. Mas uma Guerra no coração do desejo, dentro da própria micropolítica da produção dos nossos corpos. Uma guerra contra os maus jeitos perante a vida (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Pois a pequena política não teria tamanha dimensão e duração como modo de realização da vida em sociedade, se expressando de tantas formas distintas e tão constantemente, se não ocorresse de modo inconsciente e maquínico (ROLNIK; GUATTARI, 2006). Inconsciente, por ser o modo comum de expressão do corpo que perdeu o acesso à superfície, e maquinicamente, pois a produção de uma pequena política é reforçada por máquinas abstratas e concretas a reproduzi-las ininterruptamente pelas estruturas sociais.

Assim, diante de um fenômeno que, de um lado, é inconsciente, e de outro é largamente reforçado por toda uma estrutura, só a produção de um Estado de Guerra pessoal e constante poderá abrir brechas para uma Grande Política (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Faz-se necessário a produção de uma Máquina de Guerra a desautorizar forças reativas que nos atravessam constantemente e que,

deixadas soltas, produzirá uma pequena política em nossos corpos. E, se tal Máquina de Guerra for bem sucedida, não precisarei realizar a guerra fora do meu corpo, movido pelas forças reativas que geram neurose e paranoia, desejos de autopreservação a qualquer custo, gozo por extensão (GUATTARI, 1988).

A Máquina de Guerra contra as forças que rebaixam a vida, colocada em curso micropoliticamente, é, antes de tudo, uma ética e uma estética. Não há produção de uma Grande Política no campo macropolítico apenas. A Grande Política é, antes de tudo, uma produção micropolítica, e seria ingênuo imaginar que tal produção se daria pelo simples advento de uma vontade consciente, ou seja, de um *tomar consciência e uma vontade de fazer diferente*. Nada disso. Faz-se necessário um atravessamento de uma força capaz de transmutar toda reatividade em mim em potência criadora de mais potência (NIETZSCHE, 2005). E isso não se *escolhe fazer*, no sentido fraco do termo, mas se libera maquinicamente (GUATTARI, 1988). Em outras palavras, é preciso colocar em funcionamento uma outra Máquina Abstrata, diferente da de captura, a realizar o movimento contrário a essa. E a isso demanda-se uma postura constante de Guerra micropolítica entre as forças que me atravessam. Mas, diferente das guerras entre as nações, tal Máquina de Guerra produz vida e destitui as forças que mortificam os corpos.

Além disso, o termo “Máquina de Guerra” é preciso em sua utilização pelo fato de que se faz necessário estar disposto a morrer na realização de tal tarefa. Quem não for capaz de morrer na produção de uma Grande Política, poderá até vislumbrar tais forças em certos momentos, mas não conseguirá sustentá-las, retornará ciclicamente para os processos de uma pequena política. É preciso implicar-se de tal modo que morrer não seria um grande problema. E isso funciona assim por, pelo menos, quatro motivos.

(1) É o medo da morte, como bem viu Hobbes (2019), a porta de entrada da pequena política. É essa vontade de autopreservação, de uma covardia diante da vida, que possibilita que os processos, um a um, da pequena política se estabeleçam em nós. Sem medo da morte cai por terra de uma só vez todas as paranoias que geraram – essas sim – mortes incontáveis na história da humanidade. Somos mantidos reféns pelo medo da morte. A autopreservação a qualquer custo é a busca pela extensão que joga fora qualquer intensidade, é a base para a

promoção da pequena política. A autopreservação só consegue se impor a qualquer custo sobre a morte da Vontade de Potência, e o inverso também é verdade;

(2) Quem não tem a disposição de morrer, não tem a disposição de viver. Há um custo real para bancar um desejo tão forte capaz de produzir a própria realidade a cada momento. Capaz de digerir todo acaso e nutrir-se dele³². Obter tal força exige uma postura que demanda apostar tudo. Não há espaços para meios-quereres aqui. O desejo que deseja pela metade é aquele que trabalha a partir de uma falta. E o desejo que busca por falta, produz fantasmas em vez de realidades ativas. De maneira que, ou se si coloca com a disposição de tal maneira a ser capaz de morrer, se preciso for, ou não há energia suficiente para mover e sustentar um desejo realmente potente;

(3) O devir caminha sobre a morte a cada instante. Não há devir sem morte. Mudar é morrer. Habitar superfícies, produzir uma Grande Política no devir é ser capaz de morrer a cada momento. Só assim abre-se o corpo para a emersão da diferença. Ser capaz de morrer no devir, é, ao mesmo tempo, ser capaz de nascer a cada instante. Mas não o renascimento do mesmo, mas o nascimento do inédito afirmador de toda diferença que ali se apresenta. O eterno retorno da diferença (DELEUZE, 2018).

(4) Quem está posto a morrer é o sujeito produzido socialmente, que habita um rosto fabricado e serve para inocular a falta no desejo deste, capturando a pulsão vital deste corpo em cadeias mundiais de impotência. É este que tem medo da morte, que quer se preservar, que se vê separado de tudo mais, que se esforça para sobreviver ao passar dos instantes, que, incapaz de compor com o devir ativamente, vai se esforçar para declinar da prática de uma Grande Política. Para este estrangeiro em nós, a superfície tem a aparência de um abismo, pois é ele que irá morrer se a reconquistarmos, mas só assim liberamos o corpo para que o desejo produtor de potência consiga continuamente atravessá-lo, e assim, produza as próprias condições de uma existência interessante.

Dito isto, a Grande Política não se limita em nada a política formal colocada em prática pelas nações, pelo contrário, é uma política que pode, ou não ocupar os espaços formais, mas que ocorre essencialmente no âmbito micropolítico. Na

³² “Cozinheiro todo acaso em minha panela” (NIETZSCHE, 2011); “Minha palavra é: deixem vir a mim o acaso, ele é inocente como uma criança” (NIETZSCHE apud DELEUZE, 2018, p. 15).

produção de Máquinas de Guerra, no agenciamento dessas máquinas entre os diferentes corpos.

Nietzsche (TÓTORA, 2008), o criador do termo, não escrevia para sua política formal contemporânea, que ele chamou exatamente de *pequena política*, pois, com seus nacionalismos e ódios de raça criam barricadas entre os povos. Em meio ao fortalecimento de uma política produtora de fantasmas, Nietzsche, como fez antes Diógenes³³, dirigia sua alegre mensagem, uma sabedoria secreta, para os, como ele, sem-pátria, ou seja, para os que conseguiram se despendurar de todos os fantasmas, os que não sustentavam tetos.

Nem, tampouco, pensou uma Grande Política dentro da história dos grandes acontecimentos (NIETZSCHE, 2011), pois esse tipo de história não passava de um construir e destruir das mesmas estátuas, ou seja, um erguer e jogar na lama dos mesmos valores. As revoluções e revoltas barulhentas não criam novos valores, e a história estaria muito focada nestes eventos, enquanto que as verdadeiras revoluções significativas ocorrem silenciosamente. “Os maiores acontecimentos – não são as nossas horas mais barulhentas, mas as mais silenciosas. Não em torno de novos barulhos, mas em torno dos inventores de novos valores, gira o mundo, ele gira inaudível” (op. cit. p. 116).

A Grande Política é a política colocada enquanto obra de arte, onde não se põe a honrar a pátria, costumes, tradições, morais, histórias de origem, ou ainda, buscar ideais de justiça social, paraísos na terra, que no fundo sustentam uma vontade de dominação mascaradas. A Grande Política honra tão somente a vida em suas múltiplas manifestações no devir. E ela depende de:

Existências plásticas que não temem se transformar, dignas do acontecimento da vida. Torna-se inútil qualquer pretensão de governo externo de tais estirpes de homens. Eles são seus próprios governantes e instituem suas regras de caráter facultativas e mutáveis de acordo com as circunstâncias. Imprimem forma ao mundo e as coisas. Sua alegre existência, cônica de sua tragicidade, dispensa os consoladores, desvia das paixões tristes recusando o lugar de juizes ou de salvadores da

³³ Diógenes, O Cão, afirmara: “Não sou nem ateniense nem grego, mas sim um cidadão do mundo. Sou uma criatura do cosmos, e não de um estado ou uma polis particular” (MOLES, 2007). Cunhou pela primeira vez, que temos registro, o termo cosmopolítica. Considerada por alguns teóricos (RIBEIRO; NETO, 2017) como “cosmopolítica negativa”, pois negava o poder das Cidades-Estados sobre si, e por isso seria uma espécie de cosmopolitismo primitivo e involuído. Não entenderam nada. Diógenes combatia a produção do seu desejo como falta por um fantasma chamado polis, onde todos os corpos amarravam-se e se deixavam ser produzidos, enquanto os sustentavam. Diógenes foi um grande caminhante das superfícies.

“humanidade”. Gozam de si e da superabundância de vida (TÓTORA, 2008).

Busca-se uma Grande Política não por querer salvar a humanidade, por alguma espécie de bondade imanente em nós, ou por – erroneamente – eleger a pequena política como *má*. Tais construtos guardam em si as sementes da vontade de dominar os outros, julgamentos, ressentimentos, e assim, já possuem as características do que querem externamente combater. Se pratica uma Grande Política porque a fraude que delinea a pequena não nos é suficiente. Essa produz um corpo fraco e impotente, incapaz de fazer da vida um acontecimento a sua altura. Buscamos uma Grande Política porque nosso corpo pleno a exige.

O ser capaz de realizar a Grande Política precisa ser produzido a todo instante, pelo motivo de que o outro, o da pequena, também é. Precisamos abrir fendas nas cadeias da megamáquina para desconstruir os espaços dominados por uma pequena política em suas diferentes formas. Só uma Grande Política é capaz de gerar curtos-circuitos nas cadeias afetivas de captura.

4.3. Curtos-circuitos e a Abertura para a Superfície

Há afetos circulando em cada território, e os códigos e sobrecódigos garantem que tais afetos se estabeleçam ali. O espaço estriado pelo poder, que produz os territórios, é, antes de qualquer coisa, um muro e um teto a fazer valer determinados afetos, projetados e espriados nas identidades que os compõem.

A abertura para a superfície demanda um corte nos circuitos de afetos que produzem os corpos despotencializados e os desejos nesses. É preciso a geração de curtos-circuitos que descontinuem os processos vigentes no Sistema Buraco-Muro-Teto. Os territórios precisam ser descodificados, desterritorializados para que se cruze uma linha de fuga em direção a uma superfície.

Só poderei engajar outros circuitos de afetos interessantes a vida, na medida que suspendo o correr de afetos que assujeitam a vida a uma lógica de produção do desejo, e isto se dá no âmbito dos territórios. E aqui abandonemos rapidamente a ideia de conquista duradoura. Estes territórios precisam ser desterritorializados permanentemente. Nada no devir se sustenta por si. Se algo aparece continuamente, é porque continuamente é reproduzido, momento a momento a

tarefa é refeita. Na produção de curtos-circuitos não seria diferente. Conquistar – ou produzir – superfícies, demanda um ato contínuo de curtos-circuitos nos afetos que as máquinas de captura abstratas engendram nos territórios, uma descodificação contínua desses espaços, outrora estriados. Ou seja, é preciso produzir uma Máquina de Anti-Captura e agenciar nossos desejos a tal, forjando uma desterritorialização na produção da subjetivação capitalística, liberando momento a momento os territórios e fazendo correr afetos ativos por sobre os espaços, feitos, novamente, lisos.

Agenciar Máquinas de Guerra de cada corpo voltado a este intento, aliando-se em um circuito inverso ao de captura, a descodificar as estrias que produzem os espaços, os corpos e os desejos nos territórios que tenham contato. Produzir curtos-circuitos nos territórios, os abrindo para a tecelagem de linhas de fuga. Quanto mais o espaço se encontrar desterritorializado, mais naturalmente o desejo que potencializa encontrará caminhos para atravessá-lo.

Um bando a desterritorializar é uma Máquina de Guerra Anti-Captura a gerar anomalias nos territórios a todo momento, abrindo-os de suas filiações estruturais e possibilitando que o desejo que nada falta, produtor de realidade intensa e ativa, possa se expressar. Formar bandos agenciando cada máquina desejante contida em cada corpo, fabricar curtos-circuitos, anomalias, contágio (DELEUZE; GUATTARI, 2012c). E estes espaços, agora lisos, anômalos às estruturas de poder, ao permitir um atravessamento de potências criadores, verá retornar sobre si uma outra linha de afeto, não mais o medo, a morte (mesmo que em vida) e o terror do poder, mas uma alegria autêntica e autônoma, que se perpetua em cada encontro.

Das infinitas superfícies a serem reconquistadas/produzidas, onde podemos fabricar máquinas de anti-captura, trabalharemos aqui duas cruciais que passaremos a abordar resumidamente, a primeira é a Superfície da Pele. Sem essa Máquina de Anti-Captura, as linhas de fuga tenderão a se flexionar e voltar a se tornar linhas duras. Mas se bem realizada a desterritorialização do corpo, o alcançar de todas as demais superfícies fluirão com maior naturalidade. A segunda é a produção de superfície nas próprias estruturas burocráticas. Passemos a elas então.

4.3.1. Superfície da Pele

Paul Valéry (1960, p. 215 apud DELEUZE, 1992) dirá, com muita precisão que, “o que há de mais profundo no homem é a pele”. É na sensibilidade da epiderme que a vida demonstra a sua profundidade enquanto intensidade, sua dinâmica enquanto abertura para absorver e fazer atravessar toda e qualquer mudança. A pele é um campo infinito por onde somos convidados a participar da vida ativamente.

Se os outros sentidos captam informações do meio, é na pele que esses dados são processados de modo interessante. Se queremos produzir uma Máquina de Guerra Anti-Captura, a pele é a pedra de toque de tal máquina micropolítica. É nela que as afecções ocorrerão (SPINOZA, 2016), é na pele que o retorno do investimento do desejo se apresentará (DELEUZE, 2018). Como disse Nietzsche (2017), “é necessário permanecer valentemente na superfície, na dobra, na pele” (p. 15). Tal valentia já é produto de uma máquina de guerra em ato, e ela tem um objetivo claro, manter o corpo na vivência da pele, onde a realidade se dobra e cria sua profundidade por intensidade. Aqui o superficial não é o antagônico do profundo, mas o seu suprassumo (FERRAZ, 2014). Só é profundo aquele que consegue habitar a superfície da pele, ser “superficial por profundidade” (NIETZSCHE, id. Ibid.).

O processamento da realidade pela pele gera uma dobra, uma duração intensa (BITTERBIER, 2011), que não tem nada a ver com a duração da consciência e da memória. A duração do devir na pele é a sua dobra, e essa dobra é a sua profundidade. Habitar a superfície da pele em suas durações físicas no contato com cada acontecimento – sem intencionalidades racionais, mas em uma postura maquínica de guerra a experimentar a intensidade de todo encontro – é o que possibilita o virar de rosto dos muros. A pele joga fora todas as representações e projeções, o corpo que vivencia a duração do devir em sua pele supera o Sistema Buraco-Muro-Teto. A vida processada na pele inunda toda a experiência da vida, não deixa espaço para ressentir, projetar, construir fantasmas. Ela está constantemente ressoando o devir, mas como o devir não pára de atravessar, após

certa duração efêmera (porém profunda), a pele já está ressoando outros acontecimentos.

Habitar a superfície da pele é ordenar a experiência da vida a partir de sua vivência plena. Eleger no corpo a pele como seu coração, mas isso demanda um trabalho de desconstrução de um corpo produzido eficiente para outros fins que não o da vida intensa. Faz-se necessário um cuidado de si, técnicas de produção de si para que consigamos liberar o corpo enquanto território da megamáquina, para que ele se torne continuamente superfície de uma Grande Política.

O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida; e que também seja um domínio especializado, um domínio de peritos, que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não? (FOUCAULT, 1994, p. 617 apud PINHO, 2010, p. 1)

Fazer da vida uma obra de arte demanda um cuidado de si, um produzir a si mesmo (FOUCAULT, 2010) através dos devires. E para tanto é preciso a produção de uma estética da existência, uma ética que consiga combater os microfascismos que tendem a boicotar a potência em nós (FOUCAULT apud DELEUZE; GUATTARI, 1977). Uma Máquina de Guerra que produza processos de subjetivação livres do sujeito moderno que as máquinas de controle impõem (DELEUZE, 1992). Estes artistas de si mesmos estão engajados não na produção de sujeitos, mas de hecceidades, individualidades sem um sujeito que o organizaria de fora e que manteria de alguma forma uma coerência e uma duração para além do devir, uma identidade (DELEUZE; GUATTARI, 2012c), pois a duração dos acontecimentos na superfície da pele, a morte que a impermanência desses impõem, não permite que algo como um “sujeito” ganhe quaisquer espaço fixo, em troca, abre-se para singularidades capazes de gerar encontros plenos, potencializadores em todos os instantes. Produção de um Corpo sem Órgãos (CsO).

Um CsO é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades. Somente as intensidades passam e circulam. Mas o CsO não é uma cena, um lugar, nem mesmo um suporte onde aconteceria algo. Nada a ver com um fantasma, nada a interpretar. O CsO faz passar intensidades, ele as produz e as distribui num spatium ele mesmo intensivo, não extenso. Ele não é espaço e nem está no espaço, é matéria que ocupará o espaço em tal ou qual grau — grau que corresponde às intensidades produzidas. [...] Por isto tratamos o CsO como o ovo pleno anterior à extensão do organismo e à organização dos órgãos, antes da

formação dos estratos, o ovo intenso que se define por eixos e vetores, gradientes e limiares, tendências dinâmicas com mutação de energia, movimentos cinemáticos com deslocamento de grupos, migrações, tudo isto independentemente das formas acessórias, pois os órgãos somente aparecem e funcionam aqui como intensidades puras. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 16).

Esta hecceidade, este Corpo sem Órgãos, é fruto de uma prática, de uma ética, de uma significativa produção estética, é espólio de uma guerra travada no coração do nosso desejo. Foucault (PINHO, 2010) vai nos dizer que a produção de tal ética demanda três posturas: habitar simultaneamente uma zona (1) limítrofe, (2) experimental e (3) constante.

Habitar uma zona limítrofe é saber caminhar sem grandes preocupações sobre uma linha turva e incerta que constitui ser e não ser ao mesmo tempo. O devir não permitirá que nada se fixe para além da duração potente da pele, e ao mesmo tempo há processos de subjetivação que possibilitam que o corpo desenvolva técnicas de si e si produza enquanto obra de arte, mas essa obra nunca se encerra, sempre estará em construção, onde a qualquer momento toma guinadas inesperadas e não programadas, e em outros dedicar-se-á inúmeros instantes em dado sentido, tudo a depender para onde a potência que atravessa o desejo esteja exigindo um movimento ativo. Além disso, habitar uma zona limítrofe é entender que compomos uma singularidade das forças que nos atravessam, não somos sujeitos, somos um diagrama de forças (DELEUZE, 1992) por onde vetores ao se articularem ganham uma certa singularidade específica, mas em nada estática. Estas forças atravessam tantos outros corpos, de modo tal que nossa existência não consegue ser separada desses demais corpos que compartilham tais linhas, mas ao mesmo tempo, a configuração de forças que nesse momento me atravessa é única a mim e a este momento, então, não sou um sujeito separado dos demais corpos, mas ao mesmo tempo a cada instante me singularizo, contudo, essa singularidade específica só durará um instante, de modo que somos essencialmente multiplicidades a se singularizar a cada momento, viver através deste pulsar é habitar uma zona limítrofe.

Habitar uma zona experimental é se pôr em processo sempre. Nunca estancar o movimento. Os microfascismos crescem na medida que nos sedentarizamos. Precisamos nos manter nômades (DELEUZE; GUATTARI, 2012b),

mesmo que parados. Não tem a ver com movimentos externos. Não demanda uma performance. Muito da performance preserva um não-movimento do desejo. O contrário também, pode-se realizar movimentos de uma intensidade ímpar sem nenhuma performance. O importante é mover a intensidade no desejo e se pôr a experimentar. Não há partida nem chegada. Só há o movimento sem interesse de aquisição.

A intensidade não tem a ver com tamanho, mas com a profundidade virtual produzida na superfície da pele. No entanto, esta intensidade precisa guardar um mínimo de prudência (DELEUZE; GUATTARI, 2012c), a arte das doses, para que ela não se precipite em um plano que desfaça as próprias condições mínimas da existência, e isto tem a ver com o fato de habitar uma zona limítrofe. Pode-se se perder ao ponto de uma zona de experimentação se transformar em uma zona de abolição das condições mínimas para experimentar. Ao mesmo tempo, há uma necessidade de pulsão vital suficiente para bancar a experiência. Se pôr a experimentar sem uma base vital que banque tal experiência derrubará este corpo. Então, habitar uma zona experimental exige em concomitância, a produção de uma Grande Política na superfície da pele, exige uma transmutação do desejo, para se extrair a potência necessária para bancar tal zona. Mas não precisamos aguardar algum ponto ideal, sempre há alguma potência nos atravessando em algum plano, mesmo que muito sutil, basta que a identifiquemos e já podemos nos pôr a experimentar a partir dela (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), e aos poucos ir expandindo tal zona.

A terceira postura, uma zona de constância na produção de si, atende ao fato de que não há chegada, não há realização última, só há essa zona de passagem onde os acontecimentos se sucedem. Nela o corpo é produzido de um momento para o outro, ou, como corpo autônomo, produtor das próprias condições da existência, ou, como reprodução de um corpo fraco para ecoar uma captura sistêmica. Assim, a tarefa nunca se encerra, e nem se quereria que se encerrasse, é o corpo que – atolado em descuidos e em uma pilha de acontecidos mal digeridos –, que sonha com uma chegada definitiva a qual o permitiria descansar dessa tarefa ingrata de arrastar essa montanha de lixo desnecessário. A vida como obra de arte vê na incompletude do devir sua perfeição, sua abertura para que gere mais

potência e goze cada vez mais de qualquer encontro que o acontecimento lhe proporcionar, mesmo os “banais”, os tidos comumente como “insignificantes”. Para uma grande caminhante de superfícies, não há momentos banais ou insignificantes, ou mesmo, descartáveis, não existe espaço para um *“que pena que aconteceu assim, melhor seria se fosse diferente”*. Todo acontecimento traz em si o alimento para potencializar aquele corpo, desta forma, não há banalidade ou insignificância, ou ainda momentos não desejáveis, não, o ser da Grande Política, tem que ser capaz de afirmar que *“o que não me mata torna-me mais forte”* (NIETZSCHE, 2000, p. 3). A vida do corpo fortalecido é afirmadora de todo acaso, dirá Nietzsche: *Assim aconteceu? Pois bem, foi assim que eu quis que acontecesse!* (MARTON, 2016).

As técnicas de si, o cuidado de si capaz de abrir porosidades no corpo para que as potências consigam atravessá-lo ao ponto desse corpo alcançar a profundidade da experiência da vida através da superfície da pele, mudará de singularidade para singularidade, ainda em um mesmo corpo. Entre corpos, naturalmente, igual. Ou seja, ainda que numa mesma pessoa, o que lhe faz afirmar sua vontade de potência pode mudar acompanhando a sua própria dinâmica de singularização, de modo que não há receita universal para um cuidado de si, nem para um mesmo corpo, isto se dá pelo fato das práticas de si serem um caminhar em uma zona limítrofe.

O que importa é atentar para o que neste momento retorna ao corpo. O que a superfície da pele processa? Qual circuito de afetos me atravessa? Qual a profundidade alcançada por essa? Há uma produção constante de um contentamento mesmo diante da impermanência do devir? Fui capturado por algum circuito afetivo que me despotencializou, seja alegre (passivo) ou triste? A vida se apresenta (no nível do sensível) suficiente ou insuficiente para mim? Será essa superfície – a da pele – que nos dirá instante a instante as respostas diretas a esses questionamentos cruciais para uma produção de uma Máquina de Guerra capaz de reconquistar o território de nossas peles, construindo as práticas de si a partir desse retorno que a epiderme nos indicar.

Uma ética da potência, uma estética da existência, uma conquista da superfície da pele é movimento indispensável para alcançar todas as demais superfícies. Habitar a própria pele em devir, produzir um Corpo sem Órgãos,

experimentar uma hecceidade, é condição necessária para a produção de uma Grande Política. Se ignorarmos este aspecto, cedo ou tarde, retornamos na produção de novos buracos, novos fantasmas, novas representações, sobre os mesmos tetos e muros, mesmo que carregue em si palavras e conceitos interessantes, micropoliticamente não se produziu uma máquina de guerra capaz de sustentar a experiência afetiva e política na primeira superfície, a da pele, por onde se extrai a potência de um desejo sem falta e se pode colher de cada encontro no devir a pulsão vital necessária para potencializar a vida, fazendo de todo ato uma produção de uma Grande Política, caminhar não mais pelas estrias do poder, mas na superfície da potência.

Gerar curtos-circuitos nas linhas de captura da megamáquina passa necessariamente por esta tarefa na superfície da pele, e a partir dela abrir os territórios para outros circuitos transmutadores de valores, fortalecedores das forças que compõem os corpos, potencializadoras e promotoras de uma vida ativa. Uma Grande Política começa e termina na pele, mas não se limita em nada a ela, ganha o mundo.

4.3.2. Superfície na Estrutura Burocrática

Apesar das estruturas burocráticas serem produto de uma máquina concreta de captura, apesar de estarem a serviço das forças que despotencializam os corpos, de se nutrir do investimento desses corpos no poder, que produzam rebaixamentos e segregações, tais estruturas, ainda assim, realizam estas segmentações no devir. Mesmo que sua função seja de separar os corpos e as linhas de forças do contato com esse devir, obrigando-os a investir no poder como compensação, ela realiza tal alienação no decorrer dos acontecimentos. Assim sendo, no fundo de uma máquina concreta de estruturação burocrática, que estria os espaços e codifica e sobrecodifica cada centímetro do mundo, encontramos a própria superfície do acontecimento. Tudo ocorre necessariamente na dinâmica dos devires.

Isto posto, há como produzir/conquistar a superfície mesmo nas estruturas burocráticas. Subverter sua função original e propiciar que ela produza o oposto para o qual foi programada. Do mesmo jeito que a megamáquina se utiliza das estruturas

burocráticas para fraudar a vida, pode-se realizar o inverso, fraudar as estruturas burocráticas em prol de aberturas nos territórios que sejam capazes de permitir o atravessamento de linhas de forças descodificadas.

Dar as costas para o poder não significa necessariamente fugir para as montanhas, caso ocorra assim, não há problema, desde que se apresente enquanto uma prática de si autêntica, mas em nada demanda obrigatoriamente um fugir das estruturas no sentido macropolítico. Linhas de fuga tem muito mais a ver com uma linha de voo do que, necessariamente, um *correr para longe*. A fuga se dá no sentido micropolítico para propiciar uma própria produção de si, mas no sentido macropolítico, a linha de fuga pode habitar o próprio uso das estruturas burocráticas de modo interessante à vida.

Fraudar, subverter, desprogramar as estruturas burocráticas de dentro para fora. O poder precisa ser negado a todo instante, mas há como utilizar-se da própria maquinaria despotencializadora para gerar curtos-circuitos nas linhas de captura da megamáquina. Contudo isto demanda severos cuidados (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). A história é inundada por aqueles que, a partir de causas nobres e belas para a promoção de uma vida política interessante, ao comandar as estruturas, colocou para circular, na verdade, a velha e clássica despotencialização dos corpos, captura e rebaixamentos, caiu novamente em linhas de poder e encaixou-se no sistema arbóreo da megamáquina.

Alcançar uma Grande Política por dentro de mecanismos da pequena política demanda que se tenha previamente ocorrido uma conquista significativa da superfície que falávamos à pouco, da pele. As chances de flexionar esta linha de fuga e transformá-la em uma nova linha dura a cavar buracos, voltar, a partir dela a amarrar em tetos e a projetar em muros, é muito maior do que fora do manejo de tais dispositivos de controle social, e o pior, imaginando estar subvertendo a megamáquina enquanto se estará, na verdade, a serviço da mesma. Mas é preciso que seja dito que é possível, e quando ocorre, interessantes curtos-circuitos, bastante significativos podem ser cindidos no sistema arbóreo de captura.

Um exemplo claro foram as dificuldades da Máquina de Guerra Gandhi (LELYVELD, 2012) após alcançar o controle das estruturas burocráticas de um governo (SANTOS, 2018). Tal desafio se dá por este mesmo motivo, estes

dispositivos foram construídos para controlar, a sua engenharia o leva a esse objetivo. Utilizar uma máquina para seu inverso não é uma tarefa nada simples, ao manejá-la, todo microfascismo que habitar aquele corpo, no exato momento de manipulá-la, o atravessará e se agenciará a tal dispositivo. Por isto mesmo, é demandado um cuidado de si e um habitar da superfície da pele.

Contudo, precisamos reconhecer que, por muitas vezes, temos um vício de percepção, tendemos a nos limitar em buscar na história harmonia sem conflito, paraísos eternos, um mundo estéril sem espaços para pulsações e forças, uma não aceitação do diverso desarmonioso, um resquício de uma produção de si imposta pela moral cristã (NIETZSCHE, 2019; FOUCAULT, 2010), gostaríamos de retirar o trágico da vida (ONFRAY, 2014), renegar todo o acaso, expulsar o inesperado, o aleatório, as rupturas que negam a lógica, colocar tudo que foge como um erro, uma falha, um fracasso, pois não poderiam ter lugar no mundo ordenado. Para este tipo de percepção, as iniciativas falham quando não se efetivam para todo o sempre. Não. As forças realizam o que elas podem, e duram até onde tem potência para ir, nem mais um centímetro além. Se algo aconteceu, é porque havia força para ir até aquele ponto, e se a partir de então mudou, foi porque outra linha de força impulsionou naquele sentido. Mas, quando alheio a isto, em vez de conquistar as forças e a potência que possibilite que eu fabrique o movimento que meu desejo impele, trabalho como um covarde, quero realizar a tarefa uma única vez e colher os frutos por toda a eternidade, não gostaria de realizá-la a cada instante, não aceito bem o custo da vida potente. Assim, busco agir por uma falta, nesse sentido, invisto não na produção de mim mesmo e de um desejo potente em mim nos devires, mas em um objetivo que me faltaria, um objeto a adquirir, algo que estaria ausente da realidade idealizada, que, caso alcance, a completaria, e por esse fantasma, tropeço. Do mesmo modo, sempre que me encontro despotencializado, olho para os eventos históricos sem reconhecer a dinâmica dos devires neles, distante que me encontro das zonas de passagem.

É fato de que a revolução propagada pela Máquina de Guerra Gandhi, entre infinitos desfechos, desencadeou, em uma de suas ondas, no conflito Índia-Paquistão (BERTONHA, 2002). Mas esta é só uma das linhas que tal movimento gerou. A Máquina de Guerra Gandhi produziu no campo micropolítico da

humanidade um traço inegável de proporções de difícil cálculo, ainda em propagação. O que define uma Máquina de Guerra são as linhas de fuga que ela traça e a distância e velocidade que essas ganham, e não os pontos onde empacam e geram contradições. Definir a linha de fuga por suas contradições ao chocarem-se com outras forças é ignorar a multiplicidade que os eventos e os circuitos tomam. Contudo a percepção dos eventos históricos, muitas vezes, encontra-se muito mais voltada no relato desses pontos de atolagem do que no traçado das linhas e suas ressonâncias da trama micropolítica.

Fios que passam pela Máquina de Guerra Gandhi, que ela cuida de traçar tantos outros em sentidos tão mais ou igualmente interessantes, que tocam toda a cultura humana a partir de então. Até hoje ressoando. Fios muito mais antigos, de máquinas de guerra tão potentes que atravessam o espaço e o tempo produzindo conexões por sobre essas distâncias.

É, por exemplo, uma linha abolicionista que nasce da percepção sensível desautorizando um discurso de mundo fascista, e vai ganhando ressonância e configurações diversas, desencadeia na Máquina de Guerra Dragão do Mar (XAVIER, 2009), que dará a sua própria configuração, atualizará esta linha. Singularizará na Máquina de Guerra Martin Luther King Jr (MATTOS, 2006). Black Lives Matter (ALEXANDER, 2017). As linhas de fuga criam marcas no tecido do mundo com ressonâncias incapazes de serem medidas com precisão, sem início, meio e fim claros. Tais linhas não respeitam as fronteiras da política administrativa. Quantas vezes tomei contato com uma linha de fuga interessante, que atravessou tempos e espaços incontáveis, e, de algum modo, chegou até mim, e tal linha potencializou o meu desejo, provocando-me a atualizá-la aqui e agora, ressoa-la e dar prosseguimento a este circuito virtuoso. Circuitos Históricos e Mundiais de Produção de Potência.

E o uso das estruturas burocráticas para a promoção dessas linhas ganham um impacto agudo. Mas, tal ato tem muito mais a ver com um boicotar das próprias funções desta máquina, ao manipulá-la, do que em intervir com ela na produção de algo. Sua intervenção poderá se dar para combater outras máquinas de captura em campo, mas não como uma produção da potência por essas. A potência emerge naturalmente na medida que essas máquinas parem de capturar. Estruturas

burocráticas a serviço da produção de máquinas de guerra que almejam a própria obsolescência dessas estruturas. Máquina de Guerra Ashoka (THAPAR, 2009). Funcionando em estruturas mais ou menos organizadas, estruturas macropolíticas como expressão de uma força micropolítica muito maior. E aqui parece residir o segredo: a apropriação de estruturas burocráticas para a produção de curtos-circuitos, necessita ser uma expressão de um curto-circuito já ocorrido no campo micropolítico. E não adianta nada a tomada de consciência, pois os circuitos afetivos, a topografia pela qual se deseja não se altera pelo advento da consciência. É preciso transmutar estes fatores, e, caso surja a expressão da superfície por via de estruturas burocráticas, poderá ser sim realizada via subversão desta por corpos que habitam a superfície da própria pele.

Tais corpos, manipulando as estruturas burocráticas, podem suspender os processos de produção de rostos, de ressonância de captura, de territorialização dos espaços. Suspender sua função enquanto teto. Desarrochar as amarras que penduram os corpos nele, encerrar a obrigação em virar as cabeças aos muros, em manter os olhos sempre abertos, parar a manipulação de imagens nesses muros, deixar que os corpos caiam, pendam a cabeça, virem o olhar, vejam, por si mesmos as bordas deste muro, o buraco enquanto fraude. Parar de tentar reterritorializar toda linha descodificada que propague movimentos intensos, intensivos e produtores de uma alegria autônoma e autêntica, mesmo que com isso produza a destruição dessas estruturas, deixá-las correrem, deixar que destruam o que não servir mais.

Da mesma maneira que as estruturas de poder simulam a vida para violentá-la, fingem ser a vida para pô-la em função de tudo que não expressa a sua potência. Podemos causar o inverso. Usar tais estruturas para pô-las em função da vida, da potencialização nos espaços. Fraudar a Máquina Concreta de Captura como expressão de uma Grande Política, seja nas questões locais, quanto nas nacionais e internacionais. Fazer da estrutura burocrática, antes ferramenta do poder, em Máquina de Guerra. Operar um furto sem aquisição, desapropriando o poder das estruturas burocráticas, utilizando-as como ferramenta de descodificação e liberação dos corpos. Alianças políticas e relações internacionais para este fim, interseção de desejos transbordantes a compor para a promoção de singularidades e

diferenciações que potencializam. Produção de uma Grande Política do devir no mundo.

4.4. O Rizoma

A megamáquina funciona inteiramente em um sistema arbóreo de controle e produção de rostos e desejos. Raíz, caule, galhos, folhas. E, no sentido contrário, de captura da pulsão vital. Folhas, galhos, caule, raíz. Linhas de captura e de repasse do esforço, mesmas linhas que retornam enquanto compensações em um duplo sentido despotencializante. Sistema Internacional de Impotência.

A política formal considerada no *mainstream* das Relações Internacionais trabalha exatamente por sobre a estrutura delimitada pela pequena política produtora de impotências. Cidade, estado, país, continente, hemisfério, globo, dando maior ou menor importância as organizações internacionais dentro desta árvore. Isto pelo fato de que tal conjunto de pensamento se tornou incapaz de produzir ideias fora da pequena política, é, na verdade, uma reprodutora deste formato político através da disseminação de verdades, discursos, narrativas, visões de mundo que validam e reforçam tal formatação (FOUCAULT, 2003), o ser do buraco só enxerga muros e tetos.

Tais discursos são postos a trabalhar por uma configuração topográfica semiótica específica, um estado de desejo, um circuito de captura. O campo de batalha se dá nos afetos que circulam, na mudança de tal configuração topográfica, na desobstrução das forças ativas nos corpos, na produção de um desejo produtor de realidade, contra os micro-fascismos que nos atravessam, os ressentimentos que na calada da noite escorrem do uso de nossas consciências.

A política que segue uma hierarquia dada, que vai do todo às partes em um caminho pré-determinado, alcançando naturezas de ser, que escala níveis progressivos, atende a estrutura arbórea. Cidades estão abaixo dos estados, que estão abaixo dos países, os países se relacionando via estruturas formais, consulados, embaixadas, agências de comércio exterior. Do nível 1 para o nível 2, e assim progressivamente. Caminho burocrático pré-definido. Assim a megamáquina foi organizada, e o sistema arbóreo pode ser observado nos diferentes alcances

desta. Desde a instituição familiar às relações internacionais, desde a creche à universidade, desde a organização do dia ao planejamento da vida, desde o mundo do trabalho ao planejamento do lazer. O mundo e a vida mapeados, estriados em caminhos bem pavimentados, em fronteiras definidas, em modos eleitos previamente.

Ler a estrutura da megamáquina como a estrutura final do mundo já é si por enquanto função desta. É o erudito, o escritor, o professor, o intelectual, o formador, que vai simplificar o mundo no mimetismo que a megamáquina faz dele. Esse papel tem a função objetiva de ressoar as forças centrífugas a partir da produção de verdades, de validação de discursos, do laureamento de narrativas, de compensações ao corpo eficiente e impotente. Circuitos de captura-gozo-repasse.

De modo que a megamáquina se esforça para servir como um simulacro do todo, usando do seu Sistema Buraco-Muro-Teto para inocular tal percepção-base enquanto sensação. Mas o mundo político em muito transcende a megamáquina, esta é só uma parte mais evidente que a visão descuidada consegue alcançar. Por baixo da estrutura arbórea da megamáquina reside um rizoma, e há rizomas imperceptíveis a tal olho nos espaços vagos entre e intra as folhas, entre e intra os galhos, entre e intra as raízes. Entre, intra, abaixo e acima da macropolítica, enfim, temos uma micropolítica ocupando virtualmente toda a zona da experiência humana. Todo um mundo molecular (ROLNIK; GUATTARI, 2006) por onde afloram expressões em diferentes formatos, entre eles, o de *Árvore*, mas a realidade não se reduz em nada a estes sistemas arbóreos. Confundir o mundo político com o alcance da megamáquina é uma miopia, precisamos alcançar o pensamento político ao nível do rizoma. A vida se dá por e através de rizomas (DELEUZE; GUATTARI, 2011b), e podemos pensar as Relações Internacionais a partir dele.

Para Deleuze e Guattari (op. cit.) há três grandes tipos de expressão de linhas e pontos na leitura do social. A primeira é exatamente a da *Árvore*, também chamada de *Raiz Pivotante*, a mais restrita das três. Um ponto pivô que se divide e origina outros pontos vinculados a ele. Organograma da administração burocrática do poder. As árvores genealógicas. As cadeias de captura pelas estruturas de poder. Na *Árvore*, para se realizar, por exemplo, um movimento do ponto 1 ao 3, é necessário obrigatoriamente passar pelo ponto 2. E esta regra atua por sobre toda a

sua estrutura. Nas relações internacionais podemos pensar nas tratativas diplomáticas enquanto movimentos arbóreos claros, transmissão burocrática de um desejo em uma cadeia que atende a toda uma lógica de árvore.

Mas haveria ainda outros dois tipos de interpretação do social, a segunda é justamente a Raiz Fasciculada, ou Sistema Radícula. Neste, a raiz pivotante e sua lógica arbórea foram superados (os englobando), mas a ideia de unidade não. Tão pouco se superou a concepção de um sujeito e de um objeto separados. Pensar o social através da ideia de raiz fasciculada é entender como o mundo funciona em redes. A raiz fasciculada é uma rede que conecta diferentes pontos sem necessariamente atravessar um caminho pré-determinado e obrigatório, como na raiz pivotante. São todos os Sistemas que funcionam em rede. Nas relações internacionais podemos pensar as sociedades epistêmicas internacionais, todas as sociedades civis supranacionais, os sistemas internacionais de disseminação de notícias, as organizações internacionais. Tal forma de conceber o social não rompe o suficiente com o dualismo do sistema arbóreo, pois ainda se trata em ligar pontos (formatados em sujeitos e objetos), mesmo que fora de uma hierarquia rígida, mesmo que com uma dinâmica mais acurada que a das árvores, ainda assim, buscam uma unidade perdida, buscam um todo fechado, a rede ainda sustenta sentidos, opera por direções objetivas, ainda se quer ir de um ponto a outro, mesmo que mais dinâmico e fluido que o seu antecessor. Mesmo que a rede opere inúmeras ligações entre os pontos, estes ainda são lidos como pontos em algum modo fixados, os tetos não são abolidos, os muros não são superados.

E o terceiro tipo de expressão que nos possibilita pensar o social da forma mais abrangente, seria a do rizoma. Nele estariam superadas e englobadas as árvores e as redes. Mas em nada se limitaria a tais. Estas seriam afloramentos dentro de rizomas. Um rizoma compreende uma árvore, uma rede, mas compreende muito mais que isso.

Primeiro, caminhe até a tua primeira planta e lá observe atentamente como escoar a água de torrente a partir deste ponto. A chuva deve ter transportado os grãos para longe. Siga as valas que a água escavou, e assim conhecerá a direção do escoamento. Busque então a planta que, nessa direção, encontra-se o mais afastado da tua. Todas aquelas que crescerem entre estas duas são para ti. Mais tarde, quando estas últimas derem por sua vez grãos, tu poderás, seguir o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território (DELEUZE; GUATARRI, 2011b, p. 29).

A megamáquina é, em si, uma expressão dentro de um campo rizomático. Entender as relações sociais, pensar a política enquanto rizoma, exige a incorporação dos seguintes princípios, desenvolvidos por Deleuze e Guattari no 1º volume de *Mil Platôs* (2011b):

(1) Conexão heterogênea: *Qualquer ponto pode se ligar a qualquer ponto*. Um ponto árvore pode se ligar a um ponto rede, sendo atravessados por uma linha. Não há limitação em níveis de natureza, do tipo: “Os únicos atores internacionais válidos são os Estados”, não há limitação de possibilidades num rizoma. Na árvore há uma ordem e uma sequência, na rede há uma distinção de natureza (sociedades epistêmicas formam uma rede particular, distinta de outras redes, por exemplo), no rizoma não há nem um nem outro. Tudo pode ser conectado. Pontos totalmente heterogêneos podem compor uma zona rizomática, agenciar desejos e traçarem juntos linhas, ou caminharem por sobre uma linha que atravessa ambos, sem que esses precisem largar suas singularidades e aderirem a um mesmo. A rede internacional de proteção do meio ambiente é oposta a rede internacional de mineração. No nível do rizoma, há linhas que podem atravessar ambas as redes, conjunções podem ser produzidas e algo interessante pode emergir destes dois grupos, sem precisarem constituir uma unidade a partir disto. O todo uno é uma miragem de quem só olhou e viu árvores, e no máximo, redes.

O rizoma pode ligar qualquer ponto com qualquer ponto, pelo fato de que o que ele produz não são pontos (sujeitos e objetos), mas linhas em zonas de indeterminação. O rizoma faz correr linhas para todas as direções, atravessando todos os corpos. Fazendo com que, caso estes pontos embarquem em um traçado de suas linhas, abandonem o sedentarismo de ponto e se transmutem em linhas nômades. O rizoma arrasta em direção do devir, e o devir arrasta em direção de rizomas. O devir agencia por rizomas. Todo agenciamento que é realizado nas superfícies, é rizomático.

(2) Multiplicidade: *As multiplicidades são rizomáticas*. Não é o caso de um uno que se faz múltiplo, esta ainda encontra-se na limitação da rede, é o múltiplo que não remete a nenhuma unidade, a multiplicidade não utiliza nenhum ideal totalizante para usar como pivô na sua multiplicação, desse modo, não se deixa sobrecodificar, pois a realidade apreendida pelo princípio de multiplicidade sempre se

compreenderá como aberta e em constante transformação. As linhas de um rizoma conectam pontos mudando seu estado a todo instante, variando velocidades e sentidos. Reconhecer a multiplicidade rizomática é abandonar a ideia de um sujeito fechado e permanente que passa a perceber os diagramas de forças que atravessam os corpos, realizando múltiplas conexões, mas não só isso, compreender que a multiplicidade rizomática é uma abertura para o que ainda não ocorreu, para a possibilidade de efetuação de sentidos que seriam impossíveis em um sistema arbóreo ou em rede.

A zona de indeterminação funciona como um campo de possibilidades infinitas por onde emana todo o acaso. A multiplicidade é a abertura para tal zona. O corpo que se abre para essa zona de composição, está se abrindo para a compor com o indeterminado. Compor com o inesperado não se resume a um movimento passivo de aceitar o acaso, mas sim de criar com todo o acaso, pois há linhas nele que, se tomadas, como o fazia o pequeno príncipe (SAINT-EXUPÉRY, 2017), que, ao se permitir ser arrastado por linhas de fuga, abre-se para possibilidades impossíveis de surgirem enquanto fechado em seu pequeno mundo, voltando-se a criar, nos rizomas, e a partir de sua singularidade, enquanto expressão de uma multiplicidade única sem unidade alguma. O único aqui não é de unidade, mas de diferença, de inédito.

A singularidade não é um uno que se destacou do múltiplo, mas a configuração momentânea e efêmera da multiplicidade que aflora tal qual uma onda do mar a se levantar, a se arrastar e a se quebrar, retornando ao mar para emergir novamente totalmente diferente das milhares de antecessoras. *Mas de onde a onda veio? Para onde retornou?* Ela era uma expressão singular do mar, é o mar diferindo de si mesmo a cada instante em multiplicidades infinitas. Tal singularidade só consegue se perceber assim, se si observar que é, antes de tudo, mar em vez de onda. Tal percepção a fará entender a conexão íntima que tem com todas as demais ondas que emergem e quebram ao seu redor ou em oceanos muito distantes. A onda é uma singularidade do rizoma mar.

(3) Ruptura: *O rizoma comporta rompimentos*. Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p 26) irão refletir: “Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não

estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?” Isto significa que as árvores e redes se originam de um rompimento com um plano puramente rizomático, emergindo em uma formatação estratificada, realizando linhas de capturas despotencializadoras, mas a todo momento tais estruturas não param de serem rompidas por fissuras que religam os pontos, os estratos, as estrias a um espaço liso rizomático, desestratificando, desterritorializando, fazendo dos pontos, linhas.

Assim, se queremos abrir uma estrutura despotencializadora para uma nova relação rizomática capaz de se relacionar de modo mais interessante com a vida, o que precisa ser realizado é encontrar tais microfissuras e fazer correr por elas as linhas desterritorializadas. Entender, sem maiores apreensões, que o rizoma comporta tais rompimentos, e que é através deles que o trabalho das Máquinas de Guerra se realiza, a favor de uns rompimentos e contra outros.

(4) Cartografia e decalcomania: *O rizoma produz mapas e não decalque.* Decalcar é o ato de produzir cópias através da estrutura social. A árvore decalca a todo momento, a rede procura um decalque universal perdido enquanto preserva os decalques de sujeitos, o rizoma abandona todo e qualquer decalque. O ato de decalcar é o que dá longevidade aos tipos arbóreos, e a busca de um decalque e a crença no sujeito é o que fecha a rede e a mantém projetando e representando.

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 30)

O mapa que o rizoma produz tem infinitas entradas. O mapa sempre é aberto e propositivo, enquanto que o decalque sempre retorna ao mesmo. O homem universal, o poder, o Estado Soberano racional, o interesse das nações, a anarquia internacional, decalques sobre decalques. E o decalque sempre é posto por sobre os mapas, ele precisa tampar as aberturas do mapa, precisa mimetizá-lo a todo instante. Fazer do mapa uma imagem. O decalque é a transformação da linha em

ponto, de modo tal que o que o decalque produz são somente impasses, tampões, bloqueios às fissuras que levam ao mapa.

A decalcomania não permite que nada escape a ela,

Deixarão que vocês vivam e falem, com a condição de impedir qualquer saída. Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz. Toda vez que o desejo segue uma árvore acontecem as quedas internas que o fazem declinar e o conduzem à morte; mas o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 32)

Contudo o rizoma não respeitará esse esforço contínuo das forças de decalque. A potência sempre criará novas rupturas, nem que seja por dentro dos decalques, fazendo deles promotores de usos escusos aos quais foram programados. Fazer do decalque entrada para o devir, fazer do oco do tronco, passagem, do galho, trampolim.

O rizoma não compreende um centro, mesmo que múltiplo, é um sistema acentrado, do mesmo modo, o rizoma não hierarquiza e nem produz caminhos prévios. Cada caminho tem que ser traçado livremente por sobre a vigência da potência em ato. O rizoma não tem começo nem fim, só meio. Enquanto que a árvore opera por filiação, o rizoma produzirá alianças por conjugação. Duas linhas conjugam suas potências traçando uma nova cartografia no mapa que faz com que ambas encontrem meios inéditos de criação de realidade intensa. Inédito porque precisou ser criado, mas também porque é fruto da conjunção de suas singularidades não hierarquizadas, heterogêneas, que produzem sem precisar uma anular a outra. Intenso porque não estão a decalcar, a se rebaixarem a pontos fixos ou na busca pelo poder, mas imersos em uma dinâmica de expressão de um desejo sem falta alguma.

O rizoma produz trocas indistinguíveis com o meio a todo instante. E é essa característica que faz dos rizomas: zona de conexão heterogênea, plano de multiplicidade, sempre sujeito a rupturas e produtor de uma cartografia aberta através dos devires, faz do rizoma mapa.

Cabe a nós pensar as relações internacionais não mais enquanto árvores, com seus decalques hierárquicos, ou ainda, limitados em rede, com suas fixações em pontos, projetando e representando em sujeitos e objetos. Mas pensar as

relações internacionais enquanto cartógrafos de mapas totalmente diferentes daqueles que expõem os buracos negros de captura, os centros de poder, como alguma espécie de ápice da condição política internacional. E é nesse sentido que nos encaminhamos para as Considerações Finais desta dissertação. A partir dos conceitos aqui construídos, como pensar/participar do campo das relações internacionais, ou seja, como sair do Buraco para a Superfície, e assim, produzir uma Grande Política do devir no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até este ponto nos esforçamos para trabalhar uma linha de pensamento orquestrada pelo que chamamos de Filosofia Política do Devir. Com ela trouxemos inúmeros conceitos para um entendimento do mundo político, seja micro, seja macro. Nos utilizamos de uma forte alegoria, a de um buraco cercado por muros e fechado em um teto, com corpos pendurados nesses, com seus rostos presos pelas amarras em um fantasma no teto a representarem e projetarem nos muros, com seus olhos mantidos artificialmente sempre abertos a mirar em tais projeções e representações, os afastando de um contato direto com a superfície. E tratamos de cada imagem-conceito desses, buraco, muro, teto e superfície, e esta foi a maneira que encontramos para ordenar nossa trilha conceitual. Contudo, ao falarmos da superfície concluímos que tudo era superfície. O buraco, o teto, o muro, em um sentido último, são superfícies. Ou seja, a superfície não é um novo ideal, um novo fantasma a amarrar o desejo.

A sutileza do devir ser superfície é exatamente o de dispensar de uma vez só todo ideal, a reconquistar/produzir o elo que separava o homem do mundo, mas não de um mundo idealizado, seja esse ideal de qualquer natureza, mas do mundo real, que transcorre e não para de acontecer, exatamente do jeito que acontece, mas também como possibilidades infinitas e não pré-concebidas para o qual o mundo se abre, colocando nossas forças nessa tarefa, sem precisar recorrer ao duplo esperança-medo.

Nesse sentido, o Sistema Buraco-Muro-Teto é um aspecto da superfície como uma linha de expressão em sua multiplicidade. Um estado político quando o desejo se encontra empacado, o corpo perdeu o elo com o mundo em acontecimento. Assim, a separação desse sistema da superfície, atendia apenas a uma estratégia didática em um encadeamento lógico a ser trabalhado, aqui, precisamos desfazer os nós fixos desta alegoria e ver a questão pela ótica da superfície, onde tudo alcança, não haveria como não ser. Desse modo, olhamos para o Sistema Buraco-Teto-Muro e para a Superfície para além do maniqueísmo do bem contra o mal. Ou a superfície como uma nova expressão de um desejo construído historicamente em nós de uma busca incessante por um paraíso eterno. Não. O devir é isto que se apresenta, mas

sem as representações e projeções que a consciência produzida em nós lhe acrescentaria.

Na exata medida que se alcança um cuidado de si, caminhos micropolíticos de construção de uma produção de si que desfaça os efeitos de uma Máquina de Captura a fazer essa tarefa por nós em nome de uma lógica alheia a vida, possibilitamos acessar a essa zona indefinida do devir, onde as possibilidades se apresentam – não como ideais fantasmáticos, mas exatamente como seu contrário, o impossível real, o inimaginável. O acaso é o inimaginável, é o que a consciência não consegue tocar, e assim, não consegue excretar seu ressentimento sobre. O acaso é o inimaginável sendo produzido a todo instante. Estar em contato com o devir, fazer/pensar política a partir deste ponto é o que chamamos de Grande Política.

As linhas se cruzam, as forças se conjugam, e algo inédito surge daí. Essa sempre foi a forma com que os acontecimentos emanam na trama da realidade. A questão que tentamos trazer nesta obra foi: *Qual a natureza micropolítica das forças que estamos traçando em tal trama, dos nossos pequenos atos desde os mais banais em nosso cotidiano até os mais eloquentes? Qual a política que colocamos em curso no constante choque com essa zona inédita?* Em outras palavras, o que se quer dizer é: A Política pode ser definida enquanto luta pelo poder no mesmo sentido que eu posso ser definido por um sinal em meu nariz. É uma simplificação demasiada. A política está nas formas com que nos relacionamos com todo e qualquer acontecimento, pois isso expressa toda uma micropolítica do desejo, e produz uma macropolítica como resultado. Ou seja, a macropolítica é resultado de um universo micropolítico, nos termos deste trabalho: As Máquinas Concretas são, primeiramente, produzidas pelas Máquinas Abstratas, e só em um segundo momento se coordenam, no ato de reprodução, se coproduzindo.

Como poderia as relações internacionais estarem alheias a isto? Não teria como. Se a macropolítica é expressão de máquinas micropolíticas, e estas ocorrem no âmbito de cada corpo em suas relações cotidianas, e até virtuais com as próprias forças que os compõem, como eu poderia ignorar isto ao pensar nas relações internacionais? Só poderia fazê-lo se eu não reconhecesse os processos rizomáticos pelos quais a realidade se produz, e simplificasse a política às cadeias de captura da

megamáquina. Eu precisaria olhar para a política posta em prática no mundo e ver apenas sistemas arbóreos, e, no máximo, redes. Precisaria ver apenas pontos fixos e nunca linhas, olhasse o mundo e vê-se apenas decalques e nunca um mapa. Ignorasse os circuitos de afetos que atravessam os corpos e as lógicas de desejo que se apresentam, ignorasse toda uma economia libidinal em franco curso no mundo a produzir, corpos, desejos, rostos, saberes, entre esses, as próprias teorias convencionais das RI.

A quem serve esta destituição dos corpos reais, concretos, meu e seu, essa desqualificação do cotidiano, dos lugares que se habita, no pensamento das RI? A quem serve esta visão míope e impotente do maistream das RI, onde Grandes Potências gerariam tão somente circuitos de despotencialização no espaço do mundo? As forças potencializadoras da vida que não. Como vimos, tal miopia é produto da própria produção de uma impotência sistêmica, e que tal sistema é produzido internacionalmente, mas num nível de escala apenas, a produção se efetiva concretamente no local, no singular, em cada corpo, em cada território. Se assim o é, a produção de algo diferente a isto, produção de potência e de uma percepção mais lúcida do mundo, só pode ocorrer no local, em cada território, onde o nosso corpo é o primeiro e principal desses. E o meu corpo não sou esse “eu” fixado, mas um conjunto de linhas de forças que me atravessam e se conjugam, linhas que partiram de pontos muito distantes, no espaço e no tempo, algumas a atravessar corpos desde sempre, e que, ao conjugá-las com uma miríade de outras linhas, dou um sentido singular a este complexo, sempre em diferenciação, lançando estas linhas de volta no mundo pela minha expressão concreta a afetar outros territórios. O corpo já é um território onde se exerce uma política internacional, seja na produção de potência, seja na produção de impotência. O lugar que se habita, igualmente. Nesse sentido, o corpo e o lugar que este corpo habita, são campos das relações internacionais de uma Grande Política.

É possível suspender o processo de decalque nas relações internacionais, de rebaixamento a condição sedentária de ponto, e usar o campo para pensar criando linhas de conjugação da potência que abram fissuras na megamáquina, nas limitações das redes, para reengendrar processos rizomáticos de produção de potência por conjugação de linhas em singularidade.

Produzir, não uma cosmopolítica que reduz a multiplicidade ao mesmo, mas uma caosmopolítica que seja capaz de conectar e ao mesmo tempo apreender não só a diferença, mas o mais importante, o próprio processo de diferenciar a cada instante. A potência busca diferir de si mesma. Uma Grande Política do devir no mundo precisa utilizar-se da abertura para a multiplicidade e, a partir daí, construir linhas de composição, agenciamentos, alianças produtoras de vida ativa e potente, capazes de encontrar em sua própria dinâmica de expressão às condições que bancam a produção de uma política que promova a vida ativa.

Encontrar as próprias forças no seio de um desejo que nada falta, pensando as relações internacionais por cartografia de linhas em mapas. Não mais reféns de uma decalcomania mundial, mas perscrutando no espaço do mundo por onde estas linhas de forças potentes estão atravessando, por onde se abrem fissuras na megamáquina, por onde correm circuitos de afetos desterritorializantes, e conjugar a sua própria máquina desejante a esses fluxos interessantes a vida. E, se não conseguir encontrar, criá-las – por todo lado há aliados –, formar bandos, fazer Máquina de Guerra.

Pensar as relações internacionais a partir do rizoma é romper completamente com as limitações dos pressupostos clássicos do *mainstream* das RI. Estes estão limitados aos formatos arbóreos e, no máximo, ao formato em rede de uma concepção do social. Ao incluir uma compreensão de rizoma como base do pensamento da política mundial, faz com que – em relação ao pensamento *mainstream* – mudemos radicalmente as direções de investigação do campo.

Em especial a concepção de atores de relevância nas relações internacionais. A filosofia política do devir, como discutida neste trabalho, demonstra que as instituições, estruturas burocráticas, centros de poder no mundo, tem relevância particular apenas quando considerada a pequena política. Quando alargamos a discussão incluindo o advento de uma Grande Política, os atores com relevância serão agora as Máquinas de Guerra, os processos de singularização, os circuitos de afetos, as iniciativas produtoras de uma caosmopolítica.

O lugar de atuação de uma Grande Política para uma promoção de relações internacionais aderentes a essa, não é necessariamente em um espaço internacional. Mas, precisamente, nos lugares que se habita. Onde o devir faz

superfície na pele do agente. É no local que as fissuras são abertas, as rupturas alargadas por máquinas abstratas, onde circuitos são reforçados ou iniciados e que ganharão uma dinâmica muito além das fronteiras da burocracia estrutural que tenta decalcar tais linhas.

Não preciso de uma fronteira entre dois Estados Soberanos para abrir circuitos de afetos, agenciar máquinas desejanter e produzir efeitos sobre o tecido do mundo. Tais efeitos ocorrerão necessariamente porque o mundo é rizoma antes de ser árvore ou rede. A realidade opera em dinâmicas rizomáticas que desrespeitam a todo momento a hierarquização arbórea, e ultrapassam sem pedir permissão aos sistemas em rede. Há inúmeras sementes aguardando as condições sociais condizentes para eclodirem no tecido do mundo, todas plantadas em atos locais, inúmeras nunca imaginaram que suas iniciativas ganhariam qualquer ressonância fora dali. Mas não é o ato de eclodir ou não que faz de certo circuito afetivo internacional, é a própria capacidade imanente em cada ato de ganhar proporções rizomáticas em dinâmicas mundiais que faz do agir no lugar que se habita um ato internacional.

Além disso, não dá para averiguar com qualquer precisão as dinâmicas micropolíticas que influenciaram esse ou aquele circuito. Processos profundamente rizomáticos residem por trás dos atos e eventos políticos, de modo que cadeias não hierarquizadas, insondáveis, múltiplas, se agenciam por rizomas e desencadearão efeitos inimagináveis, em uma espacialidade e temporalidade incapazes de serem restringidas.

Há processos em escala internacional ocorrendo a todo instante de modo imperceptível para a pequena política, linhas que atravessam, conjunções de máquinas desejanter que rodam o globo, circuitos afetivos, Máquinas de Anti-Captura que se agenciam, conjugam suas linhas de força e se retroalimentam sem necessariamente nunca terem se comunicado oficialmente, às vezes com profundos fossos espaciais, culturais, temporais entre eles. *Quanto da Máquina de Guerra Gandhi ainda hoje ressoa linhas no mundo?*

As relações internacionais de uma Grande Política é a cartografia dessas linhas, encontrando as cadeias de afetos em curso, as máquinas e seus cortes, mas

ainda mais importante, é a produção das próprias linhas, das próprias Máquinas de Guerra, curtos-circuitos no lugar que se habita por, e através, dos devires.

Deleuze e Guattari (1991) fazem uma pergunta inescapável, e a recuperamos aqui para traçar as linhas finais desta obra. “Mas o que é isso que fiz toda a minha vida?” (p. 1). *Que tipo é esse de política que praticamos em nossas relações, conosco, com o outro, com a vida, com os acontecimentos que nos alcançam? O que estamos a fazer dos nossos desejos, das nossas pulsões, dos nossos esforços? Onde nos encontramos realmente investindo?*

O vínculo entre o homem e o mundo, pela produção de uma megamáquina, se encontra desencontrado (DELEUZE, 2005). As alianças que uniriam a humanidade ao mundo estão rompidas. Mas o rizoma é o campo que propicia sempre novos começos, em infinitas superfícies. É preciso construir este elo, ou melhor, fabricar Máquinas de Guerra que produzam tal vínculo a todo instante.

Guattari (1990) irá nos dizer que a cabeça se separou do corpo. É preciso religar a cabeça ao corpo, e, dessa vez, oferecer ao corpo na superfície a primazia de vivermos por sobre a sua lógica. Não precisamos de uma racionalidade, precisamos de uma fisiologia (TÓTORA, 2008). Não precisamos de morais controladoras, precisamos de uma ética (FOUCAULT, 2010) que faça atravessar as forças interessantes em nós.

O elo é a superfície do devir. Precisamos reconquistá-la em suas diferentes facetas, de forma constante e cada vez mais sutil. Estabelecer e sustentar uma confiança perante a vida, e isto é um movimento, libidinal, político, econômico e social. Reencontrar a via que traz a política para relação de nós mesmos com cada acontecimento, como um eterno meio sem finalidades totalizadoras. Não precisamos acreditar que outro mundo é possível, estaríamos, mais uma vez, projetando e construindo fantasmas, precisamos aprender a compor com o impensável neste mundo a cada ato, na exata medida em que o abrimos para as possibilidades virtuais que reside no devir à espera de fissuras, permitindo assim, o atravessamento de linhas interessantes nas realidades concretas que habitamos.

Nos esforçamos nesta dissertação para traçar uma base teórica que possibilitasse pensar uma Grande Política do devir no mundo. Como um rizoma, as linhas que foram cartografadas neste trabalho abrem-se para possibilidades infinitas

de desdobramento. Mas gostaríamos de indicar que há algumas superfícies que entendemos que possibilitariam um avanço no arcabouço das teorias aqui tratadas, uma delas seria a Superfície da Educação, pensando uma educação para a potência, outra seria a da Superfície da Borda, pensando a produção de superfície por aqueles segregados da megamáquina. Além disto, imaginamos ser importante que se invista tal arcabouço teórico na análise de processos históricos concretos, aplicando-o diretamente em estudos de caso.

Entendemos ser interessante que se articule, em dobras futuras, este arcabouço teórico para a produção de um conhecimento histórico que se proponha em empreender uma narrativa da potência em vez de uma história do poder. Como também, consideramos salutar futuras pesquisas que busquem alguma compreensão da geografia política do mundo baseada na Grande Política, inversa a geopolítica do poder. Pois uma história dos grandes eventos, do registro do poder, e uma geografia baseada apenas na pequena política, apresentou-se como uma das grandes dificuldades para a formulação deste trabalho, em especial na busca de exemplos.

Gostaríamos de finalizar esta obra afirmando que está em nossas mãos a produção de uma Grande Política, e que a revolução se faz no nível molecular de nossas peles, precisamos retornar o foco político para a própria pele, para os nossos desejos e assim percebermos como produzimos tudo o que vemos como exterior a nós mesmos, inclusive a realidade da política mundial em curso, assim, temos, cada um, uma revolta para orquestrar no coração de cada máquina desejante. Mãos à obra.

Podemos pensar as Relações Internacionais sem ter que abandonar o corpo mais uma vez, renegar o lugar onde vivemos concretamente, mas exatamente o contrário, é nos corpos e nos lugares concretos onde a vida afetiva se estabelece que encontramos as fontes originárias das questões tratadas nas RI. Trazer a política mundial para a nossa pele, para as relações sociais que articulamos no cotidiano, para o chão que pisamos, para os territórios que produzimos. Se não conseguirmos nos implicar na produção disso que chamamos de relações internacionais, não haverá produção criativa em zonas indeterminadas, restaria apenas exercícios de raciocínio sobre um campo, em muitos sentidos, infecundo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. Seizing the Stage: Social Performances from Mao Zedong to Martin Luther King Jr., and Black Lives Matter Today. **TDR/The Drama Review**, v. 61, n. 1, p. 14-42, 2017.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8, 2008.
- ANDRADE, Leonardo de; FELDENS, Dinamara Garcia. Nietzsche, ressentimento e educação: provocando desterritorializações. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 2, n. 3, p. 99-112, 2015.
- AMBRÓZIO, Aldo; ALVIM, Davis Moreira. Potências do político em Deleuze e Guattari: a megamáquina política. Lugar Comum–Estudos de Mídia, Cultura e Democracia **Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação–LABTeC/ESS/UFRJ**–Vol 1, n. 1,(1997)–Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37-38–mai-dez 2012.
- ALLISON, Graham. **Destined for war**: Can America and China escape Thucydides's trap?. Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- ALVIM, Davis. A megamáquina política: poder, resistência e deserção. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 4, n. 07, 2012.
- ANDRADE, Maria. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARMSTRONG, Karen. **Campos de sangue**: religião e a história da violência. Editora Companhia das Letras, 2016.
- ARON, Raymond. Paz. **Guerra entre as nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- BATISTA, Fábio; HEUSER, Ester Maria Dreher. Aproximações à máquina capitalista. **Revista Diaphonía**, v. 3, n. 1, p. 179-188.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.
- BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. EDIPRO, 2020.
- BERTONHA, João Fábio. Índia e Paquistão: guerra nuclear e geopolítica no sul da Ásia. **Meridiano 47**, v. 3, n. 23-24, p. 4, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 100, p. 155-185, 2017.

_____. **Nação, sociedade civil, estado e estado-nação: uma perspectiva histórica**. 2009.

BITTERBIER, Solange. Ação e duração: a visão bergsoniana da liberdade. **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**. São Carlos, 2011.

BOAVENTURA, Flávio. Ciência, arte e devir em Nietzsche. **Sapere Aude**, v. 1, n. 2, p. 22-34, 2010.

BORGES, Jorge Luís. **Sobre o rigor da ciência**, História Universal da Infâmia, ed. Assírio e Alvim, 1982.

BRANHAM, R. Bracht et al. **Cínicos (Os)**. Edicoes Loyola, 2000.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**—Um estudo da ordem na Política Internacional. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/UnB/IPRI, 2002.

BURGESS, Anthony. **A laranja mecânica**. ALFAGUARA, 2014.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio. O conceito de região e problemas filosóficos: significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do espaço liso e do espaço estriado. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, p. 7-21, 2011.

CASELL, Catherine; SYMON, Gillian. **Qualitative methods in organizational research**. London: Sage Publications, 1994.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Clube de Autores (managed), 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O mito da caverna**. 2003.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitiva. **Clastres, P. Arqueologia da violência – Ensaios de antropologia política**. Editora Brasiliense, p. 169-203, 1982.

_____. **A sociedade contra o Estado**. Editora Cosac Naify, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Editora Vozes Limitada, 2013.

CONILL-SANCHO, Jesús. A "grande política". **Cadernos Nietzsche**, v. 36, n. 2, p. 83-116, 2015.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. Potência e estética de si: a vida como obra de arte e a ética do eterno retorno em Nietzsche. **Captura Crítica**: direito, política, atualidade, v. 2, n. 2, p. 269-299, 2010.

DALBOSCO, Claudio Almir. Um ponto cego na formação moral do sujeito moderno? Giacoia Junior e a crítica nietzschiana à fundamentação do si mesmo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 12, n. 1, p. 58-76, 2005.

DA CRUZ, Alexandre Dutra Gomes; FERRARI, Ilka Franco. Práticas sacrificiais na atualidade: o paradigmático exemplo da segregação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 2, p. 165-180, 2013.

DE GAULLE, Charles. **La France n'a pas perdu la guerre**: discours et messages. Didier, 1944.

DE SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O pequeno príncipe**. Editora Melhoramentos, 2017.

DE SOUZA, Anderson Alves. **Contextualizando a história**: a origem da invenção dos símbolos nacionais. Letras, n. 56, p. 99-108, 2018.

DE TOLEDO BARBOSA, Mariana. Roberto Machado, Gilles Deleuze e a filosofia. **TRÁGICA**: Estudos de Filosofia da Imanência, v. 15, n. 1, 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo, Ed 34, 2011a.

_____. **Anti-Oedipus**: Capitalism and Schizophrenia (New York: Viking). Europe's 21st Century Challenge, v. 300, 1977.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. São Paulo: Ed 34, n. 1. 2011b.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. São Paulo: Ed 34, n. 1. 2011c.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Ed 34, n. 1. 2012a.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 4. São Paulo: Ed 34, n. 1. 2012c.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo: Ed 34, n. 1. 2012b.

_____. **O que é a filosofia?**. Editora 34, 1991.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. **Cadernos de subjetividade**, p. 13-25, 1996.

_____. **A filosofia crítica de Kant**. Autêntica, 2018b.

_____. **Conversações**. Editora 34, 1992.

_____. **Nietzsche e a filosofia**. ISBN: 978-856-694-356-6. 1 ed., 2018.

_____. **Espinosa e o problema da expressão**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 247, 2017.

_____. **A imagem-tempo: cinema 2**. Brasiliense, 2005.

_____. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, 1974.

_____. **Apresentação de Sacher-Masoch: o frio e o cruel**. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Taurus, 1983.

DE LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. Ed. Antígona, 1986.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Editora Sinodal, 1997.

DO RIO, Gisela Pires. Mares e Oceanos: novas fronteiras da regulação territorial?. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, n. 1, p. 61-72, 2018.

DOSSE, François. Os engajamentos políticos de Gilles Deleuze. **História: Questões & Debates**, v. 53, n. 2, 2010.

FERRAZ, M. C. F. Estatuto paradoxal da pele e cultura contemporânea: da porosidade à pele-teflon. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 27, p. 61-71, jun. 2014.

FERREIRA, Jean. Máquina de guerra e aparelho de Estado: A geo-filosofia de Deleuze e Guattari em Mil Platôs. **Kalagatos: Revista de Filosofia**, v. 11, n. 21, p. 353-371, 2014.

FLAUSINO, Cristina Valéria. **Rosto e rostificação: Os modos de operar da máquina abstrata da rostidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019

FONTES, Maria. Aprender com Bion: a maiêutica bioniana. **Jornal de Psicanálise**, v. 45, n. 83, p. 157-169, 2012.

FONTES FILHO, Osvaldo. Francis Bacon sob o olhar de Gilles Deleuze: a imagem como intensidade. **Viso: cadernos de estética aplicada**, v. 3, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

_____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 2006.

_____. **Estratégia, poder-saber: Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Papyrus Editora, 2006.

FROMM, Erich. Sobre o sentimento de Impotência. **Dissonância**: Revista de Teoria Crítica, v. 1, n. 1, 2017.

FUGANTI, Luiz. **A ética como potência e a moral como servidão**. São Paulo, 2001.

_____. Corpo em devir. **Sala Preta**, v. 7, p. 67-76, 2007.

_____. Biopoder nas políticas de saúde e desmedicalização da vida. **Direitos Humanos?**, 2007.

GARAVITO, Edgar. Deleuze: Máquinas de guerra y aparatos de captura. **Revista de Extensión Cultural**, 1996.

GHEORGHIU, Virgil. **A 25ª hora**. Intrínseca. Rio de Janeiro, 2014.

GIL. Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Rafael Alvarenga. O Platão de Deleuze. **Princípios**: Revista de Filosofia (UFRN), v. 26, n. 51, p. 87-105, 2019.

GRABOIS, Pedro. Sobre a articulação entre cuidado de si e cuidado dos outros no último Foucault: um recuo histórico à Antiguidade. **Ensaios filosóficos**, v. 3, p. 105-120, 2011.

GUATTARI, Félix. **Plan sobre el planeta**: Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares. Madrid. 2004.

_____. **O inconsciente maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Campinas, SP, 1988.

_____. **As Três Ecologias**, Ed. Campinas & Papyrus: São Paulo, 1990.

GUERREZI, Evânio Márlon et al. **Estado e resistência**: Deleuze, Guattari e a distopia do real. 2015.

GUMIERO, Gustavo et al. **Nas entranhas da Máquina Capitalista**: entre sujeição social e servidão maquínica. 2015.

GODOY, Ana. Educação, meio-ambiente e subjetividade na sociedade de controle: por uma ética dos afectos. **Revista Interações**, p. 8p.-28p., 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. GEOgraphia, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. L&PM, 2015.

HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World politics**, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.

HEUSER, Ester Maria Dreher. **Deleuze e Masoch: a frieza da pornologia**. Revista Margens Interdisciplinar, v. 6, n. 7, p. 67-84, 2016.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. LeBooks Editora, 2019.

HOBBSAWM, Eric John; LAINS, Carlos; DE ALMEIDA, José Soares. **A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito, realidade**. 2004.

HOFFMANN, Christian. O desejo de servidão voluntária e a violência: O corpo do poder, o corpo social e o corpo do gozo. **Estudos de Psicanálise**, n. 38, p. 45-51, 2012.

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Contraponto, 2006.

JÚNIOR, Eduardo José Marandola. O imperativo estético vocativo na escrita fenomenológica. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 22, n. 2, p. 140-147, 2016.

KAFKA, Franz. **O processo**. Editora Vozes, 2019.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua: um projeto filosófico**. Editora Vozes, 2020.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. Casa do Psicólogo, 2007.

KEOHANE, Robert; NYE JR, Joseph. **Power and interdependence in the information age**. Foreign Aff., v. 77, p. 81, 1998.

KÜHN, Adriana et al. **Guerra e persuasão**: estudo de caso da operação psicológica do exército brasileiro no Haiti. 2006.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. Abril Cultural, 1984.

LELYVELD, Joseph. **Mahatma Gandhi**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Luciene et al. **As inscrições corporais nos diagramas de forças de Deleuze e Guattari**. 2018.

LIMA, Vladimir. **Deleuze-Guattari e a ressonância mútua entre filosofia e política**. Editora Ponteio-Dumará Distribuidora Lta, 2016.

LOPES, Jecson Girão. **Os afetos e a política em Spinoza**. Revista Húmus, v. 2, n. 6, 2012.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2009.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 2012.

MARTON, Scarlett. "O eterno retorno do mesmo," a concepção básica de Zaratustra". **Cadernos Nietzsche**, v. 37, n. 2, p. 11-46, 2016.

MATTOS, Paulo Ayres. A trajetória de Martin Luther King Jr.: uma obra inacabada. **Caminhando**, v. 11, n. 2, p. 69-80, 2006.

MATTIOLI, William. O devir e o lugar da filosofia: alguns aspectos da recepção e da crítica de Nietzsche ao idealismo transcendental via Afrikan Spir. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 128, p. 321-348, Dec. 2013.

MEARSHEIMER, John J. et al. **The tragedy of great power politics**. WW Norton & Company, 2001.

MENEGAZ, Julia García Távora. Os Direitos Humanos Dos "Sem Pátria". **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 43, p. 98-109, 2018.

MESQUITA, Fabrício. **Sêneca e o estoicismo**. Alétheia-Estudos sobre Antiguidade e Medievo, v. 2, n. 2, 2018.

MOLES, L. John. **Cosmopolitismo cínico**. Os cínicos. O movimento cínico na antigüidade e o seu legado, p. 121-136, 2007.

MOREAU, Pierre-François. **Spinoza**: uma teoria do homem. Uma antropologia materialista. O que nos faz pensar, v. 26, n. 41, 2018.

MORGENTHAU, Hans. J. **Politics among nations**. The struggle for power and peace. 3. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1965.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Editora Vozes Limitada, 2018.

_____. **O homem que sabe**. Editora José Olympio, 2013.

MIOTTO, Marcio. Da Psicologia à Questão da "Morte do Homem" em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, v. 39, n. 2, p. 119-146, 2016.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **Revista Margem**, n. 16, p. 129-135, 2002.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem**. Poder e potência em Spinoza, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Editora Companhia das Letras, 2011.

_____. **Além do bem e do mal**. Editora Companhia das Letras, 2005.

_____. **A vontade de poder**. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Crepúsculo do Ídolos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **A gaia ciência**. Editora Companhia das Letras, 2017.

_____. **Genealogia da moral**. LeBooks Editora, 2019.

OLIVEIRA, Jelson. Nietzsche e Epicuro: aproximações em torno da filosofia como metáfora médica. **Revista Filosofia Capital**-ISSN 1982-6613, v. 5, n. 2, p. 60-75, 2010.

ONFRAY, Michel. **A sabedoria trágica**: sobre o bom uso de Nietzsche. Autêntica, 2014.

PARNET, Claire; DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. Tradução de: RIBEIRO, EA São Paulo: Escuta, 1998.

PECEQUILO, Cristina. **Teoria das Relações Internacionais**: O mapa do caminho: estudo e prática. Alta Books Editora, 2019.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sobre o corpo-afeto em Espinosa e Winnicott. **Revista Epos**, v. 4, n. 2, p. 00-00, 2013.

_____. A lei do desejo e o desejo produtivo: transgressão da ordem ou afirmação da diferença. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 109-127, 2004.

PINHEIRO, Juliana. As paixões segundo Descartes: obscuras e irrecusáveis experiências. **Controvérsia**, v. 3, n. 2, p. 07-18, 2014.

PINHO, Luiz Celso. A vida como uma obra de arte: esboço de uma ética foucaultiana. **Ética e alteridade**. Seropédica: Editora da UFRRJ, p. 1-13, 2010.

RAMACCIOTTI, Bárbara Lucchesi. Deleuze e Chauí: leituras paralelas sobre a ética de Espinosa. **Cadernos Espinosanos**, n. 29, 2013.

_____. Deleuze: a filosofia prática de Espinosa. **Nota preliminar**, p. 45, 2013.

REGINSTER, Bernard. Ressentimento, poder e valor. **Cadernos Nietzsche**, v. 37, n. 1, p. 44-70, 2016.

RIBEIRO, Vladimir. A importância do pensamento de Nietzsche em o anti-Édipo para a formulação de uma economia política primitiva. **Griot: revista de filosofia**, v. 6, n. 2, p. 83-97, 2012.

RIBEIRO, Luís Felipe Bellintani; NETO, Roberto Torviso. Etnicidade Em Questão No Século Iv Ac: O Discurso Pan-Helênico e o Cosmopolitismo Cínico-Estoico. **Revista Hélade**, v. 3, n. 2, p. 28-40, 2017.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. n-1 edições, 2019.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Por uma crítica da economia libidinal. **Ide**, v. 31, n. 46, p. 16-26, 2008.

_____. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Autêntica, 2016.

SANCHEZ MECA, Diego. Nietzsche ou a eternidade do tempo. **Cad. Nietzsche**, São Paulo, n. 33, p. 181-196, 2013.

SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. Editora Brasiliense, 1982.

SANTOS, Bernardo dos. **O capitalismo axiomático de Deleuze e Guattari**: sobre o sentido da ideia de “axiomática geral dos fluxos descodificados” elaborada em O Anti-Édipo e Mil Platôs. 2016.

SANTOS, Maria. A lição de Heráclito. **Trans/Form/Ação**, v. 13, p. 01-09, 1990.

SANTOS, Pedro Matias. Gandhi vs. Savarkar e Golwalkar: Secularismo pan-indiano e fundamentalismo hindu. In: **Forum Sociológico**. Série II. CESNOVA, 2018. p. 29-36.

SILVA, José. Liberdade como expressão de perfeição em Spinoza. **Cadernos espinosanos**, n. 32, p. 99-115, 2015.

SILVA, Cíntia Vieira. **Da física do intensivo à estética do intensivo**: Deleuze e a essência singular em Espinosa. 2010.

SILVA, Cintia Vieira et al. **O conceito de desejo na filosofia de Gilles Deleuze**. 2000.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. 3 ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

SOLAR, M. Spinoza as anti-hobbes. **Journal of Philosophy ARHE**, 2013.

THAPAR, Romila. Ashoka—A Retrospective. **Economic and Political Weekly**, p. 31-37, 2009.

TREVISAN, Juliano Fontana. **Nietzsche e o ressentimento**: um estudo em psicologia social. 2005.

TÓTORA, Silvana. Vontade de potência: a grande política, Arte e política em Nietzsche—apontamentos de um estudo inicial. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, n. 2, p. 134-155, 2008.

_____. Democracia e sociedade de controle. Verve. **Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol.**, n. 10, 2006.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. FUNAG. 2001.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. **Grande Política Em Nietzsche**, a. Annablume, 2006.

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. A humilhação nacional como instrumento de construção da identidade e da estabilidade política na China. **Diálogos**, v. 22, n. 3, p. 128-148, 2018.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WOHLFORTH, William. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

WORMS, Frederic. A concepção bergsoniana do tempo. **DoisPontos**, v. 1, n. 1, 2004.

XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). **Simpósio Nacional de História—ANPUH**, 2009.

ZANELATO, Henrique. Teogonia e Anti-Édipo: uma aproximação. **Revista Diaphonía**, v. 3, n. 1, p. 224-228. 2017.